

Dezembro 2019

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonotícias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Relatório aponta pobreza em 41 por cento da população	6
1.2 ADRA defende desenvolvimento mais equilibrado	7
1.3 As famílias pobres e mudanças estruturais	8
1.4 Corte de subsídios preocupa gestores públicos	9
1.5 INE revela que mais de 12 milhões de pessoas são pobres	10
1.6 Angola «cai» no IDH da organização das Nações Unidas	11
1.7 Pobreza atinge mais as populações das zonas rurais do que as das cidades	11
1.8 Sete províncias estão abaixo da linha que separa a pobreza, com maior incidência no sul do País	12
1.9 Mais de cem mil pessoas ficaram sem emprego	13
1.10 Pobreza atinge mais as populações das zonas rurais do que as das cidades	13
2. MICROFINANÇAS	15
2.1 Falta às empresas agrícolas, organização para o crédito	15
2.2 Há dinheiro para emprestar	15
2.3 Empresários culpam os bancos pela fraca execução do Prodesi	16
2.4 “A agricultura não se faz com taxas de juro de 12%. Nem de 6%”	17
2.5 Crédito mais caro de sempre com taxa LUIBOR nos 27,62%	19
2.6 Fazenda de milho recebe financiamento de 10 milhões USD	20
3. MERCADO INFORMAL	22
3.1 Cidadã acusa alta patente da polícia de apropriar-se de terreno	22
3.2 “Operação Resgate” deve atacar a raiz do mal que é o MPLA	23
3.3 Fiscalização	24
3.4 “Operação Resgate” da “pimpa” só para as zungueiras	24
3.5 “Zungueiras” em defesa dos seus interesses marcham para o palácio presidencial	25
3.6 Mercado do Sequele põe fim à venda desorganizada	26
3.7 “Estamos preocupados com a higiene e segurança alimentar”	27
3.8 Zungueiros ganham mais dinheiro em Dezembro	29
3.9 INADEC aborda qualidade dos alimentos nos mercados informais do país	30
3.10 Vendedoras sensibilizadas sobre higiene alimentar	30
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	32
4.1 ADRA considera proposta do OGE 2020 longe das prioridades das comunidades	32
4.2 MPLA vai aprovar OGE de «incerteza» sem o voto da oposição	32
4.3 IVA deverá cobrir insuficiências no OGE	33
4.4 Municípios com verbas para combate à pobreza	34
4.5 Parlamento recomenda o pagamento da dívida	35
4.6 Finanças aposta na qualidade da despesa	36
4.7 O serviço da dívida já leva 61 % das despesas previstas	36
4.8 OGE 2020 pronto para ser executado	37
4.9 Parlamento aprova OGE para 2020	38
4.10 Parlamento recomenda o pagamento da dívida	39
4.11 Os desafios de Luanda já estão contabilizados	40
4.12 ADRA e OPSA defendem maior «lisura» na execução do OGE 2020	41

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 43

5.1	Adão de Almeida colhe experiência autárquica lusa	43
5.2	CASA-CE prepara “máquina” para as eleições autárquicas	43
5.3	O êxito do poder autárquico depende de quem o exerce	44
5.4	Detidos vão poder votar nas eleições autárquicas	45
5.5	Lei orgânica votada dia 19	45
5.6	Presos poderão exercer direito de voto	46
5.7	Governo propõe 2020, 2025 e 2030 para a sua realização	46
5.8	Municípios com verbas para combate à pobreza	47
5.9	Fundo soberano desembolsa mil milhões a favor do PIIM	47
5.10	Autarquia aprovação das leis em 2020 ameaça confiança do processo	48
5.11	Fundo soberano desembolsa mil milhões a favor do PIIM	49
5.12	PIIM e o risco de um passado recente	50
5.13	Lei Orgânica é votada hoje no Parlamento	51
5.14	A hipótese da falta de capacidade a nível local	52
5.15	Cada cidadão angolano já deve 1.557 USD ao estrangeiro	53
5.16	Dívida pública angolana fecha 2019 em históricos 111% do PIB	53
5.17	Privatizações reduzem o peso do sector económico no OGE	54
5.18	MAT quer informação trimestral dos municípios	55

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 56

6.1	Ilha de Luanda com novo Plano de Desenvolvimento	56
6.2	Preços dos terrenos caem para a metade	56
6.3	Auxílio Jacob garante melhorar as condições	57
6.4	560 Lotes estão disponíveis	58
6.5	Cidadãos “correm” para comprar terrenos na centralidade do Kilamba	58
6.6	Moradores da Quilemba podem fazer alterações no Exterior das suas residências ainda este ano	59
6.7	2000 casas prontas para serem habitadas	60
6.8	Terrenos infra-estruturados custam 115 USD o metro quadrado	61
6.9	Movimento ainda tímido no Zango 8.000	61
6.10	Habitação condigna consta nas prioridades da Província	62
6.11	Venda livre no Zango 5 em Janeiro	62
6.12	Consumo em baixo e falta de Investimento fazem disparar pessimismo no Comércio e na Construção	63
6.13	As casas sociais e o modelo exemplar para a amortização de custos	63
6.14	17.784 unidades habitacionais estão disponíveis	64
6.15	Moradores pretendem que a PGR ponha fima à gestão privada de escolas públicas	64

7. TERRA 67

7.1	Preços dos terrenos caem para a metade	67
7.2	Ilha de Luanda com novo Plano de Desenvolvimento	68
7.3	Terrenos infra-estruturados começaram a ser vendidos	68
7.4	Terrenos infra-estruturados atraem multidão ao Kilamba	70
7.5	Projecto “Minha Terra” chega ao município do Cubal	71
7.6	560 Lotes estão disponíveis	72
7.7	Cidadãos “correm” para comprar terrenos na centralidade do Kilamba	72
7.8	Terrenos infra-estruturados custam 115 USD o metro quadrado	73
7.9	Trinta e seis mil inscrições realizadas online	74

8. SERVIÇOS BÁSICOS 76

8.1	Agora, a morte do gado vem com a água	76
-----	---------------------------------------	----

8.2	A água que não corre	77
8.3	Dívida de clientes à EASL ultrapassa três mil milhões de Kwanzas	78
8.4	Habitantes do Luena privados de água potável há uma semana	79
8.5	Detidos autores de roubo de materiais do projecto	79
8.6	EPAL investe USD 983 milhões em 2018	80
8.7	Pagamento das facturas da água está em alta	80
8.8	Zona Alta do Lobito passa Natal sem água	81
8.9	Água potável chega à aldeia de Mabaia	81
8.10	Sector das águas regista um aumento na produção de 17,42%	82
8.11	Habitantes da Lomba (Ganda) já consomem água potável	83
8.12	Chuva destroi conduta de água na sede municipal do Ganda	83
8.13	Chuvas deixam habitantes da vilada Ganda sem água	84

9. GÊNERO E VIOLÊNCIA 85

9.1	Ocorrências de violência doméstica têm tendência a crescer no Huambo	85
9.2	Segurança e investimentos marcam agenda com Brasil	86
9.3	Casos de violência doméstica aumentam na cidade do Huambo	87
9.4	Mulheres talhadas para sobreviverem em condições adversas	87

10. AMBIENTE 90

10.1	Perto de 19 mil árvores plantadas em todo o país	90
10.2	Seca afecta mais de 300 mil famílias em quatro províncias	91
10.3	Chuvas desalojam mais de 500 famílias	92
10.4	Agora, a morte do gado vem com a água	92
10.5	Enxurradas inundam principais artérias da cidade do Lobito	94
10.6	Chuvas reanimam brigadas agrícolas	94
10.7	Chuvas impulsionam progressão de ravinas na cidade do Dundo	95
10.8	Madeiros são proibidos de novos abates de árvores	95
10.9	Governo proíbe corte de árvores	97
10.10	Chuvas provocam falha de energia no Lubango	98
10.11	Criadores de gado regressam da transumância com prejuízos	98
10.12	Mais de 40 mil pessoas vítimas da seca são assistidas pelo governo	99
10.13	Seca no Cunene matou mais de 72 mil animais	99
10.14	Chuva destroi conduta de água na sede municipal do Ganda	100
10.15	Chuvas deixam habitantes da vilada Ganda sem água	100

11. EXPLORAÇÃO MINEIRA 102

11.1	Madeiros são proibidos de novos abates de árvores	102
11.2	Governo proíbe corte de árvores	103

12. MIGRAÇÃO 105

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 105

13.1	Fabricantes chineses expõem em feira digital	105
13.2	Angola pode ser plataforma para China expandir negócios	105
13.3	Chineses prestam apoio às viúvas do bairro Miru	106

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Relatório aponta pobreza em 41 por cento da população

Jornal de Angola

6 De Dezembro, 2019

Texto: Victorino Joaquim

A incidência de pobreza de Angola é de 41 por cento, afectando perto de 12 milhões de pessoas, segundo números do Relatório sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA 2018-2019), apresentado ontem, em Luanda, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

O director-geral adjunto do INE, Paulo Fonseca, declarou que o inquérito realizado para produzir o relatório identificou 41 por cento da população em condições de pobreza, correspondendo a 11.947.270 pessoas com nível de consumo abaixo da linha da pobreza.

A taxa da pobreza ocorre com grandes diferenças entre as áreas urbanas e rural e entre as províncias, agrupadas em 11 regiões: na zona rural, a taxa é de 57,2 por cento, incidindo sobre 6.643.811 pessoas, enquanto na zona urbana é de 29,8 por cento, afectando 5.303.459 pessoas.

As regiões que possuem a incidência mais elevada são a zona rural do Sul do país, correspondente às províncias do Namibe, Cunene e Huíla, bem como as zonas urbanas do Centro e Norte do país, em que se situam as províncias do Huambo, Bié, Benguela e Cuanza-Sul e Cabinda, Uíge e Zaire, segundo Paulo Fonseca.

Em termos de rendimento, o documento indica que a receita média total em Angola está acima de 15 mil kwanzas por mês e por pessoa, sendo estes valores adquiridos, principalmente, por via laboral. Por via não laboral, o valor atinge cerca de três mil kwanzas por mês e por pessoa.

Deste modo, estima-se que a desigualdade, em termos de receitas, é de 0,51 por cento, demonstrando que um determinado grupo da população tem concentrado maior quantidade de receitas que os restantes grupos.

O consumo médio real de alimentos, como carne, peixe, queijo, legumes, fruta, bebidas alcoólicas e

refeições fora de casa por pessoa e por mês ronda os sete mil kwanzas, sendo na zona urbana acima dos

oito mil kwanzas e acima de seis mil kwanzas para a zona rural.

Já o consumo médio não alimentar de produtos como vestuário, calçado, habitação, saúde, transporte, educação e comunicações por pessoa e por mês ronda perto dos 10 mil kwanzas, sendo que 14 mil na zona urbana e de algo mais de quatro mil kwanzas na zona rural.

O consumo médio total mensal por pessoa e por mês está acima de 17 mil kwanzas, que representa cerca de 22 mil para a zona urbana e acima de 10 mil para a zona rural.

Outros indicadores sociais

Ao complementar a apresentação sobre o relatório, financiado pelo Banco Mundial, a directora adjunta do INE, Ana Paula Machado, referiu que a taxa de actividade do país é de cerca de 87 por cento, sendo maior na área rural, 90 por cento.

A nível nacional, a taxa de emprego no país é de cerca de 62 por cento, sendo na área rural de 76 por cento, devido ao sector agrícola, que está sempre disponível.

Cerca de 61 por cento dos desempregados procuram emprego há mais de dois meses e 46 por cento continuam à procura de emprego.

A média de agregado familiar no país é de cinco pessoas, o que se mantém desde 2009. Em termos de habitabilidade, as condições não são as mais aconselháveis. Algumas casas, principalmente nas zonas rurais, são casas construídas com material não apropriado.

Cerca de 53 por cento do agregado da população usa um quarto para três membros, perto de 62 por cento da população continua a auto-construir as residências e cerca de 70 por cento dos agregados vivem em residências próprias, usando, no seu dia-a-dia, combustíveis sólidos como o carvão e a lenha.

Cerca de 51 por cento da população ainda usa combustível sólido, havendo um uso bastante reduzido de gás butano. Houve um progresso no consumo de electricidade da rede pública, que o relatório considera não ser suficiente, pelo que cerca de 60 por cento da população ainda não possui electricidade da rede pública.

Cinquenta e dois por cento da população tem acesso à fonte de abastecimento de água potável para o consumo.

O trabalho de campo do IDREA terminou em Fevereiro, depois de iniciado em Março de 2018 e de

1.2 ADRA defende desenvolvimento mais equilibrado

Jornal de Economia & Finanças

06 De Dezembro de 2019

Autor: Adérito Veloso

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) defende a necessidade de se promover um desenvolvimento humano equilibrado, harmonioso e sustentado entre os municípios, através da implementação de políticas públicas tendo sempre em conta as particularidades de cada região, apesar de todos os municípios apresentarem problemas sociais. Em entrevista ao JE, para fazer uma análise do relatório sobre o Índice de Pobreza Multidimensional por Município de Angola (IPM-M), divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o director-geral da Adra, Carlos Cambuta, revelou que o estudo reflecte a realidade social do país, nomeadamente nas quatro dimensões em que ele se cinge – saúde, educação, qualidade de habitação e emprego. “Na verdade, a Adra não está surpreendida com o elevado índice de pobreza existente em todos os municípios, sobretudo naqueles com características rurais”, sublinhou. Como exemplo, o responsável aponta que nos municípios do Cunene a prioridade é mitigar os efeitos da seca ou das inundações, já nos de Luanda a prioridade provavelmente seja de segurança e ordem pública. Para ele, o relatório traz um outro dado importante que também não “nos surpreende”. Apenas os municípios sede (capitais de província) apresentam índice de pobreza multidimensional mais baixo quando os restantes municípios que constituem cada província apresentam o índice de pobreza mais alto. “Na província de Luanda, o município sede é o que apresenta o índice mais baixo com 0,029 e os municípios da Quiçama e do Icolo e Bengo são os que apresentam índices mais altos, ou seja, sete em cada dez pessoas nestes municípios vivem em situação de extrema pobreza. Porquê só os municípios sede apresentam índices de pobreza mais baixos? Isso decorre do facto de que muitos programas governamentais não são realmente implementados à escala nacional, na medida em que se tem dado mais prioridade às capitais de província do que aos restantes municípios”, aponta.

Desafio do Governo

Carlos Cambuta entende que o desafio do Governo não está na ausência de políticas ou ideias do que deve fazer, mas na implementação e gestão correcta dos recursos disponíveis. Por exemplo,

revelou, a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano (2020) inscreve cerca de 40 programas e prevê, pela primeira vez, um apoio social às pessoas em situação de desemprego. “Isso é positivo na medida em que os recursos financeiros, ainda que sejam mínimos, poderão suprir algumas necessidades básicas. Porém, não está claro sobre os critérios ou modalidades em que será feito esse apoio social: quem terá acesso a esse apoio social?”, indaga. Sobre as políticas contidas no PDN 2018/2022, que visam o combate à pobreza, o gestor entende que trouxeram um importante elemento que o diferencia dos planos anteriores. Segundo destacou, é a definição de metas por sectores e por programas, que permitirá avaliar o grau de alcance durante e após o seu termo em 2022. “As observações empíricas demonstram que há pouca probabilidade de se alcançar as metas que se referem ao combate à pobreza”, sublinha o gestor da organização. O director-geral da Adra, revela que o Governo tem, também, o desafio de melhorar as opções políticas em relação à definição de prioridades de financiamento. Numa altura em que o país está a viver momentos menos bons da sua economia, Carlos Cambuta, frisa que é fundamental investir os escassos recursos disponíveis em sectores económicos que possam gerar efeitos múltiplos, como, por exemplo, na agricultura. “Mas isso não acontece, porquanto os recursos para este sector primário registarão uma redução de 1,6%, no OGE|2019, para 1,35 no OGE do próximo ano”, precisou.

Apostar na agricultura familiar

Sendo um país maioritariamente agrícola, com 80% da produção vinda do segmento familiar, o responsável da Adra salienta que o discurso político deve corresponder com a prática. Disse que apesar de o Executivo entender “e muito bem” prestar uma particular atenção à agricultura familiar, ainda assim, o OGE enquanto política pública mais importante “mostra-nos não haver uma razoável alocação de verbas para suprir os desafios que as famílias camponesas enfrentam no seu dia-a-dia desde a dificuldade de obtenção de meios de produção e conservação até ao escoamento e comercialização dos produtos”.

A Adra defende a necessidade de disseminar para outras partes do território nacional, as boas práticas que concorrem para o fomento agrícola, como, por exemplo, as Caixas Comunitárias, uma experiência que, ao nível das áreas de intervenção da Adra, mostrou que o acesso aos micro-créditos aos camponeses tem contribuído significativamente no aumento da produtividade e na melhoria das condições de vida das famílias camponesas.

Actuação nas comunidades

Com 29 anos de existência, a Adra está a implementar 20 projectos em 26 municípios, nas províncias de Benguela, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda e Malanje, que visam o apoio à produção agro-pecuária e segurança alimentar e nutricional, ambiente e mitigação dos efeitos das alterações climáticas, entre outras áreas.

Através destes projectos, que contam com apoio financeiro da comunidade internacional, beneficiam de forma directa cerca de 21 mil pessoas, das quais 51% são mulheres, e de forma indirecta, os mesmos estão a beneficiar cerca de 140 mil famílias. Com o seu foco para o desenvolvimento rural, a Adra apoia, actualmente, 139.183 famílias, espalhadas em 808 aldeias, 60 comunas e 25 municípios de sete províncias.

Pobreza em alta

Pelo menos nove em cada 10 pessoas, nos 65 dos 164 municípios do país são multidimensionalmente pobres. Segundo o relatório Índice de Pobreza Multidimensional por Município de Angola (IPM-M), 13 das 18 províncias de Angola, apresentam uma pobreza acima de 90 por cento. Em Malanje, 10 municípios dos 14 têm incidência preocupante de pobreza. O município de Marimba está com uma incidência de 100 por cento, Calandula (93), Cambundi Catembo (98), Quela (93), Cahombo (97), Massango (97), Luquembo (98), Cunda-dia-Base (96), Quirima (99) e Quiwa-Nzogi (91). Na Huíla, 10 dos 14 municípios também apresentam índices preocupantes. A Cacula está com uma prevalência de 97 por cento, Chibia (94), Caconda (90), Caluquembe (91), Quilengues (94), Cuvango (94), Quipungo (93), Chicomba (97), Jamba (94) e Gambos (96). No Uíge, oito dos 16 municípios inspiram cuidados redobrados, nomeadamente o Bungo com (92), Damba (91), Cangola (98), Quimbele (98), Milunga (98), Puri (91), Mucaba (93) e Buengas (98). Na Lunda Norte, oito dos nove municípios apresentam um elevado nível de pobreza multidimensional, distribuídos em Cambulo com (90), Cuilo (96), Caungula (98), Cuango (91), Lubalo (95), Capenda Camulemba (95), Xá-Muteba (95) e Lóvuá (98). No Moxico, sete dos nove municípios estão índices de pobreza elevados, designadamente Camanongue (92), Léua (96), Luacano (98), Cameia (96), Bundas (92), Luchazes (98) e Alto Zambeze (92). Já no Cuando Cubango, cinco dos nove municípios apresentam indicadores preocupantes, nomeadamente o Cuito Cuanavale com uma prevalência de 97 por cento, Cuangar (92), Rivungo (94), Cuchi (97) e Nancova (97). No Cunene, quatro dos seis municípios, o Curoca é o que tem índice de pobreza preocupante

na ordem de 98 por cento, seguido do Cuvelai com 96, Ombadja (94) e Cahama (91). A Lunda Sul, o município do Muconda com uma incidência de 97 por cento é o que mais preocupa, seguido do Dala (95) e Cacolo (94), completam o leque de três dos quatro municípios com índices de pobreza alarmantes. No Namibe, três dos cinco municípios têm um indicador preocupante, sendo o de Camucuiu com 96%, o mais preocupante, seguido do Virei com (94) e por último o da Bibala (91). O Cuanza Sul, apenas dois dos 12 municípios estão na lista do IPM-M, nomeadamente a Quilenda com 92% e Seles (91). Em Benguela, dois dos 10 municípios apresentam indicadores preocupantes, Caimbambo com 93% a se destacar e Chongorói (91). No Bié, dois dos nove municípios têm uma incidência alarmante, nomeadamente o Cuemba com (92) e Chitembo também com 92 por cento. No Bengo só Nambuangongo está com 93 por cento.

I.3 As famílias pobres e mudanças estruturais

Jornal Economia & Finanças
06 De Dezembro de 2019

As mudanças estruturais referem-se ao conjunto de medidas que sustentam as alterações ou reformas na economia para o alcance da estabilidade económica e financeira no longo prazo, estimulando especificamente o aumento da produção interna, a redução do desemprego e o aumento da formalidade do mercado.

As mudanças estruturais referem-se ao conjunto de medidas que sustentam as alterações ou reformas na economia para o alcance da estabilidade económica e financeira no longo prazo, estimulando especificamente o aumento da produção interna, a redução do desemprego e o aumento da formalidade do mercado. As medidas obrigam a uma combinação de doses certas, entre variáveis económicas e sociais para o alcance dos seus propósitos.

Estatísticas internacionais, como por exemplo, o último resultado publicado pelo Banco Mundial no ano de 2014 na base de dados “Global Financial Inclusion” estatísticas que visa avaliar o grau de inclusão financeira no mundo, concluiu que apenas 29,31% da população angolana maior de 15 anos possuía uma conta bancária em uma instituição financeira, enquanto que, dos 40% da população pobre com mais de 15 anos, somente 12,54% estavam inseridas no sistema financeiro. Após a crise do subprime (crise financeira) desencadeada no ano de 2008, intensificou-se em várias direcções, a busca de soluções imediatas e preventivas, através de

medidas concretas, para uma maior estabilidade dos sistemas financeiros e da economia em geral. A principal função do sistema financeiro é a intermediação de recursos, ou seja, captar a poupança dos agentes superavitários (possuem renda superior às despesas) e conceder na forma de empréstimo aos agentes que necessitam de recursos financeiros. Isto traduz o poder da inclusão financeira na redução da pobreza das famílias e no aumento da base de depósitos dos bancos, fortalecendo assim, a capacidade de conceder e solicitar empréstimos para financiar os projectos empreendedores das famílias ou até mesmo a ampliação da actividade das pequenas e médias empresas.

Uma das medidas aplicadas em países com a situação similar a nossa e principalmente nos países em vias de desenvolvimento de África, Ásia e América do Sul é a inclusão das famílias pobres bem como das pequenas e médias empresas no sistema financeiro. Destacamos do conjunto de medidas adoptadas pelo estado angolano, o programa “bankita” lançada no ano de 2011, com o propósito na redução de custos para abertura de conta (valor mínimo 100,00Kwanzas). Como resultado desta medida, foram abertas um total de 401.987 contas até o ano de 2016, representando um crescimento na ordem dos 20,75% nas contas existentes.

As famílias pobres bem como as pequenas e médias empresas certamente podem contribuir para melhorar e expandir o alcance das medidas macroeconómicas, nomeadamente, a eficácia do mecanismo de transmissão da política monetária (taxa de juro) utilizadas para o controlo da moeda em circulação na economia (inflação). “Como procede?” As famílias e as pequenas empresas excluídas do sistema financeiro não têm acesso ao crédito bancário e aos instrumentos financeiros (títulos, ações, futuros e certificados de aforro) que promovem a poupança e o empréstimo, entretanto, qualquer alteração na taxa de juro não produz o efeito desejado em suas decisões de consumo, reduzindo a eficácia da política monetária. Contrariamente, se um número considerável de famílias estiverem inseridas no sistema financeiro, um aumento na taxa de juro com o propósito de reduzir a taxa de inflação afectaria as decisões de consumo, optando pela poupança devido ao alto retorno da mesma no futuro e consequentemente a diminuição da moeda em circulação e estabilidade dos preços.

Quanto ao financiamento dos projectos empreendedores das famílias, alertamos que os microcréditos com taxas de juros elevadas são inúteis para produção e o comércio, pois, reduzem ainda mais os recursos das famílias pobres e não promovem transformações económicas reais no

sector onde for aplicado. Neste contexto, o micro - crédito, em vez de contribuir para formalidade da economia e inclusão financeira, seguramente produz um efeito contrário.

Relativamente a mitigação do risco de crédito, é fundamental que as famílias, as pequenas e médias empresas, incluídas no sistema financeiro, sejam orientadas financeiramente e monitorizadas de forma permanente para o uso racional dos recursos a disposição.

Assim sendo, sugerimos aos decisores políticos e demais players do mercado o reforço e intensificação na melhoria de medidas para promoção da orientação e educação financeira, para a inclusão e aumento das famílias no sistema financeiro, fundamental para induzir a tão almejada mudança estrutural da economia angolana e estabilidade do sistema financeiro.

I.4 Corte de subsídios preocupa gestores públicos

Jornal Economia & Finanças

06 De Dezembro de 2019

Autor: André Sibi

O presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas do Lobito, Henriques Kalengue, disse em declarações ao JE, que as contas da empresa que dirige foram aprovadas com reservas pelo facto de não ter o património registado em nome da empresa.

O presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas do Lobito, Henriques Kalengue, disse em declarações ao JE, que as contas da empresa que dirige foram aprovadas com reservas pelo facto de não ter o património registado em nome da empresa. Segundo contou, até à presente data, o património da empresa resultante do investimento público continua registado em nome do Estado ao invés do da empresa, pelo que, decorrem os trâmites legais para se transferirem estes activos do Estado para a Empresa de Águas do Lobito. Questionado sobre o corte de subsídios anunciado pelo Ministério das Finanças, o gestor disse não constituir um problema, mas sim um desafio que conheceu parte da solução com o reajuste do tarifário da água e energia. No entanto, o desafio reside na desvalorização da moeda que o mercado tem vindo a registar nos últimos dias, pois, boa parte dos produtos para o tratamento da água são importados. Por isso, assegura que a empresa pretende atingir a sua capacidade instalada de 90 mil clientes em 2022. Actualmente, a sua demanda, ronda os 40 mil clientes.

Unicargas

Por sua vez, o director financeiro da UNICARGAS, Hélder Pitra, disse que o recuo que registou na aprovação de contas deve-se à informação financeira. A contabilidade da empresa apresenta menos 800 milhões de kwanzas em relação ao valor registado pelo Porto de Luanda. A administração promete esclarecer esta diferença encontrada até ao final do ano.

CFM

O administrador financeiro do Caminho de Ferro de Moçâmedes, António Conceição, disse que a empresa conta actualmente com 27 locomotivas (cabeça) e mais de 90 vagões (carruagens) sem qualquer documento. Segundo contou, a ausência de livretes não atribuídos pelo Ministério dos Transportes que adquiriu os equipamentos levou as contas da empresa a aprovação com reservas. Questionado sobre o corte dos subsídios anunciados pelo Ministério das Finanças, o gestor afirmou que caso se efective será obrigado a despedir funcionários, pois, neste ramal, os custos são superiores em relação às receitas. Segundo disse, a facturação anual ronda os kz 600 milhões, contra um bilião e 300 milhões de kwanzas de custos.

Fontes de receitas

O gestor aproveitou igualmente a ocasião para dizer que 82 por cento das receitas que recebe dos subsídios são direccionados ao asseguramento dos salários dos 1.500 trabalhadores da empresa. Se se retirarem os subsídios será obrigado a despedir funcionários.

Entre as principais fontes de receita nesta linha, consta a transportação de 40 por cento do granito da Huíla para o Namibe. O negócio de gasolina do litoral para o interior, na ordem dos 600 mil metros cúbicos, registou uma baixa significativa face à mudança de estratégia da Sonangol, que optou por caminhões cisternas nos últimos meses, violando os convénios estabelecidos pelo Estado.

1.5 INE revela que mais de 12 milhões de pessoas são pobres

Jornal Economia & Finanças

06 De Dezembro de 2019

Autor: Xavier António

A taxa de pobreza em Angola está estimada em 41 por cento, o que se significa que 12 milhões de pessoas estão na linha da pobreza monetariamente, de acordo

com o Inquérito de Despesa e Receitas (IDR 2018-2019), divulgado ontem, em Luanda, pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE). O relatório aponta que o número de pobres nas zonas urbanas está acima de cinco milhões de pessoas e cerca de seis milhões nas zonas rurais. Por seu turno, o director-geral do INE, Camilo Ceita, sublinhou que o inquérito trata da quantidade de dinheiro necessário para acudir às necessidades de alimentação e não alimentares.

Linha da pobreza

“Dos 30 milhões de habitantes, mais de 12 milhões de pessoas estão abaixo da linha de pobreza e não têm 12.500 Kwanzas por mês, para ter o essencial e garantir a sua sobrevivência”, disse. Camilo Ceita referiu que as razões para estes dados são várias destacando a inexistência de infra-estruturas e a falta de empregos. Entre as regiões rurais mais pobres destacam-se a Huíla, Cunene, Cuando Cubango e Namibe. Em relação às zonas urbanas, estão o Cuanza Sul, Bié e Benguela, sendo que Luanda há menos pobre com cerca de 20 por cento das pessoas. O responsável defende que os países para garantirem as suas políticas públicas e programas têm de saber o que é o pobre. Por isso, acrescentou que o país tem de definir bem a sua linha de pobreza para permitir uma melhor condução das reformas públicas e fazer com que as pessoas possam sair desta “linha vermelha”

em que se encontram. O INE indica que a ocorrência da pobreza é calculada com a linha da pobreza de 1,90 dólares por pessoa por dia, tendo em conta a Paridade de Poder de Compra (PPC) de Angola no ano 2011, ano de referência do cálculo da linha da pobreza internacional que é de 45,7 por cento.

Receitas

De acordo com o director-geral adjunto para a área económica do INE, Paulo Fonseca, a receita mediana total em Angola corresponde a 15.454 Kwanzas por mês, sendo que a fonte de receita mais frequente são as receitas laborais fixado em 9.735 Kwanzas. O IDR 2018-2019 indica igualmente uma gritante desigualdade na distribuição de receitas, sendo que 20 por cento da população com maiores receitas detêm mais de 48 Kwanzas (63 por cento de todas as receitas). O documento revela que o consumo médio mensal por pessoa em Angola é estimado em 17.569 Kz. ter atingido os 1.368 aglomerados previstos na amostra.

1.6 Angola «caiu» no IDH da organização das Nações Unidas

Novo Jornal

13 De Dezembro de 2019

Angola desceu duas posições no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), passando do 147.º para o 149.º lugar, o que a mantém entre os últimos do grupo dos países considerados de "desenvolvimento médio". Angola foi o país lusófono que mais «caiu» na avaliação.

Portugal foi o único lusófono no grupo de países de desenvolvimento muito alto, mantendo a posição 40, enquanto o Brasil, considerado país de desenvolvimento alto, caiu um lugar, de 78 para 79. Angola, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial são três dos países que pioraram no ano passado no IDH, ao passo que Cabo Verde e São Tomé e Príncipe tiveram prestações positivas.

Com uma classificação de 0,574 pontos, o IDH de Angola está abaixo da média de 0,634 para os países de desenvolvimento humano médio. No entanto, quando se desconta ao índice, o valor da desigualdade, a classificação cai de 0,574 para 0,392: uma perda de 31,8 por cento, que é explicada devido à desigualdade na distribuição dos índices da dimensão do IDH.

O IDH é uma medida de desenvolvimento de um país que avalia não só os aspectos económicos, mas também sociais, como a esperança de vida, acesso ao conhecimento e padrões de vida decente.

Em Angola, a esperança de vida actual é de 60,8 anos, em média. O documento revela também que a população tem, em média, 11,8 anos esperados de escolaridade e 5,1 anos médios de escolaridade. O IDH estabelece avaliações de 189 países ou territórios, classificando-os como "muito altos", "altos", "médios" e "baixos".

• TERESA FUKIADY

1.7 Pobreza atinge mais as populações das zonas rurais do que as das cidades

Jornal Expansão

15 De Dezembro de 2019

As zonas rurais têm uma maior incidência de pobreza, com 57%, representando 6,6 milhões, enquanto nas áreas urbanas é de 30%, que

corresponde a 5,3 milhões de pessoas pobres, segundo os dados do inquérito do Instituto Nacional de Estatística.

Os especialistas associam os níveis de pobreza nestas localidades à falta de políticas públicas por parte do governo central e local, para além da recessão económica.

Carlos da Conceição, sociólogo e pesquisador, justifica que isto se deve ao facto de as pessoas procurarem melhores condições de vida nas zonas urbanas, onde podem concretizar os seus objectivos. "Nós temos um problema de êxodo rural para os espaços urbanos, ou seja, cada vez mais, as populações vão deixar as zonas rurais para aceder aos espaços urbanos tudo por conta das assimetrias sociais que estão muito densas nestas províncias. Portanto, se não se criarem programas para o fomento ao emprego, serviços sociais, educação, saúde, vamos continuar a ter regiões pobres. Porém, com políticas mais voltadas para a população há fortes possibilidades de se erradicar a pobreza", defende.

Para o economista Josué Chilundulo, curiosamente, as províncias potencialmente produtivas do País, como Moxico, Lunda Sul, Cuanza Sul e Huíla, são as que mais concentram populações mais pobres por incapacidade, do ponto de vista, de conhecimento voltado para agricultura e por falta de investimento, capital inicial para geração de negócios.

Por isso, devem existir políticas do governo local no sentido de investir nas potencialidades da província e, consequentemente, criar rendimentos para as populações.

Por outro lado, o pesquisador Carlos da Conceição lembra que não se deve esquecer que o País tem problemas de concepção de políticas, porque, muitas vezes, quem vai criar a lei não conhece os problemas sociais da região, "não sabe literalmente o que se passa".

"As políticas, do ponto de vista da sociologia, devem ser concebidas da base para a superestrutura e não o contrário, como acontece cá, no País, e, neste sentido, vamos continuar a ter muitos problemas se não concebermos políticas consistentes", argumenta.

Uma vez que as famílias das principais províncias que estão abaixo da linha de pobreza são maioritariamente agricultores, Midgiedi Nzinga aponta para o melhoramento das vias de acesso para permitir o escoamento dos produtos das famílias permitindo que eles cheguem até aos mercados.

"No tempo colonial, havia escoamento dos produtos das famílias pobres e camponesas. Entretanto, não existia tanta dificuldade, porque as famílias produziam e, no fim da colheita, vendiam café, milho, ginguba, mas não é o que acontece agora, portanto, estas são as causas da pobreza", aponta o demógrafo.

I.8 Sete províncias estão abaixo da linha que separa a pobreza, com maior incidência no sul do País

Jornal Expansão

15 De Dezembro de 2019

Texto: Alexandre Lourenço

Em sete províncias do interior, o rendimento médio da população está abaixo da linha que separa a pobreza, equivalente a 12.500 Kz por mês, ou seja, 417 Kz por dia, cerca de 0,89 USD à taxa de câmbio desta quinta-feira. Ao todo, 41% da população angolana não tem este montante para as suas despesas básicas diárias, que incluem alimentação, vestuário e alojamento.

Num universo de 18 províncias, o inquérito de despesas e receitas do Instituto Nacional de Estatística (INE) mostra que Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Lunda Sul, Malanje e Uíge estão abaixo do limiar da pobreza (ver página 4). Em comum têm o facto de estar localizadas na zona sul e interior do País. Excepção para o Huambo, que está no interior, mas no centro.

Os limites da linha que separa a pobreza em Angola foram avançados, na semana passada, pelo director geral do Instituto Nacional de Estatística, Camilo Ceita, que avançou, ainda, que os números hoje estão melhor do que os de 2008, quando a linha que separava a pobreza era de 4.500 Kz mensais. o entanto há 10 anos, o kz valia muito mais. À taxa de câmbio da altura (75 Kz por USD), ser pobre em Angola era quem não tinha 2 USD por dia para as suas despesas básicas.

Em 2008, 33,6% da população vivia abaixo da linha de pobreza, hoje 41% dos angolanos é pobre. Contas feitas, o número de pobres quase duplicou numa década, passando de 6,4 milhões (do total de 19,1 milhões habitantes) para 12,3 milhões (de um total de 30 milhões de habitantes). Os resultados são explicados, em parte, pelo aumento da população no espaço de 11 anos, já que são quase 11 milhões de pessoas a mais. Acrescem questões como a crise económica e financeira provocada pela descida dos preços do petróleo, iniciada em 2014, que provocou, nos últimos três anos, três recessões económicas. Se

o Produto Interno Bruto (PIB) não cresce significa que há menos empregos a serem criados no País, mais empresas a fechar, menos consumo e maior desemprego.

Para o economista, Josué Chilundulo, este quadro de pobreza representa "claramente falhas nas políticas públicas e falta de capacidade governativa" para salvaguardar os interesses das populações mais pobres. Quanto à erradicação da pobreza nestas regiões, o economista sugere que o Governo deve desenvolver um conjunto de acções que permitam à população tirar o máximo proveito dos recursos produtivos locais, ou seja, as pessoas devem conhecer mais sobre agricultura para produzirem em grande escala. Por isso, o economista acredita que a solução primária para a erradicação da pobreza passa pela aposta na educação dos cidadãos.

"As micro e pequenas empresas e as famílias agrícolas não têm, como as grandes empresas, a capacidade de negociação de créditos com os bancos, por isso, é preciso gerar uma linha de financiamento de agricultura, de pequenos negócios, para apoiar os empreendedores, cabendo ao Estado assumir o risco do capital a investir para que as famílias consigam gerar rendimentos com os seus produtos", sugere o economista.

Na opinião do demógrafo Midgiedi Nzínga, a erradicação da pobreza também passa por políticas "anti-natalistas", que tenham como consequência a redução do número de membros dos agregados familiares angolanos. Desta forma, diz, seriam expectáveis ganhos na melhoria de qualidade de vida das pessoas, já que haverá uma diminuição nas despesas, permitindo apostar na educação.

O demógrafo defende ainda incentivos para a instalação de empresas nas zonas mais empobrecidas do País, de forma a criar riqueza, bem como incentivos à agricultura familiar e ao escoamento de produtos.

O sociólogo Carlos da Conceição considera, no entanto, que o valor estimado para a linha de pobreza não é justo, pois não se consegue imaginar um cidadão a sobreviver com 12.500 Kz mês pelo facto de as famílias angolanas serem maioritariamente extensas. "A vida dos angolanos vai deteriorar-se cada vez mais e, a ser verdade os números que nos foram apresentados, então acredito que teremos crispações no futuro, porque as pessoas que vivem com 12 mil kz estão mais propensas para enveredar por comportamentos anti-sociais, nomeadamente violência doméstica, criminalidade, uso de drogas, prostituição, pois terão de fazer alguma coisa para sobreviver", refere o sociólogo.

Rendimento médio mais alto em Cabinda que em Luanda

Ainda de acordo com o Estudo, que foi realizado entre Março de 2018 e Fevereiro deste ano, e que implicou a realização de inquéritos a 12.448 agregados familiares, selecciona dos de forma independente em cada uma das 18 províncias, o consumo médio mensal por pessoa em todo o País está estimado em 17.569 kz, com Luanda a ser a província com o maior consumo médio, de 26.528 Kz, por habitante. Já Cabinda é a província com o rendimento médio mensal mais alto por habitante. Aqui, cada pessoa, em média, leva para casa 26.790 Kz por mês, valor superior a Luanda (25.212 Kz).

I.9 Mais de cem mil pessoas ficaram sem emprego

Jornal de Angola

15 de Dezembro, 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão

Mais de cem mil pessoas perderam o emprego nos últimos quatro anos, em Angola, por despedimentos e falência das empresas. Os dados foram avançados ontem, ao Jornal de Angola, pelo secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos - Confederação Sindical (UNTA-CS), Manuel Viage, após a marcha realizada em Luanda, que reuniu mais de 500 pessoas.

O secretário-geral da UNTA-CS, justificou a marcha com “o aumento do custo de vida dos trabalhadores, precariedade do emprego, mortes em acidentes de trabalho e subida dos preços dos produtos da cesta básica, o que faz com que os trabalhadores percam, cada vez mais, o poder de compra”.

“O objectivo é instar as autoridades à aplicação de medidas e políticas de justiça social, bem como a revisão da Lei Geral do Trabalho”.

Manuel Viage pediu às autoridades para “fazerem mais do que têm feito, porque há, cada vez mais, precariedade no emprego”. Sublinhou que os despedimentos continuam e citou o caso da Sonair, onde 400 trabalhadores estão em risco de serem despedidos por causa da privatização da empresa.

“O que mais nos preocupa são os despedimentos, as compensações que os antigos trabalhadores recebem e o que a Lei Geral do Trabalho prevê não é satisfatório para o trabalhador, principalmente para

aquele que já trabalhou mais de 15 anos e que sempre pagou as contribuições à Segurança Social”.

I.10 Pobreza atinge mais as populações das zonas rurais do que as das cidades

Jornal Expansão

15 De Dezembro de 2019

As zonas rurais têm uma maior incidência de pobreza, com 57%, representando 6,6 milhões, enquanto nas áreas urbanas é de 30%, que corresponde a 5,3 milhões de pessoas pobres, segundo os dados do inquérito do Instituto Nacional de Estatística.

Os especialistas associam os níveis de pobreza nestas localidades à falta de políticas públicas por parte do governo central e local, para além da recessão económica.

Carlos da Conceição, sociólogo e pesquisador, justifica que isto se deve ao facto de as pessoas procurarem melhores condições de vida nas zonas urbanas, onde podem concretizar os seus objectivos. “Nós temos um problema de êxodo rural para os espaços urbanos, ou seja, cada vez mais, as populações vão deixar as zonas rurais para aceder aos espaços urbanos tudo por conta das assimetrias sociais que estão muito densas nestas províncias. Portanto, se não se criarem programas para o fomento ao emprego, serviços sociais, educação, saúde, vamos continuar a ter regiões pobres. Porém, com políticas mais voltadas para a população há fortes possibilidades de se erradicar a pobreza”, defende.

Para o economista Josué Chilundulo, curiosamente, as províncias potencialmente produtivas do País, como Moxico, Lunda Sul, Cuanza Sul e Huíla, são as que mais concentram populações mais pobres por incapacidade, do ponto de vista, de conhecimento voltado para agricultura e por falta de investimento, capital inicial para geração de negócios.

Por isso, devem existir políticas do governo local no sentido de investir nas potencialidades da província e, conseqüentemente, criar rendimentos para as populações.

Por outro lado, o pesquisador Carlos da Conceição lembra que não se deve esquecer que o País tem problemas de concepção de políticas, porque, muitas vezes, quem vai criar a lei não conhece os problemas sociais da região, “não sabe literalmente o que se passa”.

"As políticas, do ponto de vista da sociologia, devem ser concebidas da base para a superestrutura e não o contrário, como acontece cá, no País, e, neste sentido, vamos continuar a ter muitos problemas se não concebermos políticas consistentes", argumenta.

Uma vez que as famílias das principais províncias que estão abaixo da linha de pobreza são maioritariamente agricultores, Midgiedi Nzinga aponta para o melhoramento das vias de acesso para permitir o escoamento dos produtos das famílias permitindo que eles cheguem até aos mercados.

"No tempo colonial, havia escoamento dos produtos das famílias pobres e camponesas. Entretanto, não existia tanta dificuldade, porque as famílias produziam e, no fim da colheita, vendiam café, milho, genguba, mas não é o que acontece agora, portanto, estas são as causas da pobreza", aponta o demógrafo.

A.L.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Falta às empresas agrícolas, organização para o crédito

Jornal de Angola

01 De Dezembro de 2019

Autor: Leonel Kassana

A maior parte das explorações agrícolas em Angola não está em condições de habilitar-se aos “créditos robustos” do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD) e Banco Mundial (BM) para o aumento da produção, devido à insuficiências nos domínios da organização, contabilidade e auditoria, segundo o engenheiro agrónomo Fernando Pacheco.

Falando durante a apresentação do “Relatório Económico 2018”, do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, Fernando Pacheco refutou a ideia, recorrente, segundo a qual a falta de crédito constitui um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura do país.

“Isso não é verdade e, a prová-lo, está o facto de as linhas de crédito do BAD e do BM, que são robustas, serem direccionadas a essas grandes empresas, que, eventualmente, poderiam ter um papel importante no aumento da produção. São feitas exigências lógicas (organização, contabilidade, contas auditadas) e poucas são as empresas que podem responder a isso”, sublinhou o agrónomo.

Fernando Pacheco defendeu a necessidade de haver “bom senso” sobre o rápido aumento da produção das explorações agrícolas empresariais, actualmente, estimadas em oito mil, segundo dados oficiais. “Se formos verificar e aprofundar esse conhecimento, não chegam sequer a 1,00 por cento as que têm uma organização adequada, contabilidade, pagamento da segurança social e outras obrigações legais, enfim um protagonismo que justifique a classificação de unidades empresariais”, sublinhou.

O engenheiro agrónomo, colaborador do CEIC, destacou que os relatórios, sobretudo os de 2017 e 2018, têm vindo a melhorar significativamente, embora, ainda existam “algumas incongruências”. “Acompanhando a recessão económica do país, a agricultura teve, também, em termos nominais, uma recessão, de 2,00 por cento, não cresceu, embora do ponto de vista físico haja, realmente, um aumento de alguns produtos, mas, do ponto de vista nominal, isso não aconteceu”, adiantou.

Agricultura familiar

Fernando Pacheco sublinhou que uma análise da agricultura no país está ligada à estrutura de produção”, que é baseada, teoricamente, em mais de dois milhões de explorações agrícolas familiares, das quais apenas 12 por cento são assistidas pelas estruturas do Estado. Essas explorações, disse representam um recurso interno, que tem sido sistematicamente ignorado, por considerar-se, erradamente, serem apenas para a subsistência. “Temos estatísticas simples, não só do próprio Ministério da Agricultura, como evidências empíricas, essas explorações são responsáveis por grande parte da produção alimentar do país”, argumentou, defendendo a melhoria das vias de acesso aos campos agrícolas para viabilizar o escoamento da produção. Defendeu, por isso, mais atenção a essas explorações, “para terem confiança e aumentarem a produção dirigida para o mercado”. “Sempre que em Angola há melhoria nas estradas, significa que em determinada região aparecem compradores e isso representa um incentivo, há um movimento que provoca, inclusivamente, as trocas comerciais, além das fronteiras nacionais”, acrescentou.

“Se queremos melhorar a situação económica, através do crescimento e combater a pobreza, parece que temos aqui um caminho que é necessário explorar”, sublinhou Fernando Pacheco, reconhecendo, que “a agricultura começa a ser tratada de maneira diferente, não por opção dos angolanos, mas por causa da crise dos preços do petróleo”.

O engenheiro agrónomo considerou um “mito” pensar-se no aumento da produção apenas com a aquisição de meios mecanizados, como tractores, sem cuidar da assistência técnica, operadores, mecânicos, parque de máquinas, gestão ambiental entre outros aspectos.

2.2 Há dinheiro para emprestar

Jornal de Angola

6 De Dezembro, 2019

Texto: Arão Martins

O secretário de Estado para a Agricultura e Pecuária anunciou quarta-feira, no município do Cuvango (350 quilómetros a leste da cidade do Lubango), que já há condições para conceder crédito aos projectos agro-pecuários viáveis.

José Carlos Bettencourt falava à imprensa no final da visita que representantes da Comissão Económica do Conselho de Ministros, liderados pelo secretário do Presidente da República para a Área Produtiva, Isaac

dos Anjos, efectuaram a projectos agropecuários da Mumba e Agricuvingo.

Os ministérios das Finanças e da Economia e Planeamento, assim como a banca, já têm os apoios para dar aos agricultores. “Já há recursos para darmos os apoios aos agricultores. As únicas coisas que estamos a exigir é rigor na selecção dos projectos a serem financiados e a terem acesso ao crédito”, informou.

“O mais importante é que, neste momento, já podemos dar crédito aos agricultores com empreendimentos, com rigor e com a certeza de que esse dinheiro possa vir a dar resultados”, disse.

O secretário de Estado para a Agricultura e Pecuária pronunciou-se também sobre os dois projectos agropecuários visitados pela delegação, considerando-os empreendimentos que merecem, da parte do Executivo, toda a atenção e apoio possível, por serem investimentos do género que o país precisa.

“Temos aqui um investimento que vai permitir produzir milho em quantidades que tornam possível substituir as importações tanto da fuba de milho, como do próprio grão de milho”, afirmou, lembrando que, actualmente, para produzir uma ração animal, por exemplo, “temos que importar farelo de soja a custos muito elevados”.

“Se produzirmos no país, vamos reduzir substancialmente estes custos e satisfazer um número maior de produtores agropecuários. Isso vai permitir transformar esta proteína vegetal que temos aqui, no Cuvango, em proteína animal, fazendo com que mais população tenha acesso à proteína animal”, salientou.

Combustível agrícola

O secretário de Estado da Agricultura e Pecuária informou que as acções que visam subsidiar os combustíveis decorrem sem sobressaltos. “O subsídio dos combustíveis aguarda única e simplesmente que se retire os outros subsídios. O combustível, neste momento, é subsidiado. Sendo assim, não há necessidade e seria incorrecto ter um subsídio em cima do outro”, explicou.

José Carlos Bettencourt declarou que, além do combustível agrícola, é necessário encontrar formas de maximizar os rendimentos, com o aumento do rendimento por hectare.

“Podemos equilibrar o custo da produção das duas formas, mas a melhor faz-se pelo aumento do rendimento por hectare. É o melhor caminho para reduzir os custos de produção”, referiu.

2.3 Empresários culpam os bancos pela fraca execução do Prodesi

Jornal de Angola

10 De Dezembro, 2019

Texto: Manuel de Sousa

A fraca dinâmica na execução do Programa de Apoio à produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi), a nível da província do Namibe foi discutida, segunda-feira, num encontro, que juntou, na cidade de Moçamedes, empresários e responsáveis da banca.

Orientado pelo Gabinete Provincial Económico e Produtivo do governo provincial, o encontro de auscultação aos empresários e responsáveis da banca sobre actividade económica na província no âmbito do Prodesi e do Projecto de Apoio ao Crédito (PAC), visou compreender as razões da fraca dinâmica que se regista na execução dos referidos programas.

O empresário Paulo Santos, da empresa SICOPAL, afirmou que a banca não dá resposta aos projectos apresentados. “Nós apresentamos um projecto de renovação da nossa frota ao BPC, há dois anos, e até hoje nenhuma resposta foi dada, e a melhor posição foi uma resposta verbal de que não tinham possibilidade de nos financiar”, lamentou.

O empresário salineiro Fernando Solinho questiona se os bancos locais estão em condições de responderem afectivamente as solicitações. “Seria muito mais prático se a banca informasse que a sua autonomia é só receber os processos do que propriamente dar solução e tratamento aos mesmos”, disse.

Arleth Fernandes, gerente BFA no Namibe, esclareceu que todo projecto requer encaminhamento, requisitos e passos a serem dados e a banca tem técnicos capazes para fazer todo acompanhamento.

“O empresário não precisa de ter acesso ao BDA, ir ao FID e ao INAPEM; na apresentação do projecto primeiramente foi regulamentado que a entrada devia ser pelo INAPEM, pelo facto de a instituição ter menos agências para o efeito; então a banca comercial recebe os projectos e dá o devido tratamento”.

O representante do BPC lembrou que a instituição está no PAC por via do BAD, cujas regras procura cumprir e fazer observar no financiamento de projectos.

2.4 “A agricultura não se faz com taxas de juro de 12%. Nem de 6%

Jornal Expansão

13 De Dezembro de 2019

Texto: João Armando e Lidia Onde

A agricultura aparece no discurso político como a solução para a situação de crise que o país atravessa. Produzir mais, substituir as importações, que implica a poupança de divisas, atingir valores que garantam a segurança alimentar, são temas abordados diariamente pelos governantes. Isso coloca uma pressão suplementar sobre a acção do ministro António Francisco Assis. Como é que lida com esta pressão para que a produção agrícola aumente?

Essa é uma realidade que está ligada à função que desempenha. Estou de acordo que o processo que pode levar à solução do momento de crise que o País vive passa pela produção agrícola, pela produção primária. Mas esse processo não é exclusivo do Ministério da Agricultura. Todas as forças vivas da Nação têm que estar foca das nesta missão.

Se há uns que têm que plantar o milho, há outros que têm de colher, outros que têm de transportar, outros que vão industrializar, e ainda outros que têm de consumir. Em toda a cadeia entre a produção e o destinatário final, nem todos os agentes são da agricultura, há outros sectores envolvidos.

Está a dizer que o sucesso da política agrícola não depende apenas do seu ministério?

Depende de todos. A agricultura é cidadania. Primeiro temos que ganhar consciência disto, e depois eliminar as barreiras que ainda existem. Tenho-me referido a três fundamentalmente. O 1º problema e mais grave é o saber. Conhecimento técnico. Não é apenas para os técnicos da estrutura central do ministério, mas também para os próprios cidadãos que plantam, os agricultores.

Essa falta de conhecimento que faz com que as rentabilidades por hectare da nossa agricultura sejam muito baixas?

Não há conhecimento na nossa agricultura. As pessoas pensam que conhecimento é ter um "pivot" ou 40 "pivots". Está errado. Continuam a pensar que tecnologia é ter um tractor topo de gama. Confunde-se muito conhecimento com meio de trabalho.

Fala-nos de casos práticos.

Por causa desta confusão encontramos cenários muito "estranhos". Entramos numa propriedade em que se investiram 40 milhões de dólares, pergunta-se a um funcionário que está a efectuar uma determinada tarefa, porque é faz assim, dessa maneira. Ele não sabe. Como é que se investem dezenas de milhões numa fazenda e o capital humano, que é o mais importante, não está preparado. O trabalhador não sabe conduzir o tractor, não sabe preparar a terra, não sabe regular uma alfaia

É isso que influencia a rentabilidade.

Temos em Angola coisas absurdas. Investe-se 40 /50 milhões USD numa fazenda e depois 'tiram se' quatro toneladas de milho por hectare. Isso é vergonhoso.

Enquanto ministro, como é que acha que isto se resolve?

Como já disse, com conhecimento. Estudar, ler, aprender. E para isso temos que ser humildes. Abandonar a arrogância e a prepotência. Capacitarmo-nos que precisamos de aprender, que não sabemos. Do ponto de vista prático isso faz-se nas escolas de práticas agrícolas, escolas médias e escolas superiores. Mas tudo começa na base. Se houver uma base de agricultores bem preparada, com um bom engenheiro pode-se atender diversas províncias. Desde que exista uma parte básica bem estruturada.

E essa é uma responsabilidade do Estado ou dos privados?

Quem tem a responsabilidade da formação e capacitação do capital humano é o Estado. É uma responsabilidade pública. O sector privado apenas complementa, nomeadamente na área da investigação. Ainda hoje se semeia mal milho em Angola. A banana não se cultiva como estamos a fazer no País. A mandioca não se planta como se faz em Angola. Estes são factores que condicionam o desenvolvimento da agricultura.

Mas para mudar é preciso ir ensinar as pessoas.

Estamos a fazer isso, mas não temos gente suficiente para cobrir todo o território nacional. Estamos a tentar reorganizar processos para que possamos levar informação científica aos cidadãos, aos agricultores. Temos que alterar as práticas para ter níveis de rentabilidade compatíveis com o que se faz noutros países.

Se a agricultura não for rentável, ninguém faz.

É óbvio. O segundo grande problema é a logística. Não é possível desenvolver com rentabilidade a agricultura em Angola, um país africano e tropical, sem adubos, fertilizantes, se não houver sementes qualificadas e adaptadas a cada uma das condições agro-ecológicas do País, se não houver pesticidas, se não se fizer correcção de terras ...

Mas diz-se que a terra em Angola é muito boa. Basta atirar as sementes, que tudo cresce nos nossos solos

Não é verdade! Isso são mitos. Todos esses factores que precisamos para desenvolver agricultura não são produzidos no País. Não temos nada do que precisamos para desenvolver a agricultura, tudo é importado. E o que origina?

Preços mais desajustados, discussões se devemos ter IVA ou não, quando o importante é que a nossa agricultura não é competitiva ao lado de outras que têm subsídios, preços mais actualizados, com as que têm economias que produzem grande parte dos insumos que precisam para a sua actividade agrícola. Estamos numa condição de desvantagem.

Nos últimos anos a estratégia do Estado é dar tudo isso aos agricultores (tratores, sementes, fertilizantes, etc).

Isso é um erro! O agricultor não precisa nada de borla. O que agricultor precisa é da criação de facilidades dentro do contexto que é a sua actividade. Vou dar um exemplo com o crédito. O agricultor não quer crédito para não pagar, precisa é de crédito adaptado à sua actividade. Imaginemos um produtor de banana. Ele não pode pedir um crédito e os "senhores financeiros" irem cobrar o reembolso a partir do terceiro mês. Se começa a actividade em Janeiro, a primeira colheita só será em Novembro/Dezembro. Depois da L a colheita vai precisar de tempo para criar condições para que a safra seguinte seja um sucesso. Essas condições específicas da agricultura muitas vezes não são entendidas.

Por exemplo, não há um banco específico para a agricultura.

Sim é verdade. Mas sou daqueles que defendo que neste momento a questão principal da agricultura não é ter um banco. Nem o conselho ...

Esse papel podia ser feito pelo BAD

Podia. Com a reformulação do BAD. Mas os bancos comerciais também podiam ter programas específicos para a agricultura

Mas essa é uma questão de rentabilidade para os bancos

A agricultura é rentável. É um falso mito acreditar que a agricultura não é rentável. Nos outros países os grandes, médios ou mesmo pequenos agricultores é que são os donos dos jactos, dos grandes projectos ...

Têm também um outro estatuto social Têm outro estatuto porque têm dinheiro. E tem dinheiro porquê?

Porque produzem café e vendem, produzem banana e vendem, criam gado e vendem. Compram acções em outras empresas, fazem crescer os seus negócios. Temos que reorganizar e estruturar todo este sector em Angola. Temos que ter organizações financeiras que olhem para a agricultura enquanto negócio, que entendam as condições específicas da agricultura. Há esforços dentro da nossa realidade. Mas não se faz agricultura com taxas de juro de 12%. Ou mesmo de 6%. Nem com períodos de carência de 3 ou 6 meses.

Mas essa é uma realidade do nosso sistema de crédito.

Acrescentar só mais um dado. Têm que se diferenciar os financiamentos solicitados para os custos de campanha (sementes, adubos, combustível, mão de obra para a colheita, por exemplo) que têm ciclos mais rápidos, com os recursos que são pedidos para montar cercas, fazer um curral. Não ter as mesmas taxas nem as mesmas condições.

Voltando ao papel do Estado. O ministério vai manter a política de distribuição de tratores pelo País, capitalizando em termos políticos essas ofertas?

Foi completamente alterada. Nesta altura há um processo distribuição de 950 tratores pelas 18 províncias do País, mas que estão a ser entregues a empresas de mecanização agrícola. Acabou essa política de fazer a entrega de um tractor a cada um. O que pretendemos é fazer surgir dentro das localidades, dentro das províncias, empresas que depois sub-alugam, onde os produtores podem ir lá comprar serviços. Esta é uma muito melhor utilização dos recursos disponíveis. Poucos são os tratores desses processos anteriores que hoje funcionam. Está tudo rebentado. Não houve manutenção.

E também eram gratuitos. Eram dados.

É verdade. Ninguém dava valor aquilo que não lhe custou nada em termos de suor. Essas políticas hoje já fazem parte do passado. Não existem mais.

Qual é a sua opinião sobre o facto de o Estado garantir preços mínimos aos agricultores em cada campanha, premiando a produção?

Há muita polémica à volta desse conceito dos preços mínimos para os produtos da cesta básica. Para mim, onde temos que trabalhar é nas condições que o agricultor precisa para transaccionar o seu produto. Se nós tivéssemos estradas, se houvesse crédito para que o cidadão pudesse comprar uma carrinha, umas caixas e para ter algum capital de giro, os problemas de escoamento e de preços dos produtos estariam resolvidos.

O preço dos produtos agrícolas são sempre um assunto sensível

É na agricultura que estão os preços mais baixos e é onde os cidadãos aceitam reclamar. No resto ninguém protesta que os preços estão altos. É só quando se tem de comprar um produto agrícola nacional que aparecem os discursos, as lamentações ...

Qual é a sua opinião sobre a pauta aduaneira em vigor?

Todos os países têm o direito de se defender, desde que existam motivos para isso. Nós temos muitos desajustes estruturais, às vezes parece que quando tapamos um buraco aqui, destapamos outro ali. É próprio de quem tem de reestruturar uma economia e um país com tantos desajustes e desarranjos como nós temos. Isso levanta por parte dos cidadãos algumas inquietações que se resolvem dialogando, ou- vindo e ir resolvendo.

Esses desajustes também complicam o crescimento económico?

Claro. Vou dar-lhe um exemplo. Se importar fuba, que não cria emprego nem desenvolvimento, como é um produto da cesta básica, não paga IVA. Agora se importar milho para pôr uma moageira a funcionar, que gera emprego, para além da farinha produz também farelo que pode ser utilizado na ração animal, paga IVA.

E como é que se resolve? Como é que se faz?

E preciso que as pessoas envolvidas neste processo, sem um espírito agressivo, sem rotular os outros de "que não sabem", se sentem e dialoguem. Os industriais, os que importam, os que têm a ver com a pauta aduaneira, com os licenciamentos, cada um dá a sua opinião num espírito cívico e de harmonia. Temos que conversar. O País é nosso. Às vezes não resolvemos muitas questões por causa da nossa arrogância, da nossa prepotência. Nada se resolve

assim. Temos aqui um problema que existe, é sério, é grave e que prejudica a Nação. Vamos sentar e conversar.

2.5 Crédito mais caro de sempre com taxa LUIBOR nos 27,62%

Jornal Expansão

13 De Dezembro de 2019

Texto: Nelson Rodrigues

Os empréstimos bancários a particulares e empresas têm estado a ficar mais caros com a subida da taxa de referência para o crédito interbancário, a Taxa LUIBOR Overnight, que tem estado a subir desde o início de Novembro fechando esta quinta-feira nos 27,62%, o valor mais alto desde que há registo em Angola.

Tratam-se dos efeitos da seca de liquidez na banca que resultou do aumento do coeficiente de reservas obrigatórias de 17% para 22% pelo Banco Nacional de Angola (BNA), que teve efeitos práticos a 4 de Novembro, admitem analistas ouvidos pelo Expansão.

A taxa LUIBOR, acrónimo inglês de Taxa Interbancária de Oferta de Fundos do Mercado de Luanda, é a taxa que os bancos cobram quando emprestam dinheiro entre si, além de servir de referência para o crédito a clientes.

Ao disparar para os 27,62%, significa que há escassez de liquidez e que os bancos que têm capital ou não emprestam, optando por aplicar a liquidez noutros investimentos, ou estão a emprestar mas a preços mais altos.

A própria teoria económica explica que circulação em excesso faz cair os preços. Como não há kwanza a circular em volumes que satisfaçam a procura, os bancos com alguma liquidez tendem a encarecer o custo do dinheiro, ou seja, o cumprimento da 'lei da oferta e da procura'.

Normalmente quando alguém vai ao banco pedir crédito, a instituição bancária cobra-lhe uma Taxa LUIBOR mais uma margem que depende do risco desse cliente.

Tendencialmente, em Angola, a mecânica das taxas de juros funciona da seguinte forma: o Comité de Política Monetária do BNA reduz a Taxa BNA, também conhecida nos mercados por Taxa directora, e essa redução contagia a LUIBOR, que, por sua vez, faz descer as taxas a que os bancos emprestam dinheiro aos clientes. Só que, desta vez, a taxa BNA

não baixou nem subiu, coma tendência de subida da LUIBOR a decorrer por via da falta de liquidez na banca.

De acordo com um analista, é urgente a recuperação da economia de forma a que se desenvolva um mercado em que as empresas consigam contribuir para o desenvolvimento económico, mas para isso precisam de acesso a crédito 'barato'. "A reversão do actual quadro tem haver com a economia real. O sector financeiro só está a sentir aquilo que a economia não está reflectir. A nossa banca depende [também] da economia real", sublinhou.

A partir de Janeiro é possível que os níveis de liquidez levem à descida da LUIBOR Overnight com entrada em vigor do decreto que corta para 2,5% o limite de posição cambial nos bancos comerciais.

Com esta medida, os bancos não vão poder ter mais do que 2,5% de fundos em moeda estrangeira, o que vai implicar a venda desses recursos aos bancos com menos recurso em moeda estrangeira. Daí também surgirá, como consequência, a circulação do kwanza, aumentando, deste modo a relatividade liquidez nos bancos. É que a moeda estrangeira só pode ser comprada em moeda nacional, contribuindo para a sua circulação.

BNA afasta hipótese de falta de liquidez

O BNA afastou a hipótese de que a fraca pro cura pelos bancos comerciais nos leilões de divisas estejam relacionados com a falta de liquidez decorrente do aumento do coeficiente de reservas-obrigatórias. José Massano deu exemplo do leilão do dia 28 de Novembro, onde foram colocados 100 milhões USD, mas só foram efectivados 53 milhões, ao falar na conferência de imprensa de 29 de Novembro.

Para o governador, os bancos só não captaram todas as divisas colocadas por que, no dia anterior, grande parte dos bancos já tinham participado da primeira sessão. " c. ..) O que fizemos foi organizar uma segunda sessão. E dessa segunda sessão a larga maioria dos bancos, que tinha adquirido da primeira, não foi necessário por isso recorrer à segunda", argumentou Massano, afastando, desde logo, o cenário de falta de liquidez.

2.6 Fazenda de milho recebe financiamento de 10 milhões USD

Jornal Expansão
15 De Dezembro de 2019

O complexo agro-industrial "Agrikuvango", localizado no município do Cuvango (Huíla), vai ser financiado em 10 milhões USD pelo Projecto de Apoio ao Crédito (PAC), no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações Substituição das Importações (PRODESI).

De acordo com o secretário de Estado para a Economia, Sérgio Santos, o governo vai apoiar o projecto, intermediando junto dos bancos subscritores do programa, para que o complexo "Agrikuvango", que já está em funcionamento, beneficie de um empréstimo para a aquisição de 24 novos pivôs de irrigação, que se juntarão aos 12 já existentes, Segundo afirmou, pelo que constatou, o projecto dá garantias de reembolso em oito anos.

O secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, José Bettencourt, anunciou que existem recursos financeiros para apoiar os agricultores e garantiu rigor na selecção dos projectos.

Aprovado pelo Decreto Presidencial nº 23/19 de 17 de Maio, a taxa de juro prevista para o PAC, o braço financeiro do PRODESI, não deve exceder os 7,5%. Recorde-se que mais de metade deste valor será regulado pelo empresário, depois da maturação do projecto.

O director geral e proprietário do complexo agro-industrial, Rui Kaposse, disse esperar que as preocupações relacionadas com a aquisição de divisas e o acesso a crédito para expansão do projecto sejam ultrapassadas num curto espaço de tempo.

O responsável sublinhou que projecto "Agrikuvango" começou a ser executado em 2017 numa área de cinco mil hectares. Em 2020, pretende diversificar as culturas, iniciando a produção de 750 hectares de gínguba, com potencial para chegar às 2.550 toneladas.

O empresário declarou que o complexo agro-industrial tem uma componente industrial já implantada, com a transformação de milho em fuba, numa quantidade estimada em 40 toneladas mês.

Até ao momento, a fazenda criou 235 postos de trabalho, num projecto implantado em 600 hectares, onde foram recolhidas 2.500 toneladas de milho. Noutros 550 hectares deverão ser plantadas sementes ainda na presente campanha agrícola.

Víctor Panzo

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Cidadã acusa alta patente da polícia de apropriar-se de terreno

Jornal Visão

7 De Dezembro de 2018

Na denúncia, Guilhermina Viegas Vicente diz que a referida parcela é urna herança do seu falecido avô, "ocupado em 2012 por Victor Inaculo, Comissário da Polícia Nacional": explicou.

Segundo fez saber, a família tem toda documentação que confirma a titularidade das referidas terras, pois, antes do seu avô falecer, em 2010, deixou tudo actualizado, "porque estava a ser vítima de perseguição e chantagem da parte do comissário": denunciou.

"Durante o ano de 2012 até ao ano seguinte ele ligava constantemente para a minha mãe a dizer que daria 15 mil dólares para que lhe fosse cedido aquele espaço como não aceitamos, começaram os conflitos": sustentou, para depois dizer que as ameaças e intimidações eram tantas que, inclusive, carros da Polícia Nacional ficavam de plantão a guarnecer o terreno.

Por este facto, acrescenta, ficaram impedidas de entrar no espaço. "Eu corno neta, ao ver aquela injustiça toda, não resisti e tentei por várias vezes questionar esta imposição. Mas fomos ameaçados de morte, porque eles diziam que matariam quem não cumprisse as ordens do comissário": acrescentou, para depois dizer que teve que fugir da zona onde vivia por temer pela sua vida.

Advogados e juízes comprados?

É o que se pode depreender das explicações dadas pela cidadã Guilhermina Viegas Vicente.

De acordo com ela, em virtude da perseguição que a família era alvo, constituíram um advogado para ver se saíssem daquele dilema.

"Desta feita, constituímos advogados das Mãos Livres e levamos o caso a tribunal. Em 2013, na primeira audiência o comissário não apareceu. Mandou o seu advogado que não teve argumentos para provar em tribunal que o terreno era pertença do senhor Inaculo, principalmente porque os documentos que usava eram falsos": denunciou.

Guilhermina Viegas diz que a documentação é falsa pelo simples facto de estar visível para todos: "Ele alega que o espaço é dele e os documentos são de 1992. Mas, para fazer fé que os documentos são mesmo falsos, a assinatura que está na documentação é da

Nem água vai, nem água vem

Para o espanto de Guilhermina Viegas Vicente e a sua família, aquilo que seria meio caminho andado para ganharem a causa em tribunal e a sua família ter de volta o seu património, esbarrou naquilo que ela chama demora propositada para ludibriar a opinião pública. casas dos netos do meu avô e algum material de construção que o senhor Inaculo foi usando para benefício próprio, mesmo o terreno não sendo seu. O que denota um claro abuso de poder, situações que a mais alta entidade da Nação está a combater": sublinha, solicitando a quem de direito a intervir a favor da sua família.

"Insatisfeita, a minha mãe foi as Mãos Livres e encontrou-se com o advogado António Gaspar e colocou o caso. Este, por sua vez, foi arrogante com ela e deu o nosso caso de nada. O que nos deixa sem saber o que se passa de facto".

Em gesto de conclusão disse que o comissário até agora só vedou o espaço e tem algumas casas dos netos do meu avô e algum material de construção que o senhor Inaculo foi usando para benefício próprio, mesmo o terreno não sendo seu. O que denota um claro abuso de poder, situações que a mais alta entidade da Nação está a combater": sublinha, solicitando a quem de direito a intervir a favor da sua família.

Comissário nega acusações e acusa Guilhermina de aproveitadora

Contactado via telefónica, o Comissário Victor Inaculo negou as acusações, e fez saber que é detentor de uma sentença julgada pelo Tribunal de Luanda que julgou o caso e o ilibou das acusações que agora voltam à baila.

"O tribunal comprovou que eles tinham a documentação falsa e deu a sentença favorável para mim. Temos testemunhas que comprovam que o terreno é minha pertença e mesmo a comunidade do Bita Tanque sabe que aquele terreno é meu": defendeu-se.

Segundo o responsável, está em marcha um processo nos Serviços de Investigação criminal (SIC), contra a jovem.

"A menina que diz que o terreno é seu está a tentar aproveitar resolver um problema dela. Ela vendeu terreno para outras pessoas, e estas pessoas andam atrás dela para receber o que ela prometeu: acusou, acrescentando que esta é a real causa que fez com que ela fugisse para o Uíge.

"O terreno foi negociado com o avó dela, e é de 129 hectares. Naquela altura quando negocieei ela ainda não existia, só mais tarde é que apareceu a fazer confusão. Tenho documentos do GPL e do Tribunal e possuo posse da terra" disse.

Questionado da originalidade dos mesmos, já que a família que acusa também possui documentos passados pelas administrações do Estado, Inaculo fez saber que possui os seus desde 1991.

Fonte: Portal de Angola

3.2 “Operação Resgate” deve atacar a raiz do mal que é o MPLA

Jornal 24 Horas

7 De Dezembro de 2018

"Resgate" significa "reaver" algo que alguém já tinha. Alguma vez em Angola governada pelo MPLA desde a Independência - não houve zungueiras e zungueiros, não houve kinguilas, não houve delinquência, não houve pobreza, não houve falta de emprego, não houve despedimentos ilícitos, não houve casos de ocupação dos espaços públicos para a construção de residências, não houve casebres, não houve lanchonetes, não houve instalação de mercados informais, não houve ocupação de reservas fundiárias, não houve armazéns e oficinas ao longo dos principais eixos viários, não houve infraestruturas inacabadas ou abandonadas, não houve venda de produtos roubados e furtados, não houve venda de peças de viaturas e telemóveis na rua, não houve exercício ilegal de táxis, não houve venda ambulante nos congestionamentos e pontos de carregamento e descarga de passageiros, não houve protecção de estrangeiros ilegais no país por parte de altas figuras do MPLA, não houve imigração ilegal e seu reflexo no tráfico ilegal de diamantes, não houve contrabando

de mercadorias, não houve fuga ao fisco, não houve crime organizado, não houve branqueamento de capitais, não houve tráfico de drogas, não houve exercício ilegal de medicina, não houve actividade religiosa desordenada, não houve introdução de hábitos e costumes estranhos à cultura nacional, não houve contrafacção discográfica e de mercadorias e medicamentos, não houve caça furtiva, não houve

exploração ilegal de recursos florestais, minerais e inertes ... não houve ... e não houve?

Sempre houve tudo e mais alguma coisa que foi enumerado acima. Sempre tivemos desordem do Estado angolano. E todo o mundo sabe que a desordem foi promovida, de forma premeditada, por um partido que sempre pretendeu estar no poder a qualquer custo. Chamemos os bois pelo nome. O Estado angolano não tem "ordem" para "resgatar" porque nunca teve.

Não se resgata o que nunca se teve. A "Operação Resgate" que começou no dia 6 deste mês é um embuste, a começar pelo próprio nome. Eu próprio "comi" da "desordem". Formei-me na "desordem". Construí a minha família na "desordem". O meu estudo foi pago por meio da "desordem". Adquiri coisas na "desordem", porque o Estado angolano sempre ofereceu "desordem" para os cidadãos conseguirem sobreviver. As zungueiras não querem vender no mercado? Querem dinheiro rápido? Quem promoveu o imediatismo?

É o MPLA. Quem sempre mostrou aos cidadãos que moralidade e ética é só no papel? É o MPLA. O MPLA criou a desordem e agora lança uma "Operação Resgate"? o Estado angolano precisa de recomeçar em tudo. Nós devemos reiniciar o computador. E reiniciar é com uma estratégia nacional acurto, médio e longo prazo. O Banco Mundial disse há dias que 50 por cento da população é pobre. Por que temos pobres se afinal uns poucos (do MPLA) têm - e sempre tiveram - o dinheiro dos pobres (dos 50%) nas suas contas? E estão livres. Andam vontade. Riem-se dos que sempre andaram no caminho da verdade e da moral. Quem criou todos os factos sociais negativos do Estado é o partido que sempre governou o país. Nunca tivemos outro desde 1975. O MPLA tem de aprender a ser humilde. Tem de aprender a reconhecer os seus erros que levaram (e ainda levam) à morte milhares de angolanos em todos os anos. A desordem generalizada em Angola não se resolve com "guerras", com "operações"

Aliás, vão dar mais oportunidade para "gasosas" ao próprio agente da Polícia da "Operação Resgate" que ganha mal e que também está a lutar para ter a sua casa e um carro em condições. Quem, entre nós, não tem um familiar seu a vender na rua? Que atire a primeira pedra! É preciso organizar o Estado, concordo. Mas ataquemos a raiz e não os frutos. A raiz chama-se MPLA.

3.3 Fiscalização

Jornal 24 Horas

7 De Dezembro de 2018

A invasão às casas do processo não é um procedimento novo no município do Rangel e outras paragens. A apropriação indevida de bens das zungueiras e demais vendedoras já vem desde longa dada. O roubo, a violência e a arrogância dos fiscais já foi e é frequentemente denunciado por todos os cidadãos que vêm esta prática todos os dias. Até já houve morte. A acção praticada recentemente pelos fiscais contra as casas de processo da Gajajeira e consequentemente contra as vendedoras do S. Paulo foi orientada pelo "camarada ordens superiores":

Não fosse a marcha das vendedoras o assunto passava despercebido e ficava no lamento e banzelo das sacrificadas donas dos produtos. Que se faça o apuramento real de quem deu a ordem. A suspensão do chefe da Fiscalização do Rangel é um embuste. Encontra-se o rosto do camarada ordens superiores.

3.4 “Operação Resgate” da “pimpa” só para as zungueiras

Jornal Visão

7 De Dezembro de 2018

Texto: Domingos Miguel

Já lá vão 24 dias, desde que a 'Operação Resgate' entrou em vigor, com o intuito de melhorar a administração pública e resgatar a autoridade do Estado.

Para muitos cidadãos, essa medida caiu como um balde de água fria, prova disso foi o alarido público criado à volta da mesma em todo território nacional, com maior realce na capital do país, onde se encontram muitos angolanos em busca de melhores condições de vida.

O jurista Gervásio Hossi entende que não existe execução de projecto sem desenho, assim como também não existe projecto social sem preparação prévia e sem sensibilização da população. "Portanto, a 'Operação Resgate' foi pensada em portas fechadas e executada a 'céu aberto', sem a possibilidade das pessoas que têm na zunga a sua fonte de rendimento sejam preparadas para encontrar outros locais para exercer a sua actividade sem que constitua um atropelo as normas administrativas como venda desordenada"

O jurista vai mais longe dizendo que esta operação é de facto uma iniciativa louvável, mas que o momento

não é oportuno, tudo porque não se pode combater os problemas administrativos, sem primeiro trazer grandes mudanças no seio de alguns sectores do ramo público, que foi efectivamente afectado pela corrupção activa. "Nessa altura as prioridades do Executivo seriam outras e não uma operação que tenta combater aquele que nada tem e favorece quem tem o poder financeiro": notou, para depois dizer que a medida mais acertada para se combater a venda ambulante seria a promoção de mais empregos.

"Prometeu-se, durante a campanha eleitoral, que haveriam 500 mil empregos disponíveis e ao invés de se cumprir essa promessa lançou-se esta operação que entrou repentinamente em vigor sem dar tempo às pessoas de se prepararem": sublinhou.

Vale aqui ressaltar o pensamento do sociólogo João Paulo Ganga, que exteriorizou durante uma entrevista que para os tais que contribuíram negativamente no aumento da pobreza extrema da população angolana, levando verbas ilicitamente, lhes foi dado seis meses para o devido repatriamento de forma voluntária, "Mas para os indefesos que sobrevivem da zunga, nem sequer uma semana para se organizarem ou legalizarem as suas actividades lhes foi dado": sustenta.

Com quem está a autoridade?

Na visão da Associação dos Jovens Universitários do Cazenga, esta operação foi mal empregue, na medida em que um Estado não perde a sua autoridade e quando assim acontece com quem estava? "É do domínio de todos que não estamos em altura para levar a cabo uma operação desta natureza em todo país, principalmente porque muitos problemas ainda assolam as nossas populações": explicaram, para depois apontar que temos poucos mercados e os que existem não oferecem dignidade a quem os usa, pois nem um banheiro tem e as empresas responsáveis pela limpeza não cumprem com o seu real papel. "Nos bairros nota-se um forte aproveitamento dos agentes da Polícia Nacional, motivo para dizer que a corrupção ainda continua no seio daquela instituição castrense. Por isso pensamos que, antes de entrar em vigor a 'Operação Resgate: primeiro deveria se fazer uma mega campanha de sensibilização,' ou seja, um resgate do combate a corrupção nas instituições públicas": apontaram, para depois concluir que, por esse motivo muitos projectos não atingem os resultados desejado por falta de sensibilização, fiscalização e ouvir os implicados, nesse caso, o povo.

3.5 “Zungueiras” em defesa dos seus interesses marcham para o palácio presidencial

Jornal 24 Horas

7 De Dezembro de 2018

Texto: Márcia Elizabeth

Cerca de meia centena de zungueiras (mulheres que vendem todo o tipo de produtos pelas ruas) saíram à rua, tendo sido impedidas pela polícia, que não permitiu que chegassem ao Palácio Presidencial.

Entretanto, Francisco Queiroz, ministro da Justiça e Direitos Humanos, que falava à comunicação social à margem do 'workshop' para a recolha de contribuições à proposta da estratégia do Executivo sobre os Direitos Humanos, foi instado a comentar as manifestações que têm ocorrido nos últimos dias na capital angolana.

Para o ministro, estas manifestações "têm mais a ver com interesses comerciais de cada um". "Não sei se têm a ver com direitos humanos, se calhar, tem mais a ver com interesses comerciais de cada um", disse o governante angolano, acrescentando que cada um está a defender os seus direitos comerciais". "São interesses comerciais. O Estado tem um interesse, esse sim, é de direitos humanos, é manter a ordem e a tranquilidade", realçou o titular da pasta da Justiça e Direitos Humanos em Angola.

Em causa está a "operação Resgate", colocada em prática pelas autoridades angolanas a 06 de Novembro e que visa reforçar a autoridade do Estado em todos os domínios, reduzir os principais factores desencadeadores da desordem e insegurança, bem como os da violência urbana e da sinistralidade rodoviária, aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos para a prevenção e combate à imigração ilegal e proibir a venda de produtos não autorizados em mercados informais.

Na segunda-feira, aparentemente de forma espontânea, cerca de 50 'zungueiras', todas oriundas do Mercado de São Paulo, em Luanda, surpreenderam as autoridades locais que só conseguiram pará-las a poucas centenas de metros do Palácio Presidencial, sem que se tenham registado quaisquer incidentes.

Cerca de uma hora depois, a polícia, já na zona da Maianga, conseguiu dispersar a meia centena de 'zungueiras', que partiram a pé e a cantar, de volta ao Mercado de São Paulo, depois de a polícia lhes ter dado garantias, que os produtos confiscados serão devolvidos.

Chefe da fiscalização desobedeceu e excedeu

Na sequência deste assunto, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda anunciou logo a seguir a "suspensão" do responsável da brigada de fiscalização que, na segunda-feira, praticou actos de "desobediência e de excesso de zelo" no Mercado de São Paulo sobre vendedoras de rua.

Num comunicado enviado à comunicação social, Francisco Andrade, director da Comissão, sublinhou que a suspensão de Paulo Gonçalves Diogo irá vigorar enquanto decorrer o inquérito para, num prazo de 72 horas, ser apresentado um "relatório circunstanciado" sobre as razões que estiveram na base de tal prática. "Uma vez confirmadas as suspeitas de excessos por parte dos efectivos, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, dará a conhecer que os prevaricadores serão punidos "de acordo com a lei", referiu Francisco Andrade.

Consta no documento que "a Comissão reitera que não vai permitir, quer da parte dos efectivos bem como dos cidadãos qualquer comportamento que ponha em causa os propósitos nobres da 'Operação Resgate' e aproveita a oportunidade para apelar à denúncia de práticas contrárias às normas e procedimentos administrativos".

Segundo Francisco Andrade, os actos de "desobediência e de excesso de zelo" foram praticados por uma brigada dos serviços de fiscalização local no perímetro da Gajageira, no bairro de São Paulo, distrito do Rangel.

Na segunda-feira, a acção da fiscalização da brigada e da polícia apreendeu as mercadorias das "zungueiras", o que gerou um protesto espontâneo das vendedoras que decidiram dirigir-se ao Palácio Presidencial, em Luanda, para pedir a intervenção do chefe de Estado angolano, João Lourenço. No entanto, acabaram por ser impedidas por um cordão policial à cerca de 500/600 metros do palácio. Na terça-feira, os ministros angolanos do Interior, Ângelo Veiga Tavares, e da Justiça, Francisco Queiroz, desdramatizaram o incidente registado segunda-feira de manhã, com o primeiro a admitir, porém, uma acção "menos correcta" da brigada e o segundo a reconhecer tratar-se de interesses comerciais.

3.6 Mercado do Sequele põe fim à venda desorganizada

Jornal de Angola

16 De Dezembro, 2019

Texto: Roque Silva

O espaço de estacionamento de viaturas e descargas de produtos e também de circulação de vendedores e clientes no mercado do Sequele está desobstruído desde segunda-feira, na sequência da remoção de tendas e contentores, onde eram praticados negócios de natureza diversa.

A remoção é resultante de uma decisão da Administração do Distrito Urbano do Sequele e foi feita com o objectivo de recuperar “o bom ambiente” quatro anos depois da abertura do mercado.

No total, foram removidos mais de 100 tendas e alguns contentores, em cujos espaços havia serviços informáticos, de alfaiataria, reprografia e de aplicação de extensões de cabelo, venda de material didáctico, roupa usada, bebidas e refeições, salões de beleza, armazém, lojas de vestuário, cosméticos e lubrificantes.

Os proprietários das tendas e dos contentores que criavam transtornos ao estacionamento de viaturas, à descarga de produtos e à circulação de vendedores e clientes foram transferidos para um mercado privado aberto no bairro Mayé-Mayé. A transferência irritou os vendedores afectados pela medida, de acordo com alguns proprietários abordados pelo Jornal de Angola, por falta de condições básicas no mercado do Mayé-Mayé e por afectar as vendas, se houver fraco movimento.

A medida de remoção e transferência das tendas e dos contentores é ainda resultante de reclamações apresentadas por moradores da cidade do Sequele à Administração do Distrito Urbano do Sequele devido aos embaraços causados e à venda desordenada à volta do mercado.

O director do Mercado do Sequele disse, ontem, ao Jornal de Angola, que o processo de transferência visou, sobretudo, “eliminar o excedente de vendedores, que muitas vezes produziam muito lixo mas não lhe davam o devido tratamento”.

Jorge da Silva explicou que se pretende, com a medida, colocar o mercado a funcionar com normalidade, apenas com a venda de produtos diversos no seu interior.

“A ideia é recuperar o bom ambiente no mercado e facilitar o estacionamento de viaturas e a des carga de

produtos, que eram feitos de forma constrangedora”, acentuou o director do Mercado do Sequele.

O Serviço de Fiscalização do Distrito Urbano do Sequele usou, no processo de remoção e transferência, três camiões, um dos quais de remoção e transporte de contentores, e 10 homens para a transportação e arrumação do material no novo mercado.

Um dos responsáveis do Serviço de Fiscalização, que preferiu não se identificar, declarou que a transferência decorreu sem constrangimentos, devido a uma campanha de sensibilização realizada há dois meses.

O novo mercado está a cinco quilómetros da cidade do Sequele e ainda não dispõe de energia eléctrica, de água potável, de lavabos e banheiros.

Muitas reclamações

Uma proprietária de um salão de cabeleireiro considerou que foram “atirados” para um local sem condições, um desabafo reforçado por um empreendedor na área das Tecnologias de Informação e Comunicação, para quem a existência de energia eléctrica é condição primordial para a manutenção do negócio.

“Sem energia eléctrica é impossível manter o negócio”, afirmou o empreendedor que, tal como a proprietária do salão de cabeleireiro, preferiu não se identificar. A falta de água no novo mercado vai comprometer o trabalho dos salões de beleza, lamentou Ana Antunes, uma funcionária de um salão de beleza, que disse estar preocupada com a possibilidade de ela e as colegas ficarem desempregadas.

O alfaiate Cardoso Manuel considerou que houve desorganização no processo de transferência por alguns colegas de profissão terem tido prejuízos, em decorrência da danificação de máquinas de costura, devido à má arrumação nos camiões que as transportaram. O sexagenário Cardoso Manuel reclamou do facto de os alfaiates terem sido os últimos a receber lugares no novo mercado.

Moradores aplaudem

Petra Diogo, uma moradora, afirmou que a presença de tendas no mercado da cidade do Sequele promovia a promiscuidade e o consumo exagerado de bebidas alcoólicas.

A ideia de Petra Diogo é comungada por Carlos Miguel, também morador, que disse concordar com a

medida, “porque muitos alunos de ambos os sexos ‘matavam’ aulas e ficavam nas barracas a beber”.

Um morador do edifício que está junto ao Mercado do Sequele aplaudiu a medida da Administração do Distrito, reconhecendo haver agora mais tranquilidade.

“Já vivemos momentos de muita preocupação, porque, entre nós, havia um sentimento de alerta, porque o ambiente desagradável que havia no mercado estava à vista dos alunos e doentes que frequentam as escolas e o Centro Médico de Saúde de Referência localizados junto ao mercado”, salientou o morador, que também falou sob anonimato.

3.7 “Estamos preocupados com a higiene e segurança alimentar”

Jornal Economia & Finanças

20 De Dezembro de 2019

Autor: André Sibi

Como o Inadec vê o problema da especulação nos últimos dias?

A especulação de preços é um facto que preocupa a todos nós enquanto consumidores. É importante compreender que, além de defendermos os interesses dos consumidores, também somos consumidores. O acto especulativo, por si só, constitui um crime previsto e punível no código penal angolano. Por causa do acto especulativo, o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor foi obrigado a aplicar a Lei e nas últimas três semanas encerrou uma loja da Angomart da Nobel Grupo na província de Benguela por causa da especulação de preços. Depois da penalização, no dia seguinte, o grupo empresarial retratou-se, reduziu os preços e já retomou as vendas. A nível de Luanda, o trabalho prossegue. Depois da implantação do IVA, registaram-se várias irregularidades no mercado que obrigaram o instituto a encerrar três armazéns. Além do encerramento destes três estabelecimentos comerciais, foram igualmente aplicadas as multas devidas para estes infractores. Nas campanhas de sensibilização que o instituto promove tem vindo a alertar os próprios empresários a compreenderem em primeiro lugar que eles também são consumidores. Comerciante hoje consumidor amanhã.

O que mais preocupa o Inadec nesta altura?

A nossa principal preocupação nesta altura está relacionada com a segurança e higiene alimentar. Estamos preocupados com o que os angolanos estão a consumir. As perguntas que não se calam nesta

altura são: em que condições são produzidos, transportados, conservados e comercializados os produtos consumidos pelos angolanos no seu dia-a-dia?

Qual é o foco das campanhas de educação que o Instituto de Defesa do Consumidor realiza ? O foco tem sido a consciencialização e formação do consumidor e o comerciante. Para o instituto, o consumidor deve ser um cidadão informado, pois conhecendo os seus direitos e deveres, saberá exigir a qualidade sempre que for necessário. Já o empresário, é consciencializado para que este tenha em conta que os seus clientes merecem o melhor produto e serviço.

Qual é a meta do Inadec nas campanhas de sensibilização?

Chegar aos 28 milhões de angolanos. No entanto para o alcance desta meta, todos nós temos de ser fiscais uns dos outros. Deixar o Inadec sozinho não será solução possível. Internamente temos 120 funcionários, que são capacitados sempre que necessário para dar resposta a estas solicitações. A intervenção do cidadão faz toda a diferença na construção de uma relação saudável. Estamos igualmente mobilizados nas 18 províncias.

Quais as acções em vista para manter o controlo de preços durante a quadra festiva?

Para se manter o controlo dos preços temos vindo a realizar várias acções. Recentemente, o Instituto de Defesa do Consumidor, fez uma digressão no interior do país, chefiada pelo Ministro do Comércio Joffre Van-Dúnem, no Cunene e Huíla. Chegamos até Cuvelai para fazer uma fiscalização pedagógica de modo a manter os preços. Os resultados mostram que alguma coisa mudou. Temos consciência que precisamos redobrar os esforços, no entanto, não é a fiscalização que muda o quadro, mas sim a consciencialização, pois o cidadão deve manter a boa conduta na presença e ausência das autoridades. Nas campanhas de sensibilização não estamos a descartar as acções coercivas para corrigir determinados comportamentos. O Inadec está representado nas 18 províncias do país e cada uma trabalha para capacitar o cidadão onde quer que esteja Defender os interesses dos consumidores angolanos em geral, sempre que virem os seus direitos violados por um comerciante ou prestador de serviço, quer público quer privado..

O Inadec tem apostado na formação de quadros para uma melhor resposta aos desafios do sector supervisão do consumo?

A aposta na formação de quadros é uma constante. Há duas semanas que celebramos um protocolo de cooperação com a ZAI, que vai cingir-se na formação de quadros. Nos últimos 15 dias por exemplo os quadros foram capacitados em matéria de higiene e segurança no trabalho. Durante a acção formativa os quadros foram capacitados sobre as diferentes formas de contaminação de bens alimentares, pois existem bens que não podem ser conservados no mesmo espaço, como é o caso de hortícolas e peixe, carne e iogurte, não podem ficar no mesmo congelador, causa uma contaminação cruzada.

Podemos considerar o consumidor angolano um ente informado?

Não! O consumidor angolano não é um ente informado. A maior parte das vezes não se preocupa com a validade e caducidade dos produtos. Muitos continuam a comprar sem verificar os prazos de validade dos produtos. Não podemos nos preocupar apenas com aqueles que falam o português, mas também as nossas línguas locais. Temos consciência que precisamos trabalhar mais e retirar da mente do angolano, que consumidor é somente aquele que fala português. Temos de trabalhar mais com as línguas nacionais para manter o cidadão informado. Actualmente, o instituto conta com spots publicitários em várias línguas, nomeadamente o kimbundo, kikongo e fiote.

Como é que se compreende, que o mesmo supermercado venda um produto a kz 100 em Viana e mil kwanzas na Maianga?

Nestas situações o consumidor deve questionar o estabelecimento e se necessário denunciar às autoridades. Em alguns casos justifica-se em parte, por causa da estrutura de custos entre uma zona e a outra. No entanto, a maior parte das vezes é apetência ao lucro fácil, o que o consumidor deve denunciar para que as autoridades possam averiguar, pois, a Lei define margens de lucro para indicadores não superiores a 20 por cento no produto. Não é correcto que o mesmo produto custe 100 kwanzas em Viana e mil na Mutamba. É absurdo.

Qual é o direito do consumidor mais violado pelos comerciantes e prestadores de serviços?

É o direito à informação. Seguido pelo direito à qualidade dos bens e serviços. Os comerciantes vendem produtos e serviços sem uma informação ao consumidor. Prestam serviços sem a qualidade exigida. Há produtos que são comercializados sem orientação precisa ao consumidor como usar o produto. Às vezes a informação não corresponde à explicação apresentada inicialmente.

A grosso modo podemos dizer que a Lei 15/03 de 22 de Julho tem sido sistematicamente violada. Esta Lei é de 2013. Na verdade precisa ser revista porque de lá para cá o sector económico registou avanços significativos e a Lei em vigor está desactualizada, sobretudo na aplicação de sanções contra aqueles que violam os direitos do consumidor. As sanções vigentes são administrativas, passam por multas, mas sem uma definição concreta em relação a tipologia da multa.

Tem havido acções de formação para que o cidadão possa exigir mais qualidade?

Tem havido acções de sensibilização. No país a actividade comercial é maioritariamente informal, por isso, as nossas acções de sensibilização focam para este segmento com muita atenção para que o cidadão possa levar o produto e serviço ao consumidor com a qualidade exigida. No dia 27 de Dezembro do corrente o instituto vai realizar acções de sensibilização um pouco por todo o país, até o primeiro semestre de 2020.

Qual é a província com maior incidência da violação dos direitos do consumidor? Luanda! Luanda lidera a violação dos direitos do consumidor, seguida pelas províncias de Benguela, Cabinda, as Lundas Norte e Sul e Huíla. Na Lunda Norte por exemplo, as últimas campanhas permitiram encontrar vários produtos expirados a serem comercializados. Produtos sem data de caducidade visível a serem comercializados.

Quais os canais usados para apresentar uma reclamação, sempre que os seus direitos são violados?

O primeiro passo, passa pela apresentação da reclamação junto ao estabelecimento comercial, pois dispõe de um responsável que tem a obrigação de dar resposta às diferentes situações, que acontecem na instituição. Em algumas instituições até já existem secções para atender reclamações. Se a situação não for resolvida, o consumidor pode recorrer ao Inadec através de uma carta, onde vai expor a situação. Além destes passos dispomos igualmente de contactos telefónicos que podem ser accionados 24 horas ao dia para denunciar (938405951), apoio ao consumidor e reclamações, seguido pelo (938 405 944).

Qual é a relação que existe entre o Inadec e a Autoridade Reguladora da Concorrência de Angola (ARC)?

São duas instituições que se complementam, uma vez que esta entidade define as políticas de preços. Sabemos que o país conta com um regime de preços que estabelece os regimes de preço, nomeadamente,

os preços livres, vigiados e fixos. Existem outros diplomas que definem também a margem de lucros que não pode ser superior a 20 por cento para os fornecedores.

E estamos certos que estes devem fazer o seu trabalho para que juntos possamos garantir o bem-estar do cidadão. Além destas, existem outras instituições que têm igualmente a mesma missão, nomeadamente, as diferentes inspeções de educação, saúde, transportes, ensino superior, PGR, a polícia, somos uma infinidade de instituições que trabalha para o mesmo objectivo, que é defender o bem-estar do cidadão.

Há quem diga que os livros de reclamações colocados à disposição do consumidor nos vários estabelecimentos não passam de “charme” é para o “inglês ver”?

Não concordo com esta afirmação. Desminto isto. Só para ter uma ideia. De Maio até à primeira quinzena de Dezembro, o Inadec recebeu mais de duas mil reclamações das quais foram resolvidas perto de 1.800, o que representa 70 por cento da capacidade de resposta. Destes, resultaram ainda em seis processos em curso no tribunal.

Qual é o sector que mais reclamações apresenta? Os indicadores variam de acordo com a época. Nesta altura por exemplo, as reclamações são sobretudo do sector alimentar e bebidas. Há muitas reclamações por causa da especulação de preços, incumprimento de prazos de entrega de mercadorias, transportação, extravio de bagagens, danificação de bagagens. Renovação de contratos. Incumprimento destes também. Já no primeiro trimestre de cada ano, as reclamações cingem-se sobretudo no sector da educação, por causa das matrículas, certificados, declarações e transferências de uma instituição para outra.

3.8 Zungueiros ganham mais dinheiro em Dezembro

Jornal Economia & Finanças

20 De Dezembro de 2019

Autor: Vânia Inácio

A menos de uma semana para o natal, os vendedores ambulantes comemoram lucro extra, apesar de acreditarem que mesmo assim o cozido será sem bacalhau “Vamos fazer o cozido com pescada”, responde um vendedor de rua com alegria”.

Às portas da ceia de natal, a zungueira de frutas Tina Feliciano afirma que, embora o clima de venda não

seja o mesmo, há algum tempo, chega a facturar pelo menos 15 por cento a mais nessa época.

Há um ano a vender frutas (actualmente manga) no centro da cidade, Tina Feliciano contou-nos que já mudou de negócio mais de duas vezes neste ano, porque os produtos sobem quase todos os dias.

“Por exemplo, no início do ano, vendia maçã e desisti porque agora a caixa está a custar kz 15 mil. Antigamente, comprava a kz 4.000 e depois a 9.000, hoje só levo kz 2.500 por dia para casa”, afirma.

Tina disse-nos que em Janeiro de 2016 perdeu o emprego num restaurante como ajudante de cozinha, e para não ficar em casa, optou por trabalhar como ambulante a convite de uma vizinha.

“Não podia ficar parada, mas hoje não tenho razões de queixa, pois há meses até que faço mais dinheiro do que o meu antigo salário, porque as frutas são muito consumidas, mesmo com a crise”, disse .

Sob sol forte, muitas vezes enfrentou a repressão de fiscais, na medida em que se deslocava por vários quilómetros carregando o peso das mercadorias. Vários deles desejam ter outra ocupação ou conseguir um lugar fixo mas também contestam os preços e a dificuldade de adquirir um lugar num mercado.

“Para conseguir um lugar no Mercado do 30, tens que ter entre kz 20 e 70 mil, dependendo do lugar.

“Agora, quando é que a pessoa vai conseguir juntar esse dinheiro se o que ganhamos nem chega para dar de comer os filhos?”, questionou uma zungueira, que no momento não queria que fosse identificada.

Do lado de Tina, estava Maria Rogério 46 anos, que, há 20 anos anda nestas lides.

Ela que vende pelas ruas da Capital variedades de frutas, dependendo da época, e pelo tempo, até considera uma paixão.

“Gosto do que faço”, respondeu numa voz tímida a mamã solteira, afirmando que a informalidade não é o único desafio enfrentado por elas no dia-a-dia.

“É preciso ter muita disposição, determinação e vontade de vencer. É com esse dinheiro que consigo dar de comer aos meus filhos. Só tem faltado, às vezes, dinheiro para as propinas”, disse.

Desde jovem que a tia Maria (nome mais conhecido) exerce a função de zungueira por “necessidade de trabalhar e a falta de oportunidades” e nas principais ruas da cidade ela busca a subsistência levando

rotinas cansativas, com extensas jornadas de trabalho diário.

“Mas eu tenho orgulho no que faço. Nunca precisei roubar para sustentar os meus filhos e enquanto tiver forças vou continuar a vender”, afirmou. João Capapa, de 26 anos, conta que mesmo com esse aumento nos preços, o movimento é mais intenso no natal, mas em comparação com os outros anos a população tem ganho mais o dinheiro.

“Minha família encontra-se em Benguela, e tenho de fechar pelo menos kz 100 mil para poder passar as festas com eles, mas este ano está difícil. Antigamente, chegava a fazer 20 mil por dia, na venda de brinquedos, hoje não faço nem 10 mil”, disse.

Mas o natal ainda é o melhor período para as vendas”, ressalta o vendedor que permanece diariamente nas ruas das 8h00 às 20. “Gosto muito do que faço porque as ruas também rendem muitas amizades, mas o Governo tem que arranjar mais opções para os jovens escolherem o que fazer”, disse.

3.9 INADEC aborda qualidade dos alimentos nos mercados informais do país

Jornal O PAÍS
27 De Dezembro de 2019

A importância da higiene e segurança dos bens comercializados, para a melhoria da qualidade dos serviços disponíveis aos consumidores é o mote da campanha que o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, INADEC realiza hoje em simultâneo em todo o país.

Em Luanda, o INADEC distribuiu hoje equipas para palestras nos mercados Asa Branca, Congolenses, Catinton e Km 30, com o intuito de realizarem uma ampla sensibilização sobre higiene e segurança alimentar nos mercados informais.

Temas como o grau de satisfação dos utentes e dos consumidores, relativamente às condições de comercialização dos alimentos e outros bens de consumo no local, e aplicação de boas práticas no acondicionamento e conservação dos produtos alimentares e não alimentares comercializados no mercado informal, fazem parte da agenda das palestras.

O INADEC promove a jornada sob o lema "alimentos com qualidade para um Natal Seguro às famílias angolanas".

A quadra natalina e ano novo, um período de intensas vendas de produtos, incluindo os alimentares, é aproveitado em muitas ocasiões como ocasião para comercializar alimentos sem a observação das mínimas condições de higiene e conservação pelo que a instituição de defesa do consumidor faz vincar nesta altura o lema "exigir o seu direito enquanto consumidor é exercer o seu dever de cidadania".

O INADEC é um Instituto público destinado a promover a política de salvaguarda dos Direitos dos Consumidores, bem como coordenar e executar as medidas tendentes à sua protecção, informação e educação, e de apoio às organizações de Consumidores.

3.10 Vendedoras sensibilizadas sobre higiene alimentar

Jornal De Angola
30 De Dezembro de 2019

Vendedoras dos mercados do Asa Branca, Congolenses, Catinton e do 30, em Luanda, foram sensibilizadas na sexta-feira sobre higiene alimentar e métodos de armazenamento e conservação de produtos.

Promovida pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), a campanha juntou especialmente vendedoras de produtos perecíveis, com vista a transmitir a importância das boas práticas de vendas para a Saúde Pública.

Em declaração ao Jornal de Angola, a directora-adjunta do INADEC, Anta Webá, esclareceu que a campanha faz parte de um programa concebido para todas as províncias de forma contínua. A responsável disse que, com a campanha, o INADEC pretende transmitir às vendedoras de produtos perecíveis uma nova forma de tratamento, armazenamento e de acomodação dos produtos nas bancadas.

No entender de Anta Webá, a falta de higiene alimentar nos mercados informais tem constituído um perigo para a saúde pública. Por isso, o INADEC, enquanto instituição que vela pela salvaguarda dos direitos das pessoas, não pode estar à margem desta situação.

Além da higiene alimentar, as vendedoras receberam instruções sobre indumentária e de como devem acomodar os produtos nas câmaras frigoríficas. Em relação ao funcionamento do mercado do Asa Branca, a directora-adjunta disse ter ficado impressionada com a organização, mas lembrou que é

importante que se faça mais e melhor, e o INADEC continuará a manter diálogo com a administração. “Vamos continuar a dialogar, de forma pedagógica, com as administrações dos mercados no sentido de melhorar os serviços prestados aos consumidores”, realçou Anta Webá.

O administrador do mercado do Asa Branca, Cláudio Manuel, considerou a iniciativa do INADEC boa e garantiu que tudo será feito no sentido de melhorar os serviços. Explicou que na praça, além da empresa de segurança, foi também instalado um sistema de videovigilância, que tem permitido o controlo de toda a actividade.

Marta André, vendedora de legumes há mais de 20 anos, disse que os temas abordados na palestra fizeram despertar novas formas de organizar os produtos e, também, de lidar com os clientes. Sofia Eduarda, uma outra vendedora, agradeceu o gesto do INADEC e pediu que fossem feitos regularmente encontros do género, mas disse que é importante que os técnicos vão para os outros mercados.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 ADRA considera proposta do OGE 2020 longe das prioridades das comunidades

Jornal O PAIS

06 De Dezembro de 2019

Texto: Maria Custodia

O director da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Carlos Cambuta, considerou, ontem, em Luanda, que a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) 2020 continua a estar longe das prioridades definidas pelas comunidades, a julgar pelas necessidades que estas ainda enfrentam. No seu entender, a proposta do OGE para 2020 poderá contribuir para minimizar a situação sobre o índice de pobreza multidimensional, mas a sua melhoria vai depender de como serão distribuídos os poucos recursos disponíveis.

De acordo com Carlos Cambuta, deve-se apostar numa maior coordenação entre os diferentes departamentos ministeriais, sem, no entanto, esquecer as parcerias com outros actores não estatais a nível local. Para ele, as várias experiências desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil deveriam ser aproveitadas no sentido de, paulatinamente, se dar resposta aos vários problemas que as comunidades enfrentam.

"A nossa avaliação não é ainda a desejada, na medida em que continuamos a ter um OGE cujas prioridades estão muito longe das acções primárias definidas pelas comunidades", apontou o activista cívico à margem do acto de apresentação pública da análise ao OGE- 2020 realizada pela sua instituição em pareceria com outras organizações da sociedade civil.

Segundo ainda o director da ADRA, o peso da dívida pública e a inflação estão entre os factores que fazem com que Angola esteja distante de alcançar os compromissos assumidos internacionalmente. A título de exemplo, Carlos Cambuta explicou que o sector da saúde representa apenas 4,99 por cento da proposta do OGE 2020, uma diminuição de 1 por cento em relação ao OGE deste ano.

Por outro lado, o especialista lamentou o facto de na proposta do OGE 2020 não haver uma verba específica para combater a seca no Sul do país. No seu entender, o facto de não constarem acções concretas na proposta para combater a problemática da seca, indica que não haverá acções que vão efectivamente ajudar a mitigar esta realidade nas comunidades afectadas.

Desafios persistem por causa da dívida pública

Por outro lado, a representante adjunta do UNICEF, Patrícia Portela de Souza, manifestou o compromisso da sua instituição em apoiar na capacitação dos actores locais com vista a melhorar a capacidade para a execução do Orçamento a nível municipal.

"O exercício orçamental para 2020 acontece num cenário económico cheio de desafios, em que, apesar dos aumentos verificados nos valores nominais alocados ao sector social, persistem os desafios devido ao grande espaço ocupado pela dívida pública e a desvalorização da moeda, que influenciam no valor real disponibilizado para sectores como a educação, saúde e protecção social", lamentou.

4.2 MPLA vai aprovar OGE de «incerteza) sem o voto da oposição

Novo Jornal

6 De Dezembro de 2019

O líder do Grupo Parlamentar do MPLA garante que seus deputados vão aprovar a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado que a oposição considera de «incerteza» com ou sem voto favorável dos adversários políticos.

Américo Cuononoca que falava à imprensa depois da reunião de líderes parlamentares que decorreu esta semana na Assembleia Nacional, afirmou que o debate na especialidade sobre o OGE contou com mais participação da bancada que suporta o Governo.

Sem deixar de mandar «farpas» ao seu principal «rival político» do MPLA, o presidente do Grupo Parlamentar dos «camaradas» disse que o país adoptou o multipartidarismo, a oposição nunca aprovou o Orçamento Geral do Estado Elaborado pelo Executivo.

"A oposição fala de um orçamento de incerteza, mas é necessário dizer que desde 1992, já lá vão 27 anos, a oposição nunca aprovou o orçamento", sublinhou o parlamentar do partido no poder.

Segundo Américo Cuononoca, a mesma oposição que reprova anualmente o OGE, é a mesma que tem estado a exigir que o Governo a cumprir alguns planos de governação. "Como será possível fazer se não aprovar o principal instrumento de governação que é o Orçamento Geral do Estado. Portanto, no dia 12, com ou sem a oposição, vamos aprovar o Orçamento Geral do Estado porque é este o instrumento que consideramos mais importante para que definitivamente os projectos de desenvolvimento sejam concretizados", garante Cuononoca.

Asssembleia Nacional agendou para a próxima quinta-feira, 12, o plenário que vai proceder a votação Final Global da Proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado, para o exercício económico de 2020.

A Proposta do OGE está avaliado em 15 biliões de kwanzas, a maior parte da verba prevista vai servir para o pagamento dívida pública, cujo peso ronda os 90% do Produto Interno Bruto (PIE).

As forças políticas da oposição como a UNITA e a CASA-CE não descartam a possibilidade de vota contra a proposta.

Alexandre Sebastião André, presidente da bancada parlamentar da CASA-CE, disse ao Novo Jornal que o sentido de voto da coligação vai depender da proposta que apresentada ao Parlamento. A CASA-CE quer que a Assembleia Nacional Limite o nível da dívida que o Executivo pretende contrair.

A UNITA segundo o seu líder parlamentar, Liberty Chiyaca, o partido vai decidir o sentido de voto na reunião a ser realizada na próxima segunda-feira, 9 de Dezembro.

Os maninhos» consideram que o país vai continuar a ter menos investimentos para os sectores da saúde e educação e também poucos recursos para a reabilitação de infra-estruturas tão necessárias para o desenvolvimento do nosso país.

• BORRALHO NDOMBA

4.3 IVA deverá cobrir insuficiências no OGE

Jornal Economia & Finanças

06 De Dezembro de 2019

Autor: Joaquim Suami

O economista angolano e empresário João Neves defendeu, recentemente, que o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) vai ajudar a reforçar, em termos de receitas, o Orçamento Geral do Estado

(OGE) e permitir ao Governo concretizar os seus projectos de investimentos inscritos. Reprova, contudo, a postura de alguns agentes económicos. O economista angolano e empresário João Neves defendeu, recentemente, que o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) vai ajudar a reforçar em termos de receitas o Orçamento Geral do Estado (OGE) e permitir ao Governo concretizar os seus projectos de investimentos inscritos. João Neves reprova a postura de alguns agentes económicos do país e da província de Cabinda, em particular, por estarem a praticar preços altos nos seus estabelecimentos comerciais desde a entrada em vigor do IVA.

De acordo com o economista, o IVA veio colmatar as insuficiências do OGE, não na vertente das despesas correntes, mas, principalmente, na vertente do investimento público. Nas economias desenvolvidas, os Estados não conseguem concretizar as suas acções com simples impostos. Disse que no caso de Angola, só os impostos predial urbano e industrial são insuficientes para libertar recursos financeiros para o Governo implementar as suas políticas de investimento público. "O IVA deverá ser visto na vertente de cobrir as insuficiências do OGE. Não veio para reforçar as outras taxas já aplicadas no país, mas trata-se dum imposto que depende da dinâmica da economia de um país", disse. Para melhor ilustrar as suas afirmações, João Neves lembra que caso a economia esteja estagnada não haverá valor acrescentado, pois o IVA é um acréscimo e que dependerá da dinâmica dos mercados. Nisso, defende, entra o papel do próprio Estado como maior interessado na dinamização das suas políticas de investimento público e de atracção do sector privado, que seria o principal visado, através dos concursos públicos. Nestes casos, segundo disse ainda, as empresas privadas concorreriam nos concursos públicos com transparência, o que permitiria que as mesmas tivessem maior capacidade de empregar, de dar retorno à economia real e, com isto, arrastar firmas de outros segmentos da economia. "...E quando a economia começar a funcionar, com a teoria da mão invisível, aí estaremos a atingir o objectivo do IVA", sustenta. Nessa perspectiva, João Neves advoga que só um funcionamento pleno da economia deverá gerar crescimento à economia, e nisso às famílias e às empresas. Ainda através da receita do IVA, argumenta que o Estado terá tudo para propiciar investimento público e dar oportunidade às empresas nacionais de concorrerem em igualdade com as estrangeiras nos concursos públicos. Como referência ao caso de Cabinda, atesta existir na província empresas capazes de concorrerem para diferentes concursos públicos, como nas obras públicas,

estradas, pontes, energia eléctrica, água potável e nos serviços. “Com as receitas do IVA, as empresas vão poder beneficiar do investimento público, e não haver injeção de capital na economia, não haverá IVA, e a economia estará estagnada”, reforça.

Reforma fiscal

O economista João Neves reconhece estar o país num processo de reforma fiscal e o mesmo visa atrair outros tipos de receitas para o OGE, os quais dependiam, exclusivamente, das taxas cobradas às empresas petrolíferas, tidas como insuficientes à realidade local. Nesse quesito, o IVA serve de reforço ao processo de formalização da economia, pois até os pequenos empresários têm de observar um regime diversificado onde há obrigações fiscais para cumprir. Sobre as dificuldades na implementação do IVA, diz que todos os agentes económicos, população e o próprio Estado devem interagir com a Administração Geral Tributária (AGT), nestes primeiros meses da implementação. Para ele, nesta fase de interacção, existe um período transitório, que é chamado de “regime transitório”, que vai até 31 de Dezembro de 2020. Neste período, explica, as pequenas e as médias empresas têm o tempo suficiente para se ajustarem com o IVA. “Poderá existir impedimentos por parte das empresas por causa da nossa rede de informática e de internet, porque tudo vai mais digital e não para o papel. O regime geral do IVA só está com a obrigatoriedade para os grandes contribuintes que aderiram ao imposto, a 1 de Outubro do ano em curso. Essas empresas de grande dimensão possuem processos administrativos complexos e já estão preparados na sua máquina administrativa para poderem ligar com o IVA”, disse. Sobre a província de Cabinda, que goza de um regime fiscal especial, entende que tal media é bem-vinda, porquanto, por si só, os custos operacionais são nesta parcela de Angola mais elevados em relação a outras localidades. “Cabinda vai beneficiar muito com este regime especial, ou seja, tínhamos um imposto de consumo que em média era 10 por cento, e vamos poder beneficiar, por isso os preços não têm como aumentar. Se tínhamos um encargo 10 por cento, e hoje, temos um encargo de 2,0, não há como os preços estarem afectados pelo IVA”, posiciona-se. A excepção feita está no sector de prestação de serviços, ou seja, as empresas no âmbito do regime geral do IVA na importação e tramitação de mercadorias cobram até 2,0 por cento, mas na prestação de serviços o IVA é de 14.

4.4 Municípios com verbas para combate à pobreza

Jornal Visão

7 De Dezembro de 2019

O incremento está maioritariamente nos municípios. Todas as províncias tiveram incrementos de verbas em termos de despesa social, principalmente para a saúde, programa de combate à pobreza e acções de carácter social”, disse.

Aia Eza da Silva, que falava durante o debate na especialidade do OGE, explicou que as verbas para os municípios começaram a ser atribuídas no âmbito do programa de combate à pobreza.

A ideia, segundo a secretária de Estado do Orçamento, é preparar os municípios para que possam enfrentar o processo das autarquias e torná-los o mais independente possível da execução central.

De salientar que no âmbito da execução da verba mensal dos recursos consignados especiais de KZ25.000.000, 00 (Vinte e Cinco Milhões de Kwanzas), foi disponibilizado um montante de KZ16.400.000.000 (Dezasseis Mil e Quatrocentos Milhões de Kwanzas), à todos os municípios do País, representando um valor de KZ100.000.000,00 (Cem Milhões de Kwanzas) por município.

Até à data foi executado o valor total de KZ13 379 690151 (Treze Mil, Trezentos e Setenta e Nove Milhões, Seiscentos e Noventa Mil, Cento e Cinquenta e Um Kwanzas), representando uma execução de 80% do valor disponibilizado.

O referido Orçamento que, ultrapassa os 9,6 biliões referentes ao exercício económico anterior, foi elaborado com base numa referência de 68 dólares por barril de petróleo e projectado a partir dos 83 programas previstos no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) para o período 2018- 2022, tendo como principal pressuposto o relançamento da economia nacional.

Distribuído por sectores, este orçamento prioriza as vertentes sociais como a Educação e a Saúde em favor das quais foram atribuídas cifras significativas que representam sete e seis por cento, respectivamente, do total do Orçamento, estando assim alinhado com as recomendações das Nações Unidas segundo as quais deveria ser atribuída uma quota de 10 por cento aos referidos sectores.

4.5 Parlamento recomenda o pagamento da dívida

Jornal de Angola

13 De Dezembro de 2019

Autor: Adelina Inácio

Os deputados aprovaram, ontem, o Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2020, com a recomendação ao Executivo de acautelar os mecanismos para garantir o cumprimento do Plano de Pagamento da Dívida Pública.

Os parlamentares recomendaram, igualmente, a inclusão de verbas para os programas da malária, tuberculose, aquisição de vacinas para o Programa Alargado de Vacinação (PAV) e o programa de redução da mortalidade materna.

Recomendaram igualmente que sejam previstas verbas para o funcionamento da Comissão da Carteira e Ética e que se estude com os ministérios do Interior e Justiça e Direitos Humanos a possibilidade de criação de gabinetes para os agentes sociais nas esquadras para atender vítimas de violência doméstica.

Os deputados querem que sejam responsabilizados civil e criminalmente os cidadãos que indevidamente têm beneficiado de pensões exclusivas para os antigos combatentes e veteranos da Pátria. Solicitaram que se encontre os melhores mecanismos para uma efectiva fiscalização dos preços dos produtos, para se proteger a população.

O Orçamento Geral do Estado (OGE), que começa ser executado a 1 de Janeiro, prevê receitas de 15.970.605.826.135,00 (Quinze biliões, novecentos e setenta mil milhões, seiscentos e cinco milhões, oitocentos e vinte e seis mil e cento e trinta e cinco kwanzas”, e igual montante de despesas. O documento foi aprovado com 133 votos a favor do MPLA, 50 contra, da UNITA e CASA-CE, e duas abstenções, do PRS. A FNLA esteve ausente da sessão.

As despesas correntes estão fixadas em kz 6.683.176.913.946,00 (Seis biliões, seiscentos e oitenta e três mil milhões, cento e setenta e seis milhões, novecentos e treze mil, novecentos e quarenta e seis kwanzas) e as receitas correntes em kz 8.610.102.839.147,00 (Oito biliões, seiscentos e dez mil milhões, cento e dois milhões, oitocentos e trinta e nove mil, cento e quarenta e sete kwanzas).

O preço médio do barril de petróleo está estimado em 55 dólares, devido às incertezas e os riscos associados à volatilidade do preço do barril no

mercado internacional, que pode ser considerado conservador.

Sector social foi privilegiado

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca, disse que os deputados votaram favoravelmente o OGE por considerar que, sem este instrumento primordial de governação, não haverá concretização dos programas e projectos de desenvolvimento económico, social, técnico científico para a melhoria das condições de vida das populações. "Não há magia para combater a fome, a pobreza e para desenvolver o país, fora do OGE", sublinhou o parlamentar.

Américo Cuononoca afirmou que o sector social foi privilegiado, por ser o que atende situações vulneráveis e inadiáveis. O deputado salientou que "quem vota contra o OGE de forma recorrente está negar aos angolanos a melhoria das condições de vida". "Não há, na História deste Parlamento, um registo de a oposição ter votado favoravelmente o OGE. Ao votar contra, a oposição demonstrou, mais uma vez, que não quer educação, saúde, água e energia e não quer a satisfação das prementes necessidades do povo", afirmou.

Empobrecimento das famílias

O presidente do grupo parlamentar da UNITA, Liberty Chiaka, disse que o partido votou contra por se tratar de uma "proposta de empobrecimento das famílias, das empresas e dos trabalhadores". Para o deputado, o aumento de 53 por cento que se regista neste OGE comparativamente ao Revisto de 2019 é anulado face aos 61 por cento das despesas destinadas ao serviço da dívida e aos 25 por cento de inflação prevista para 2020.

Segundo Liberty Chiaka, parte significava da dívida contraída pelo Estado e que pressiona as Finanças Públicas seguiu caminhos impraticáveis e não os propósitos para que foi contraída. Por isso, acrescentou, a UNITA insiste na necessidade de uma auditoria à dívida pública, por entender não ser justo que os contribuintes sejam fortemente penalizados “pagando uma dívida que beneficiou apenas uma pequena elite de governantes e atirou milhares de angolanos para a pobreza, desemprego e indigência”.

O presidente do grupo parlamentar da UNITA defende que o Executivo deveria privilegiar a recuperação de capitais e outros activos adquiridos com “saque aos cofres públicos” e intensificar e melhorar metodologicamente o combate à corrupção e à impunidade.

OGE inadequado para resolução dos problemas

O vice-presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, Manuel Fernandes, justificou o voto contra por o OGE 2020 se mostrar incapaz e inadequado para a resolução dos problemas mais candentes que aflige os cidadãos.

Para o deputado, o OGE continua a penalizar o sector social, como a Educação e Saúde. As quotas financeiras atribuídas a estes dois sectores, disse, estão muito aquém do recomendado pelos organismos internacionais, que estimam em 16 por cento para a educação e 20 por cento para a saúde. Para Manuel Fernandes, a boa governação deve concorrer para a erradicação da pobreza e promover o desenvolvimento social das populações, sendo a satisfação das necessidades colectivas o alvo das acções dos governos.

O deputado do PRS, Bendito Daniel, afirmou que apesar de o OGE ter conhecido um crescimento de 53.5 por cento, o que representa um reforço de mais de metade do valor orçamentado em 2019, não isso não se reflecte directamente na possibilidade de desenvolvimento e investimento nas funções sociais básicas.

4.6 Finanças aposta na qualidade da despesa

Jornal de Angola
13 De Dezembro, 2019

A ministra das Finanças, Vera Daves, reconheceu que as verbas no Orçamento Geral do Estado aprovado ontem “não são os recursos que se gostaria de ter”, mas garantiu que o Executivo está a insistir na qualidade das despesas.

“Temos estado a insistir na qualidade da despesa porque achamos que se todos nós formos rigorosos, íntegros, honestos, disciplinados, identificarmos bem os projectos, termos o hábito de fazer concursos públicos e dispensar os intermediários, irmos directo à fonte de fornecedores de bens e serviços e abandonarmos as práticas menos boas, esses recursos que parecem poucos serão muitos para as necessidades que temos que satisfazer”, afirmou.

A ministra das Finanças reconhece que é responsabilidade do Executivo, a todos os níveis, dar o melhor de si para que os cidadãos sintam, no seu dia-a-dia, os efeitos positivos da execução do OGE.

Vera Daves considerou o OGE de 2020 o possível, tendo em conta as circunstâncias económicas e financeiras que o país vive.

A titular das Finanças garantiu que o Executivo vai continuar a priorizar o sector social, a criação de melhor ambiente de negócios para o sector privado. Falou também do “firme propósito de honrar os compromissos financeiros com os credores e progressivamente reduzir o stock da dívida pública”.

Questionada a comentar o voto contra da UNITA e da CASA-CE, a ministra das Finanças disse que, com estes votos, os deputados da oposição pretendem demonstrar que “não estão satisfeitos com determinadas políticas e formas de gerir que estão a ser levadas a cabo pelo Executivo”.

O que o Executivo tem de fazer, sublinhou, é desconstruir essa ideia da oposição e provar que não é bem assim. “É verdade que os recursos são poucos, mas que o Executivo é capaz de, com esses recursos, resolver, na medida do possível, ou ir resolvendo os problemas”, referiu.

“O que move o Executivo e os deputados da oposição é resolver os problemas e dar melhores condições de vida à população angolana, de modo que não precisamos estar divididos. Temos que concentrar as nossas energias para fazermos o melhor por esta população que estamos para servir”, sublinhou, garantindo que o Executivo vai demonstrar que “é sim possível, com este OGE, melhorar as condições de vida da população”.

4.7 O serviço da dívida já leva 61 % das despesas previstas

Jornal Expansão
13 De Dezembro de 2019

O OGE para 2020 tem um valor para as receitas e despesas de 15,9 biliões Kz, mais 4,5 biliões que o OGE 2019 revisto, um acréscimo que ainda assim não compensa a desvalorização do kwanza face ao dólar. E isto tem alguma importância porque grande parte das despesas do Orçamento tem como referência a moeda estrangeira. Não apenas o serviço da dívida, mas também uma parte significativa para outros sectores, uma vez que são produtos importados e serviços contratados fora.

O OGE revisto 2019, com 11,4 biliões Kz ao câmbio no início do ano, 308,5 Kz/USD, tinha um valor de total de 36, 9 mil milhões USD. O orçamento aprovado hoje, 15,9 biliões Kz, ao câmbio de hoje, 469 Kz/USD, resulta num valor de 33,9 milhões USD. Menos 3 mil milhões. Significa isto, que apesar de ter aumentado 4,5 biliões Kz, pode comprar-se menos hoje no estrangeiro, bens e serviços, do que se

podia comprar há um ano com o valor do OGE Revisto.

Obviamente que não pode olhar-se apenas desta forma, mas não deve deixar de ser uma preocupação para o Governo o facto de o OGE, a preços reais, não ter crescido quando transformado naquela que é a moeda que serve de referência à economia do País. O caminho é ser mais rigoroso nas despesas.

4.8 OGE 2020 pronto para ser executado

Jornal Economia e Finanças
13 De Dezembro de 2019

O Executivo elaborou o OGE do próximo ano, tendo como pressupostos um preço médio do barril de petróleo bruto de 55 dólares, uma taxa de inflação de 24 por cento e um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,8 por cento:

As projecções fiscais apontam para a criação, em 2020, de um saldo global superavitário de 1,2 por cento do PIB e de um saldo primário igualmente superavitário de 7,1 do PIB.

Os deputados da Assembleia Nacional aprovaram, ontem, o documento programático, que assim dá luz verde para começar a operar a partir de 1 de Janeiro de 2020.

Conforme noticiou a Angop, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2020, que prevê receitas e despesas de 15.9 biliões, mais 4.5 biliões do que o de 2019.

Segundo o Executivo angolano, o preço de referência para o barril de petróleo é "uma estratégia conservadora", para proteger o país caso os movimentos de volatilidade do mercado petrolífero sejam desfavoráveis. garantindo assim que a despesa que foi projectada tenha maior probabilidade de ser executada.

O Executivo está ciente de que ainda não é o orçamento desejado, mas o melhor, por se propor garantir a consolidação fiscal e o crescimento económico, num ambiente de taxa de inflação de 24,3 por cento devido, essencialmente, aos ajustamentos feitos.

Nota de realce neste orçamento foi a participação dos parceiros sociais e dos sectores de todas as bancadas parlamentares, que esgrimiram as suas motivações para uma maior aposta financeira em certos sectores, em detrimento de outros.

A versão final do documento entra agora para a fase mais delicada do processo, que é sua execução, a partir de Janeiro de 2020, uma vez que a sociedade faz maior escrutínio e demanda maior rigor e transparência na gestão dos fundos públicos.

A UNITA, o maior partido da oposição em Angola, justificou o seu voto contra com o facto "desse OGE devotar incertezas, não apenas para o próprio Executivo, mas também para o resto dos agentes económicos do país",

Na óptica deste partido, que nunca votou favoravelmente-nenhum orçamento, o OGE/2020 vai encarregar-se, essencialmente, de resolver os compromissos internos da dívida pública externa e menos afectação para aquilo que é a sua função de produzir e resolver os problemas dos cidadãos.

Recursos por sectores

O sector social vai absorver 4,7 por cento da despesa fiscal, cerca de 27,6 por cento a mais do que o ano transacto.

Neste sector, destaca-se a protecção ambiental, habitação, saúde e os serviços comunitários, e com um crescimento orçamental de 182,1,51,2 e 35,6 por cento, respectivamente.

A Protecção Social, por sua vez, manteve-se quase inalterada, com um crescimento de cerca de 1,2 por cento.

O sector Económico vai absorver 11 por cento da despesa fiscais, que corresponde a uma contracção de 28,8 (kz 278,5 mil milhões) comparativamente à dotação orçamental atribuída no OGE.

Este comportamento deve-se, em grande medida, à decisão de uma menor intervenção do Executivo na economia nacional, suportada pelo processo de privatização e fomento da indústria privada. o sector da Defesa, Segurança e Ordem Interna regista um crescimento de 21,2 por cento e representa cerca de 19,3 da despesa fiscal, motivada pelo aumento da dotação à Segurança e Ordem Pública de 48,3.

Os Serviços Gerais representam 29 por cento da despesa fiscal, comportamento motivado pelo incremento de 65,2 relativamente ao exercício anterior. Este comportamento é suportado pelo aumento da dotação orçamental atribuída aos Serviços Gerais (463,6 por cento) e aos órgãos Executivos (78, 6 por cento).

As necessidades básicas de financiamento para o OGE/2020 estão estimadas em cerca de kz 7.879 mil milhões, 18,8 por cento do PIB.

As necessidades líquidas estão avaliadas em kz 653,3 mil milhões. Este montante será obtido pela captação de financiamento no mercado interno e externo.

4.9 Parlamento aprova OGE para 2020

Jornal O PAÍS

13 De Dezembro de 2019

O documento relevante para a gestão macroeconómica do país foi aprovado com 132 votos a favor (MPLA), 50 contra (UNITA e CASA-CE) e duas (2) abstenções do PRS, em reunião plenária extraordinária do Parlamento angolano, orientada pelo presidente desse órgão de soberania, Fernando da Piedade Dias dos Santos. A FNLA, com um assento, esteve ausente da sessão.

O total do Orçamento Geral de Estado para o próximo ano é de 15.875.610.485.070,00 de kwanzas (quinze biliões, oitocentos e setenta e cinco mil milhões e seiscentos e dez milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil e setenta kwanzas).

Para garantir a estabilidade macroeconómica na actual conjuntura, o Executivo elaborou o OGE do próximo ano tendo como pressupostos um preço médio do barril de petróleo bruto de 55 dólares, uma taxa de inflação de 24 por cento e um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,8 por cento.

As projecções fiscais apontam para a criação, em 2020, de um saldo global superavitário de 1,2 por cento do PIB e de um saldo primário igualmente superavitário de 7,1 por cento do PIB.

Segundo Executivo angolano, o preço de referência para o barril de petróleo é "uma estratégia conservadora", para proteger o país caso os movimentos de volatilidade do mercado petrolífero sejam desfavoráveis, garantindo assim que a despesa que foi projectada tenha maior probabilidade de ser executada.

O Executivo está ciente de que ainda não é o orçamento desejado, mas melhor, por se propor garantir a consolidação fiscal e o crescimento económico, num ambiente de taxa de inflação de 24,3 por cento devido, essencialmente, aos ajustamentos feitos.

Nota de realce neste orçamento foi a participação dos parceiros sociais e dos sectores de todas as bancadas parlamentares, que esgrimiram as suas motivações para uma maior aposta financeira em certos sectores, em detrimento de outros.

A versão final do documento entra agora para a fase mais delicada do processo, que é sua execução, a partir de Janeiro de 2020, uma vez que a sociedade faz maior escrutínio e demanda maior rigor e transparência na gestão dos fundos públicos.

A UNITA, o maior partido da Oposição em Angola, justificou o seu voto contra com o facto "deste OGE devotar incertezas, não apenas para o próprio Executivo, mas também para o resto dos agentes económicos do país".

Na óptica deste partido, que nunca votou favoravelmente nenhum orçamento, o OGE/2020 vai encarregar-se, essencialmente, de resolver os compromissos internos da dívida pública externa e menos afectação para aquilo que é a sua função de produzir e resolver os problemas dos cidadãos.

Distribuição de Recursos

O sector social vai absorver 40,7 por cento da despesa fiscal, cerca de 27,6 por cento a mais do que o ano transacto.

Neste sector, destaca-se a protecção ambiental, habitação, saúde e os serviços comunitários e, com um crescimento orçamental de 182,1 por cento, 51,2 por cento e 35,6 por cento, respectivamente.

A Protecção Social, por sua vez, manteve-se quase inalterada, com um crescimento de cerca de 1,2 por cento.

Já o sector Económico vai absorver 11 por cento da despesa fiscais, que corresponde a uma contracção de 28,8 por cento (kz 278,5 mil milhões) comparativamente à dotação orçamental atribuída no OGE.

Este comportamento deve-se, em grande medida, à decisão de uma menor intervenção do Executivo na economia nacional, suportada pelo processo de privatização e fomento da indústria privada.

O sector da Defesa, Segurança e Ordem Interna regista um crescimento de 21,2 por cento e representa cerca de 19,3 por cento da despesa fiscal, motivada pelo aumento da dotação à Segurança e Ordem Pública de 48,3 por cento.

Os Serviços Gerais representam 29 por cento da despesa fiscal, comportamento motivado pelo incremento de 65,2 por cento relativamente ao exercício anterior. Este comportamento é suportado pelo aumento da dotação orçamental atribuída aos Serviços Gerais (463,6 por cento) e aos órgãos Executivos (78,6 por cento).

As necessidades básicas de financiamento para o OGE/2020 estão estimadas em cerca de 7.879 mil milhões de kwanzas, 18,8 por cento do PIB.

Já as necessidades líquidas estão avaliadas em 653,3 mil milhões de kwanzas. Este montante será obtido pela captação de financiamento no mercado interno e externo.

A segunda Reunião Plenária Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da IV Legislatura da Assembleia Nacional teve como ponto único a votação final global do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2020.

Fonte: Angop

4.10 Parlamento recomenda o pagamento da dívida

Jornal de Angola

13 De Dezembro de 2019

Texto: Adelina Inácio

Os deputados aprovaram, ontem, o Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2020, com a recomendação ao Executivo de acautelar os mecanismos para garantir o cumprimento do Plano de Pagamento da Dívida Pública.

Os parlamentares recomendaram, igualmente, a inclusão de verbas para os programas de combate à malária, tuberculose, aquisição de vacina para o PAV e o programa de redução da mortalidade materna.

Recomendaram, igualmente, que sejam previstas verba para o funcionamento da Comissão da Carteira e Ética e que se estude com os ministérios do Interior e Justiça e Direitos Humanos a possibilidade de criação de gabinetes para os agentes sociais nas esquadras para atender vítimas de violência doméstica.

Os deputados querem que sejam responsabilizados civil e criminalmente os cidadãos que indevidamente têm beneficiado de pensões exclusivas para os antigos combatentes e veteranos da Pátria. Solicitaram que se encontre os melhores mecanismos para uma efectiva fiscalização dos preços dos produtos, para se proteger a população.

O OGE, que começa a ser executado a 1 de Janeiro, prevê receita de 15.970.605.826135,00 (quinze biliões, novecentos e setenta mil milhões, seiscentos e cinco milhões, oitocentos e vinte e seis mil e cento e trinta e cinco kwanzas", e igual montante de despesas. o documento foi aprovado com 133 votos a favor do

MPLA, 50 contra da U ITA e CASA-CE e duas abstenções, do PRS. A FNLA esteve ausente da sessão.

As despesas correntes estão fixadas em kz 6.683.176.913.946,00 (seis biliões, seiscentos e oitenta e três mil milhões, cento e setenta e seis milhões, novecentos e treze mil, novecentos e quarenta e seis kwanzas) e as receitas correntes em kz 8.610.102.839.147,00 (oito biliões, seiscentos e dez mil milhões, cento e dois milhões, oitocentos e trinta e nove mil, cento e quarenta e sete kwanzas). o preço médio do barril de petróleo está estimado em 55 dólares, devido às incertezas e os riscos associado à volatilidade do preço do barril no mercado internacional, que pode ser considerado conservador.

Sector social foi privilegiado

O presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca, disse que os deputados votaram favoravelmente o OGE por considerar que, sem este instrumento primordial de governação, não haverá concretização dos programas e projectos de desenvolvimento económico, social, técnico e científico para a melhoria das condições de vida das populações. "Não há magia para combater a fome, a pobreza e para desenvolver o país, fora do OGE". sublinhou o parlamentar.

Américo Cuononoca afirmou que o sector social foi privilegiado, por ser o que atende situações vulneráveis e Inadiáveis. O deputado salientou que "quem vota contra o OGE de forma recorrente está a negar aos angolanos a melhoria das condições de vida. Não há, na História deste Parlamento, um registo de a oposição ter votado favoravelmente o OGE. Ao votar contra, a oposição demonstrou, mais uma vez, que não quer educação, saúde, água e energia e não quer a satisfação das prementes necessidades do povo", afirmou.

Empobrecimento das famílias

O presidente do Grupo Parlamentar da U ITA, Liberty Chiaka, disse que o partido votou contra por se tratar de uma "proposta de empobrecimento das famílias, das empresas e dos trabalhadores".

Para o deputado, o aumento de 53 por cento que se regista neste OGE comparativamente ao Revisto de 2019 é anulado face aos 61 por cento das despesas destinadas ao serviço da dívida e aos 25 por cento de inflação prevista para 2020.

Segundo Liberty Chiaka, parte significava da dívida contraída pelo Estado e que pressiona as Finanças Públicas seguiu caminhos impraticáveis e não os propósitos para que foi contraída. Por isso,

acrescentou, a U ITA insiste na necessidade de uma auditoria à dívida pública, por entender não ser justo que os contribuinte sejam fortemente penalizado, "pagando uma dívida que beneficiou apenas uma pequena elite de governantes e atirou milhares de angolanos para a pobreza, desemprego e indigência".

O presidente do Grupo Parlamentar da UNITA defende que o Executivo deveria privilegiar a recuperação de capitais e outros activos adquiridos com "saque aos cofres públicos", intensificar e melhorar metodologicamente o combate à corrupção e à impunidade.

OGE inadequado para resolução dos problemas

O vice-presidente do Grupo Parlamentar da CASA-CE, Manuel Fernandes, justificou o voto contra por o OGE 2020 se mostrar incapaz e inadequado para a resolução dos problemas mais candentes que afligem os cidadãos.

Para o deputado, o OGE continua a penalizar o sector social, como a Educação e a Saúde. As quotas financeiras atribuídas a estes dois sectores, disse, estão muito aquém do recomendado pelo organismos internacionais' que estimam 16 por cento para a Educação e 20 por cento para a Saúde.

Para Manuel Fernandes, a boa governação deve concorrer para a erradicação da pobreza e promover o desenvolvimento social das populações, sendo a satisfação das necessidades coletivas o alvo das acções dos governos.

O deputado do PRS, Benedito Daniel, afirmou que apesar de o OGE ter aumentado em 53.5 por cento, isso não se reflecte na possibilidade de mais investimento nas funções sociais básicas.

4.11 Os desafios de Luanda já estão contabilizados

Jornal de Angola

20 De Dezembro de 2019

Autor: Isaque Lourenço

O OGE de 2020 disponibiliza para a província de Luanda um valor de kz 467,73 mil milhões (2,93 %), pouco mais de mil milhões de dólares, os quais deverão ser destinados para a Educação e a Saúde, como prioridades, além de atender a outros desafios da governação. De acordo com informações colhidas, a província que é também a maior contribuinte fiscal, aumentou, este ano, a sua arrecadação tributária em mais de 20 por cento e está a criar condições para uma subida mais significativa na receita tributária

depositada na Conta Única do Tesouro. Tratando-se da província com maior representatividade bancária, o governo da província pretende que os vários programas de crédito reflectam-se na vida dos empresários e ajudem na geração de emprego de qualidade aos jovens. Até Dezembro do ano passado, Luanda detinha 1.093 balcões do total de 2.026 que a banca nacional reportou à Associação Angolana de Bancos (ABANC). Esta semana, o governador Sérgio Luther Rescova disse ainda, durante a visita de dois dias que realizou à província o Presidente da República, que os cerca de 15 mil alunos admitidos no sistema escolar em 2019 deram um forte impulso ao programa de escolarização, mas ainda está-se longe de concretizar a meta de plena inclusão. Segundo fez saber, em Luanda, estão 704 mil crianças, fora do sistema de ensino, uma situação que coloca o sector da educação na agenda de prioridades da governação. Desde logo, a construção de escolas, e a admissão de professores para preenchimento de vagas a abrir com as escolas a inaugurar, devem ser tarefas que Luanda conta com a intervenção do Titular do Poder Executivo. Rescova agradeceu a atenção à província de Luanda que tem sido dispensada pelo Poder central, mas não deixou de enumerar uma série de constrangimentos, os quais impedem a celeridade na resolução de determinados problemas na capital.

Transportes estratégicos

A acção estratégica do Governo da Província de Luanda levará a que 220 autocarros iniciem, em 2020, operações para gerar mobilidade fácil na capital. Ainda no domínio dos transportes, em Março deste ano, foi dito que Luanda precisa de uma frota operacional de 1.800 autocarros, que correspondem a 2,3 veículos para cada 10 mil habitantes, para que se melhore a mobilidade urbana em transportes rodoviários urbanos de passageiros. O processo passa ainda pela criação de 105 linhas de autocarros com extensão de 3.309 quilómetros (km), o aumento da velocidade comercial média superior a 16 km/h. Apontou-se que tais dados resultaram de vários estudos elaborados por especialistas do ramo, face à implementação do Programa de Desenvolvimento do Governo de Luanda (PDGL). O estudo realizado em 2015 propõe que, do ponto de vista da rede de infra-estruturas viárias, sejam efectivados mais de 398 km de vias expressas primárias, das quais cerca de 250 km seriam novas conexões e 148 km de actualização das estradas existentes. A proposta indicou ainda que eram precisos 1.048 km de uma rede de estradas secundárias. Está igualmente prevista a construção de 759 km de novas estradas e 1.211 km de estradas terciárias, em todos os municípios da capital angolana. O projecto inclui também a implementação

de um sistema interligado de gestão de estacionamento. Actualmente, a cidade de Luanda tem perto de oito milhões de habitantes, sendo que ainda tem uma rede de transportes colectivos urbanos muito aquém das suas necessidades, do ponto de vista da frota disponível e dos sistemas complementares de mobilidade urbana.

4.12 ADRA e OPSA defendem maior «lisura» na execução do OGE 2020

Novo Jornal

20 De Dezembro de 2019

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e o Observatório Político e Social de Angola (OPSA) recomendam ao Governo uma maior transparência na execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2020, como aspecto fundamental para que se evitem os perigos de arbitrariedade e de excessiva centralização.

A recomendação das organizações cívicas surge na sequência da recente aprovação do OGE para o próximo ano pela Assembleia Nacional, consideram a questão da dívida pública uma grande preocupação por comprometer o futuro do país.

Numa análise a que o Novo Jornal teve acesso, a ADRA e o OPSA realçam que a descentralização constitui um desígnio do país no qual importa investir, de modo claro e sistemático. "Nesta matéria, não só os programas elencados aparecem de modo algo fragmentado como também os

próprios recursos não estão claros, especialmente no que se refere ao Fundo de Equilíbrio Nacional (FEN) e o Fundo de Equilíbrio Municipal (FEM). Estes devem estar claramente incluídos no OGE", lê-se no documento.

Monitoria pública e social do orçamento

Segundo o relatório das duas organizações, os dados sobre a execução orçamental são fundamentais para a realização de uma monitoria pública e social do OGE e para garantir um indispensável controlo do cidadão sobre as contas públicas, avaliando-se claramente a relação entre montantes orçamentados e a qualidade e impacto da despesa.

"O poder de compra das "famílias angolanas continua a diminuir substancialmente. A redução da despesa no sector social tem contribuído para o empobrecimento de muitas famílias", assinalam as organizações.

De acordo com o documento, a situação (de empobrecimento das famílias) tenderá a tornar-se mais preocupante quando se tem em mente o aumento da população angolana, estimando-se que, em 2030, a população nacional totalize 41,7 Trilhões de pessoas.

Nesse sentido, recomenda que a prossecução de políticas sociais e a avaliação correcta do impacto da política de privatizações deve necessariamente acautelar os interesses da população mais vulnerável.

"Urge realizar a avaliação intermédia do plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 e clarificar quais os progressos alcançados e as metas por alcançar por ano", defendem.

Entre as constatações feitas, a ADRA e o OPSA referem que a proposta de OGE para 2020 estimada em 15,9 biliões de kwanzas, o que representará um acréscimo de 53,5% relativamente ao ano anterior, deverá ter em conta a vulnerabilidade da população, a qual cresce com o aumento do desemprego taxado em 28,8%.

Dívida pública representa preocupação

Sublinham ainda que a dívida continua a representar uma preocupação séria, calculada até ao fim de 2019 o stock da dívida pública em 97,0% do Produto Interno Bruto (PIB), verificando-se também um aumento de cerca de 78,2% das necessidades brutas de financiamento em relação a 2019, quando o Executivo se comprometeu a diminuir a dívida pública para níveis próximos dos 60% do PIB após 2021.

As operações de dívida pública explicam 60,73% desta proposta de OGE (32,25% relativos à dívida interna e 28,48% à dívida externa), constataam.

"A este respeito, várias medidas são de destacar. A primeira prende-se com a política de privatização. Foi aprovada a Lei n.º 10/19, de 14 de Maio, que estabelece o Regime Jurídico das Privatizações e Reprivatizações, a qual se aplica às privatizações e reprivatizações de empresas públicas, participações sociais detidas directamente pelo Estado ou nos casos em que exista necessidade de dar de beber ao gado", realçou.

Maria de Fátima, que estava sentada na primeira fila, fez várias intervenções ao longo da reunião, com um tom de voz forte defendeu claramente o ponto de vista da maioria, como resultado disso as suas ideias eram apoiadas por outros moradores.

Importa realçar que, durante a nossa estadia na Huíla, numa visita à zona da Tundavala tivemos a

possibilidade de observar uma nascente de água que, segundo a população local, antes inundava a área, mas que hoje pouca água tem a oferecer, isso após o precioso líquido ter sido desviado para fazendas nas proximidades, o que vai de encontro ao anseio da população que reside na Missão Católica dos Gambos.

Para além da preocupação com a fonte de água, Maria de Fátima lamenta também a realidade das mulheres no contexto local. "Aqui sofremos porque as mulheres não têm visão, é preciso que elas possam ir à escola para aprenderem, também precisam ouvir o que se passa no mundo", lamentou, realçando que ela só consegue ter voz porque teve a oportunidade de estudar.

A discriminação de que são vítimas as mulheres a preocupa muito. Segundo a responsável da PROMAICA, as mulheres em muitos casos são maltratadas pelos maridos, explicando que elas têm que cultivar ou trabalhar para os fazendeiros locais mas, quando conseguem algo, os companheiros alegam que são os verdadeiros donos de tudo porque, segundo eles, são os chefes de família. "A tradição é assim!", lamentou, inconformada, enquanto fazia movimentos com os ombros.

Questionada sobre a existência de escolas no espaço da Missão, Fátima apontou para uma frondosa árvore perto do local onde conversávamos explicando que é debaixo daquela árvore onde os alunos assistem às aulas "sentados em pedras, devido à falta de carteiras".

Outra grande preocupação é a falta de um hospital no bairro da Missão. As mulheres grávidas, segundo a nossa interlocutora, são assistidas por parteiras locais mas, quando os casos se complicam, ficam dependentes da boa vontade de um condutor que aceitar levar a parturiente ao hospital mais próximo.

Antes, o pároco apoiava com o carro da Missão, mas que agora está avariado. perguntámos-lhe: "o que fazem nos casos em que não conseguem ajuda?" Fátima olha por alguns segundos para a jornalista e responde com a voz embargada: "fica mesmo assim, às vezes as mulheres acabam por morrer". O que se segue é um longo período de silêncio em que ela olha para o chão com os olhos marejados de lágrimas.

Cecília Cassapi, da Associação Construído Comunidades (ACC) e conhecida líder comunitária, lamentou também a situação que a população local enfrenta, tendo explicado que a associação que representa tem feito advocacia pelo direito à terra, por melhores condições nas zonas de exploração mineira e trabalham também em temas como a seca e

fome e em relação à gestão dos recursos naturais, como a água.

Quanto à situação das mulheres, Cecília frisou que vivem num contexto "extremamente difícil" em que não têm voz e são excluídas do sistema de ensino. Quanto à saúde; a activista socialmente afirmou que não exista um centro médico para atender aos moradores do Chiepepe.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Adão de Almeida colhe experiência autárquica lusa

Jornal de Angola

01 De Dezembro de 2019

O ministro angolano da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, participou, durante dois dias, no XXIV Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que decorreu, até ontem, na cidade de Vila Real.

Aberto pelo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa e encerrado pelo Primeiro-Ministro, António Costa, o evento reuniu, sexta-feira e sábado, autarcas portuguesas de todo o país, tendo o ministro Adão de Almeida sido "um convidado muito especial" particularmente acolhido pelo Chefe de Estado português que o tratou como um "amigo" representante de um "país irmão". Subordinado ao tema "Descentralizar, Regionalizar Melhor Portugal", o evento constituiu para o ministro Adão de Almeida, uma excelente oportunidade para tomar conhecimento da forma como Portugal dá corpo ao prosseguimento do processo de gestão do poder autárquico, nas suas múltiplas vertentes.

Na cerimónia de abertura, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa considerou que "o poder local é o esteio da democracia", mas aconselhou a que sejam tomadas algumas precauções sobre o modo como é gerido e na forma como contribuiu para uma verdadeira descentralização e regionalização, de modo a "evitar que se coloque a carroça à frente dos bois".

Na sessão de encerramento, António Costa reafirmou o empenho do Governo em prosseguir o processo de descentralização regional e recordou que, pela primeira vez, Portugal tem um Ministério especialmente vocacionado para este sector.

O Primeiro-Ministro português sublinhou as declarações de Marcelo Rebelo de Sousa e reafirmou a necessidade de se acautelarem alguns processos de modo que não sejam "passos em falso" que poderão encravar todo este processo.

Numa altura em que Angola se prepara para realizar as primeiras eleições autárquicas, o congresso constituiu uma excelente oportunidade para o

ministro Adão de Almeida tomar conhecimento do modo como Portugal vem cimentando todo este processo, tentando colocar os interesses do país acima das querelas políticas.

Além de Adão de Almeida e do director do gabinete de Intercâmbio do Ministério que dirige, Walter José, a delegação angolana a este congresso integrou ainda o embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Angola em Portugal, Carlos Alberto Fonseca, a cônsul-geral no Porto, Isabel Godinho, além de outros diplomatas nacionais acreditados em Lisboa.

5.2 CASA-CE prepara "máquina" para as eleições autárquicas

Jornal de Angola

01 De Dezembro de 2019

Autor: Bernardino Manje

Numa altura em que se intensificam as acções com vista à implementação das autarquias no país, no próximo ano, a CASA-CE voltou, ontem, a manifestar o posicionamento quanto à necessidade da criação do poder local em simultâneo e em todos os municípios do país.

A reafirmação foi feita, em Luanda, pelo presidente do grupo parlamentar da coligação, Alexandre Sebastião André, durante o Encontro Metodológico Nacional, em que participaram secretários nacionais, provinciais e comunais da CASA-CE.

"Para nós, CASA-CE, o gradualismo geográfico ou territorial, que exclui a implementação das autarquias em alguns municípios, é um princípio violador da Constituição. Essa estratégia violadora da Constituição justifica-se apenas no ponto de vista político, porque o Executivo, ou o partido que o sustenta, receia perder a hegemonia política sobre o país a que se habituou desde os tempos idos", disse o político, numa alusão à posição do Governo de implementação faseada do poder local. A implementação das autarquias em todos os municípios e em simultâneo é defendida por toda a oposição. Além de realçarem o facto de ser um imperativo constitucional, os partidos da oposição consideram que o gradualismo vai aumentar ainda mais as assimetrias regionais.

Entretanto, o então secretário de Estado para as Autarquias Locais de Portugal afirmou, em Agosto deste ano, em Luanda, que o gradualismo na implementação das autarquias "não é uma falsa questão", mas "uma forma de caminhar" e declarou ser "natural que os municípios com maior dificuldade aguardem por mais tempo".

Carlos Miguel, que falava à imprensa, no final de uma visita à Administração de Viana, defendeu que o mais importante é que os cidadãos encontrem as mesmas respostas em todos os municípios, de forma a evitar desigualdades. O dirigente português explicou que o gradualismo tem a ver com as condições disponíveis nas localidades para onde se pretende transferir as competências administrativas.

Sobre o seminário

Relativamente ao Encontro Metodológico Nacional, decorrido sob o lema “Formar e dinamizar os núcleos, rumo aos novos desafios”, Alexandre André considerou que o mesmo se reveste de capital importância, visto que se afigura como um dos grandes objectivos dotar os quadros, os secretários nacionais, provinciais e municipais de ferramentas necessárias para materialização do programa político da coligação.

5.3 O êxito do poder autárquico depende de quem o exerce

Jornal de Angola

05 De Dezembro de 2019-12-13

O poder autárquico que, em princípio, se estreia no próximo ano, em Angola, vai, ao menos isso, fazer sobressair virtudes e fragilidades do “pensamento político nacional”, no seu todo.

O poder autárquico, pela proximidade entre eleitos e eleitores, vai acentuar o carácter dos primeiros para o exercer, tal como sucede noutras latitudes, mas, igualmente, daqueles que os rodeiam, assessoram, mesmo sem terem sido escolhidos pelo voto popular, embora, não raro, queiram fingir que sim e pensem isso.

O poder autárquico, como quase tudo na vida, tem prós e contras, consoante o ângulo pelo qual é olhado, mas, igualmente, da maneira como é cumprido, que reflecte, aqui sem lugar a dúvidas, o carácter de quem o exerce, sabendo que o tempo de actuação, como em qualquer cargo ocupado por veredicto popular, não é eterno, está sujeito a avaliação permanente de júri heterogéneo constituído por pessoas, de várias idades, extractos sociais, profissões, com ou sem preferência por determinada força política, seguidores de religiões, agnósticos, ateus, notáveis, anónimos.

Nas autárquicas, prestes a debutar, o “voto partidário” ainda há-de prevalecer, desde que as forças políticas concorrentes sejam cautelosas, não se atrevam a apresentar candidatos maculados pela incompetência em cargos já desempenhados,

arrogância, menos ainda por práticas de corrupção, nepotismo, bajulação, beneficiários da impunidade, mas futuramente, cada vez mais, os eleitores, na hora de colocarem o voto na urna, vão ter em conta o que foi feito em benefício deles e exactamente o contrário, as promessas cumpridas e as que não passaram de palavras levadas pelo vento.

Nas autarquias, ao contrário do que, naturalmente, sucede em relação aos Governos Centrais, eleitos e eleitores estão fisicamente mais próximos, cruzam-se amiúde nas ruas, restaurantes, salas de cinema, recintos desportivos, apertam as mãos, abraçam-se, perguntam pela famílias, tomam o café juntos, jogam bilhar ou sueca nas colectividades, frequentam as mesmas praias, são do mesmo clube, lembram brincadeiras de infância, o primeiro dia de aulas, no fundo confraternizam, o que é salutar e nada, nem ninguém neste mundo, deve impedir. Em casos destes desde que a fronteira do bom senso não seja ultrapassada para não se transformar em algo de perigoso, condenável, que, em alguns casos, pode pôr fim a amizades de uma vida ou descambar em negociatas, das quais o país está farto. A verdade, porém, é que, apesar deste perigo de que deve estar ciente, o eleito, sabedor de que um dos princípios do poder autárquico é a política de proximidade, não pode furtar-se ao contacto com o povo, meter-se em gabinete climatizado, afastado da “realidade desconhecida” que o circunda, apenas receber quem não lhe suje a alcatifa e tenha passado no cravo de uma secretária solícita para uns, gélida no seco: “o senhor presidente está muito ocupado agora e nos próximos tempos”. O êxito do poder autárquico depende do carácter de quem o exerce, que deve estar consciente, antes de ser candidato, que a tarefa que o espera, em caso de ser eleito, não é de bangar, mas sujar as botas com lama, águas putrefactas, sentir a camisa colada ao corpo pelo suor trazido pelo sol, na boca o sabor do pó, sede onde não houver água potável e ter de mandar acender os faróis do carro para observar as condições do interior de um casebre, onde uma família finge viver.

Também é tarefa do autarca escutar o povo, procurar resolver, como lhe compete, problemas prementes agravado dia-a-dia, sem esperar ser fotografado, filmado, nem ecoados anúncios de intenções. É bom, também, terem sempre presente as palavras do Chefe de Estado, quando, recentemente, no Bié, na inauguração de uma unidade hospitalar, lembrou aos beneficiários que não tinham de agradecer aquilo que lhes era devido. Há frases curtas que valem mais que discursos

5.4 Detidos vão poder votar nas eleições autárquicas

Jornal de Angola

6 De Dezembro, 2019

Texto: Adelina Inácio

Os cidadãos que se encontram detidos ou presos vão poder exercer o direito de voto nas eleições autárquicas, garantiu ontem, em Luanda, o ministro da Administração do Território, Adão de Almeida.

“Estão detidos e não estão limitados nos seus direitos políticos”, disse o ministro, ao responder às inquietações dos deputados durante o debate na especialidade da proposta de Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas.

Adão de Almeida afirmou que o Executivo tem de criar condições para que, quem tenha direito de voto, o exerça e não o contrário. “Imaginemos que na cadeia de Viana existam cinco pessoas que manifestaram a intenção de votar e estão devidamente identificadas; no dia da votação pode ir à cadeia uma mesa móvel”, disse o ministro Adão de Almeida, sublinhando que a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) deve preparar estas condições.

O ministro respondeu, igualmente, ao deputado David Mendes, da UNITA, que afirmou não haver condições para o voto naquelas instituições e questionou se a urna que vai para a cadeia, saíria de que município, já que, por se tratar de eleições autárquicas, cada um deve votar no seu município.

O deputado da UNITA chegou mesmo a sugerir a retirada do artigo sobre os eleitores que se encontram detidos da Proposta de Lei, alegadamente por considerar que não há condições para os mesmos exercerem este direito. Entretanto, o ministro Adão de Almeida esclareceu que os presos devem manifestar a intenção de votar e a CNE mandar o boletim de voto do município de cada eleitor que manifestou a intenção.

Outra questão posta pelos deputados e que mereceu os esclarecimentos do ministro da Administração do Território tem a ver com o voto antecipado. A deputada Maria Augusta Correia, do MPLA, defende que seja mais abrangente. Para a Saúde, por exemplo, a deputada considera que deve ser extensivo a todos os profissionais que estiverem em serviço no dia do voto e não apenas aos médicos, como consta da proposta apresentada aos parlamentares.

A liberdade e confidencialidade do voto também foram questionadas. O deputado José Semedo, também do MPLA, pediu explicações ao ministro. O

parlamentar, David Mendes, da UNITA, chegou mesmo a afirmar que a exceção estabelecida na proposta, para a recolha de dados estatísticos, viola o direito do voto.

“Pode ser uma faculdade, mas nunca uma obrigação. Porque se estamos a dizer que ninguém é obrigado, ao abrir exceção estamos a dizer que é obrigado e se não o fizer está sujeito a uma sanção”, disse o parlamentar.

A proposta estabelece que ninguém pode ser obrigado ou obrigar outrem a revelar em que sentido vai votar ou votou. Entretanto, admite a recolha de dados estatísticos não inidentificáveis.

Partidos vão ter de usar financiamento próprio

O ministro da Administração do Território esclareceu que não há financiamento público para as campanhas eleitorais das candidaturas ao poder autárquico. Adão de Almeida disse aos deputados que a proposta de Lei proíbe financiamento das campanhas por parte de Governos, organizações estrangeiras ou Governos estrangeiros, ainda que registados no país. As contribuições dos partidos políticos ou de associações políticas nacionais, acrescenta o diploma, são certificadas por documentos passados pelos órgãos competentes dos mesmos, com identificação daquele que as prestou.

5.5 Lei orgânica votada dia 19

Jornal de Angola

6 De Dezembro, 2019

A Proposta de Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas vai à votação final global na 3ª Reunião Plenária Ordinária da Assembleia Nacional, agendada para dia 19. O documento define as regras estruturantes relativas à eleição dos órgãos executivos e deliberativos das autarquias e garante o efectivo respeito ao princípio da autonomia local e de um Estado democrático e de direito. O pacote eleitoral autárquico comporta dez diplomas, quatro dos quais já foram aprovados na generalidade pela Assembleia Nacional. A UNITA espera que a Assembleia Nacional faça a sua parte para que as eleições autárquicas no país se realizem na data prevista e diz que, a fazer fé nas declarações recentes do Titular do Poder Executivo, tudo depende do Parlamento. “É uma oportunidade para os legisladores tratarem com celeridade o pacote legislativo das autarquias, desde as eleições, finanças, taxas autárquicas, entre outros”, disse a deputada Navita Ngolo.

5.6 Presos poderão exercer direito de voto

Novo Jornal

6 De Dezembro de 2019

Ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, garantiu, nesta quinta-feira, 5, que os eleitores que se encontrarem detidos ou presos durante as eleições autárquicas poderão exercer direito de voto.

O pronunciamento foi feito na Assembleia Nacional durante a discussão na especialidade da Proposta de Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas.

Segundo o ministro, os presos poderão votar, independentemente de o local da detenção coincidir com o município onde deveriam exercer o seu direito de voto.

Alguns deputados da oposição não concordaram com a ideia, por antever dificuldades na sua operacionalização, principalmente do ponto de vista logístico e lisura do processo.

Entretanto, Adão de Almeida explicou que "há um princípio geral que deve ser salvaguardado, segundo o qual se deve criar condições para que quem tem direito de votar o exerça".

Acrescentou que a situação deverá ser resolvida por voto antecipado, que resulta de uma manifestação de vontade do eleitor detido ou preso que, no entanto, não deverá estar privado do exercício de direitos políticos.

"Este procedimento garante também o secretismo da votação", disse o ministro do Território durante o encontro na Assembleia Nacional.

Fez ainda saber que a situação abrangerá também os doentes internados e os que tenham necessidade de se deslocar ao estrangeiro por razões de doença, trabalho, estudo ou similares.

5.7 Governo propõe 2020, 2025 e 2030 para a sua realização

Jornal 24 Horas

7 De Dezembro de 2018

Texto: Japer Kanambwa

O comunicado final da reunião do Conselho de Ministros, o Governo propõe aos deputados à Assembleia Nacional uma redução do período de implementação das autarquias a nível nacional, e uma alteração para permitir também a participação

internacional de peritos no processo eleitoral autárquico, contrariando a versão inicial submetida à consulta pública, que previa apenas observadores eleitorais nacionais.

Segundo o ministro da Administração do Território e da Reforma do Estado, Adão de Almeida, em declarações à imprensa no final da reunião, para a subscrição para as candidaturas a presidente da câmara ficou definido que o número vai variar em função do número de eleitores de cada município, quando, na proposta inicial, o número de subscrições era de 500 a 550 cidadãos residentes no município.

Assim sendo, a proposta do Governo contempla também um mecanismo que salvaguarda o equilíbrio na participação do género, segundo o ministro. "Consagrou-se o princípio da representação equilibrada do género nas listas para as assembleias municipais e abriu-se a possibilidade de o Executivo aprovar mecanismos de premiação de candidaturas que consigam fazer eleger pelo menos 40 por cento de mulheres nas suas listas", afirmou.

Adão de Almeida informou que, de acordo com esta proposta, não é permitido às autoridades tradicionais concorrerem a órgãos das autarquias locais, por fazerem parte do grupo de inelegíveis, garantindo, no entanto, que fica salvaguardada uma participação permanente destas autoridades e de comissões de moradores nas assembleias das autarquias locais.

"A proposta apresentada estabelece que, além dos membros eleitos para as assembleias das autarquias locais, possam também fazer parte delas representantes de autoridades tradicionais com direito à palavra e à participação em todas as assembleias municipais, por um lado, e, por outro lado, representantes de comissões de moradores que também passam a indicar individualidades que participarão nas assembleias", declarou.

O ministro da Administração do Território defendeu que a proposta de legislação autárquica representa "o modelo adequado à realidade" nacional e explicou que o pacote, depois de terminada a consulta pública, consagra o princípio da separação de poderes e garante a participação das autoridades tradicionais e das comissões de moradores, realçando que o processo elimina a possibilidade de o Executivo interferir nas nomeações, em caso de vacaturas, que deverão ser assumidas pelo segundo elemento da lista ou por alguém da assembleia municipal.

O responsável ressaltou, por outro lado, que neste pacote legislativo é proposto que o poder autárquico passe a tutelar o ensino pré-escolar e primário, a gestão dos postos e centros médicos e hospitais

municipais, a produção e distribuição de energia eléctrica até cinco megawatts, a construção e reabilitação de vias secundárias e terciárias.

"Mas os recursos humanos terão dependência das estruturas centrais", afirmou, lembrando que há também uma proposta que determina o regime financeiro e de taxas para as autarquias.

5.8 Municípios com verbas para combate à pobreza

Jornal Visão

7 De Dezembro de 2018

O incremento está maioritariamente nos municípios. Todas as províncias tiveram incrementos de verbas em termos de despesa social, principalmente para a saúde, programa de combate à pobreza e acções de carácter social", disse.

Aia Eza da Silva, que falava durante o debate na especialidade do OGE, explicou que as verbas para os municípios começaram a ser atribuídas no âmbito do programa de combate à pobreza.

A ideia, segundo a secretária de Estado do Orçamento, é preparar os municípios para que possam enfrentar o processo das autarquias e torná-los o mais independente possível da execução central.

De salientar que no âmbito da execução da verba mensal dos recursos consignados especiais de KZ25.000.000, 00 (Vinte e Cinco Milhões de Kwanzas), foi disponibilizado um montante de KZ16.400.000.000 (Dezasseis Mil e Quatrocentos Milhões de Kwanzas), à todos os municípios do País, representando um valor de KZ100.000.000,00 (Cem Milhões de Kwanzas) por município.

Até à data foi executado o valor total de KZ13 379 690151 (Treze Mil, Trezentos e Setenta e Nove Milhões, Seiscentos e Noventa Mil, Cento e Cinquenta e Um Kwanzas), representando uma execução de 80% do valor disponibilizado.

O referido Orçamento que, ultrapassa os 9,6 biliões referentes ao exercício económico anterior, foi elaborado com base numa referência de 68 dólares por barril de petróleo e projectado a partir dos 83 programas previstos no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) para o período 2018- 2022, tendo como principal pressuposto o relançamento da economia nacional.

Distribuído por sectores, este orçamento prioriza as vertentes sociais como a Educação e a Saúde em favor das quais foram atribuídas cifras significativas

que representam sete e seis por cento, respectivamente, do total do Orçamento, estando assim alinhado com as recomendações das Nações Unidas segundo as quais deveria ser atribuída uma quota de 10 por cento aos referidos sectores.

5.9 Fundo soberano desembolsa mil milhões a favor do PIIM

Jornal de Angola

13 De Dezembro de 2019

Autor: Lourenço Bule

O Banco Nacional de Angola (BNA) passou ao Tesouro Nacional os primeiros cem milhões, de cerca de mil milhões já desembolsados pelo Fundo Soberano de Angola (FSDEA) a favor do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), avaliado em dois mil milhões, anunciou quarta-feira, em Menongue, a ministra das Finanças.

Vera Daves, que esteve durante algumas horas em Menongue, Cuando Cubango, explicou que está acordado que o Banco Nacional de Angola (BNA) transfira para o Tesouro Nacional parcelas de cem milhões de dólares, consoante a execução e a facturação dos projectos do PIIM, até a liquidação total do valor inicial.

Só depois é que é desembolsada a outra parte do valor, ou seja, da outra tranche de mil milhões de dólares, dos dois mil milhões que constituem o montante global aprovado pelo Executivo para financiar as acções do PIIM, um programa que tem como objectivo fundamental dar respostas imediatas aos problemas sociais, sobretudo das zonas rurais.

“Nós, Ministério da Finanças e o Fundo Soberano, decidimos assim propositadamente, para podermos disciplinar os gastos e termos a certeza de que os valores estão a ser aplicados rigorosamente nos projectos para que foram destinados e evitar algumas tentações por parte dos gestores públicos”, disse.

A ministra declarou que o curso do PIIM no Cuando Cubango decorre como foi programado e que uma equipa do Ministério das Finanças tem apoiado o Governo local com as “peças” necessárias para o lançamento dos concursos públicos alinhados às prioridades e ao impacto social.

Em todo o país, a execução do PIIM está a decorrer com normalidade, apesar de haver alguns municípios mais adiantados que outros quanto à contratação e aos concursos públicos, disse Vera Daves, considerando que o processo está a dinamizar a edificação das infra-estruturas em todo o território

nacional e que brevemente começa a receber os devidos pagamentos.

Fundos dos Eurobonds

Na capital do Cuando Cubango, a ministra avaliou de forma positiva o grau de edificação de infra-estruturas com financiamento da emissão de Eurobonds de 2018, o que inclui obras dos sectores da Saúde, Educação, Energia e Águas, a construção de pontes, habitação e asfaltagem de algumas ruas da cidade de Menongue, em obras que não foram concluídas devido aos atrasos na emissão de facturas de cobrança por parte do Governo da província. Em 2018, o Ministério das Finanças colocou a disposição da província do Cuando Cubango um montante de 6,6 mil milhões de kwanzas, dos fundos de Eurobonds, com o propósito de dinamizar a edificação de infra-estruturas, mas apenas foram utilizados 10,54 por cento da soma, com a execução física das empreitadas a ultrapassar os 54 por cento. Vera Daves assegurou que todas essas obras vão continuar o seu curso normal em 2020, até à sua conclusão, deixando instruções quanto à necessidade do Governo Provincial e as empresas de construção serem “perspicazes” na emissão das facturas de cobrança, para se evitar transtornos semelhantes aos que ocorreram para a interrupção do processo. Com os fundos dos Eurobonds, o Governo do Cuando Cubango estava a executar um total de 33 acções diversas, com realce das obras de ampliação do Hospital Pediátrico de Menongue, expansão da rede de distribuição de água potável, construção de cinco centros de saúde, bem como dez escolas do Iº e IIº ciclos nos nove municípios da província. A ministra visitou a Delegação do Ministério das finanças e sede da Administração Geral Tributária, assim como inteirou-se do grau de execução do PIIM.

Devolução do dinheiro

O governador do Cuando Cubango, Júlio Bessa, defendeu durante o encontro que manteve com a ministra das Finanças a necessidade da restituição à província de todo o dinheiro dos orçamentos anteriores recuperado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), no quadro das acções de combate à corrupção e peculato.

Júlio Bessa considerou ser “imperioso” que estes dinheiros revertam a favor da província, para que os projectos a que estavam destinados sejam concluídos, instando à recuperação urgente dos recursos financeiros dos processos judiciais resolvidos e em posse da PGR, visto que o dinheiro é para projectos que beneficiem as populações e não os agentes públicos e famílias.

5.10 Autarquia aprovação das leis em 2020 ameaça confiança do processo

Novo jornal

13 De Dezembro de 2019

Texto: Borralho Ndomba

o coordenador do Observatório Eleitoral de Angola (ObEA) considera que a aprovação em 2020 do Pacote Legislativo Autárquico poderá pôr em risco a realização das primeiras eleições no país.

Luís Jimbo diz que o facto vai, por outro lado, causar suspeição da credibilidade do processo eleitoral por entender que muitas tarefas relacionadas com a institucionalização do poder local vão ser executadas ainda no ano das eleições.

O observador eleitoral comentava ao Novo Jornal o atraso na discussão e aprovação na Assembleia Nacional dos diplomas que vão servir de base para implementação das autarquias. Desde que deu entrada no Parlamento, os deputados só aprovaram, até ao momento, quatro das dez leis que constituem o Pacote Legislativo Autárquico.

O especialista em observação eleitoral alerta que durante os seis meses depois da convocação das eleições, o Executivo, através do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT), terá que tratar da questão da actualização do registo eleitoral.

A sociedade civil e a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) poderão trabalhar nos programas de educação cívica eleitoral e na capacitação técnica das comissões municipais e provinciais eleitorais. Os grupos de cidadãos deverão organizar-se para estar legalmente preparados para apresentarem candidatura. Enquanto para os partidos políticos está o processo de nomeação e a formalização das candidaturas. Isso poderá ter início depois de aprovação e regulamentação das leis sobre as autarquias, de acordo com Luís Gimbo. "Estas tarefas todas têm impacto directo na credibilidade e na gestão de conflitos eleitorais porque um dos grandes problemas que temos tido é a suspeita da fraude. E no nosso relatório apresentamos isto", explicou.

Na próxima quinta-feira, 19, dia da última sessão plenária do ano de 2019, a Proposta de Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas, que vai definir as regras estruturantes inerentes à eleição dos órgãos executivos e deliberativos das autarquias, vai à votação final global.

É a quinta proposta do pacote que vai ser aprovada. Entretanto, as outras cinco do conjunto de diplomas ainda não têm sequer a data para a discussão na especialidade.

É daí que muitas sensibilidades levantam a suspeita de um possível adiamento das autarquias. Segundo o coordenador do ObEA, Luís Jimbo, se todas as propostas de leis fossem aprovadas ainda este ano, em condições normais o Presidente da República convocaria as eleições em Fevereiro de 2020, tendo em conta as questões de ordem climática, como a chuva.

"Porque depois de convocar as eleições, temos três meses para se apresentar às candidaturas e depois há outros três meses para a realização da campanha eleitoral. Estamos a falar em seis meses desde o anúncio até ao dia da votação".

O coordenador do Observatório Eleitoral de Angola afirma ainda que "é preciso ter a ideia que, em princípio, o resultado do apuramento é feito lá nas autarquias. Isso significa que a Comissão Municipal Eleitoral e a Comissão Provincial Eleitoral têm que ter capacidade profissional para responder a esta demanda tecnicamente e isso tem que se construir. No nosso entender, há um conjunto de tarefas eleitorais para as autarquias além da aprovação da lei. Realizando-as todas no próximo ano vai ter um impacto negativo de suspeição da credibilidade eleitoral". Por seu turno, o coordenador da ONG Friends of Angola (FoA), Rafael Morais, também acredita que a realização das eleições autárquicas estará em risco se o Pacote Legislativo Autárquico for aprovado no agendado para o pleito. "O pacote autárquico devia ser aprovado há muito tempo para que as pessoas sejam mobilizadas, sejam sensibilizadas para que no dia D as pessoas não estejam alheios àquilo que tem a ver com o desenvolvimento do seu município e da sua comunidade". Para Rafael Morais, a lentidão na aprovação dos diplomas demonstra medo do partido que suporta o Governo em perder o poder em algumas zonas do país em função do actual estado económico e social do país, Acha que a derrota nas autarquias possa representar perigo nas eleições gerais", considera o activista.

5.11 Fundo soberano desembolsa mil milhões a favor do PIIM

Jornal de Angola

13 De Dezembro de 2019

Texto: Lourenço Bule/Menongue

O BNA passou ao Tesouro Nacional os primeiros cem milhões, de cerca de mil milhões já desembolsados pelo Fundo Soberano de Angola (FSDEA) a favor do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), avaliado em dois mil milhões, anunciou quarta-feira, em Menongue, a ministra das Finanças

Vera Daves, que esteve durante algumas horas em Menongue, Cuando Cubango, explicou que está acordado que o FSDEA que o Banco Nacional de Angola (BNA) transfira para o Tesouro Nacional parcelas de cem milhões de dólares, consoante a execução e a facturação dos projectos do PIIM, até a liquidação total do valor inicial.

Só depois é que é desembolsada a outra parte do valor, ou seja, da outra tranche de mil milhões de dólares, dos dois mil milhões que constituem o montante global aprovado pelo Executivo para financiar as acções do PIIM, um programa que tem como objectivo fundamental dar respostas imediatas aos problemas sociais, sobretudo das zonas rurais.

"Nós, Ministério das Finanças e o Fundo Soberano, decidimos assim propositadamente' para podermos disciplinar os gastos e termos a certeza de que os valores estão a ser aplicados rigorosamente nos projectos para que foram destinados e evitar algumas tentações por parte dos gestores públicos", disse.

A ministra declarou que o curso do PIIM no Cuando Cubango decorre como foi programado e que uma equipa do Ministério das Finanças tem apoiado o Governo local com as "peças" necessárias para o lançamento dos concursos públicos alinhados às prioridades e ao impacto social.

Em todo o país, a execução do PIIM está a decorrer com normalidade, apesar de haver alguns municípios mais adiantados que outros quanto à contratação e aos concursos públicos, disse Vera Daves, considerando que o processo está a dinamizar a edificação das infra-estruturas em todo o território nacional e que brevemente começa a receber os devidos pagamentos.

Fundos dos Eurobonds

Na capital do Cuando Cubango, a ministra avaliou de forma positiva o grau de edificação de infra-estruturas com financiamento da emissão de Eurobonds de 2018, o que inclui obras dos sectores da Saúde, Educação, Energia e Águas, a construção de pontes, habitação e asfaltagem de algumas ruas da cidade de Menongue, em obras que não foram concluídas devido aos atrasos na emissão de facturas de cobrança por parte do Governo da província.

Em 2018, o Ministério das Finanças colocou a disposição da província do Cuando Cubango um montante de 6,6 mil milhões de kwanzas, o governador do Cuando dos fundos de Eurobonds, com o propósito de dinamizar a edificação de infra-estruturas' mas apenas foram utilizados 10,54 por cento da soma, com a execução física das empreitadas a ultrapassar os 54 por cento.

Vera Daves assegurou que todas essas obras vão continuar o seu curso normal em 2020, até à sua conclusão, deixando instruções quanto à necessidade do Governo Provincial e as empresas de construção serem "perspicazes" na emissão das facturas' de cobrança, para se evitar transtornos semelhantes aos que ocorreram para a interrupção do processo.

Com os fundos dos Eurobonds, o Governo do Cuando Cubango estava a executar um total de 33 acções diversas, com realce das obras de ampliação do Hospital Pediátrico de Menongue, expansão da rede de distribuição de água potável, construção de cinco centros de saúde, bem como dez escolas do Iº e IIº ciclos nos nove municípios da província.

A ministra visitou a Delegação do Ministério das Finanças e sede da Administração Geral Tributária, assim como inteirou-se do grau de execução do PIIM. "imperioso" que estes dinheiros.

5.12 PIIM e o risco de um passado recente

Jornal Economia e Finanças
13 De Dezembro 2019

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) é um documento que inscreve uma série de tarefas relacionadas com os sectores da educação, saúde, vias de comunicação, segurança pública, energia, águas e saneamento básico, assim como residências e outros equipamentos administrativos, construção de infra-estruturas para acomodação do funcionamento dos órgãos das Autarquias Locais, só para citar esses.

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) é um documento que inscreve uma série de tarefas relacionadas com os sectores da educação, saúde, vias de comunicação, segurança pública, energia, águas e saneamento básico, assim como residências e outros equipamentos administrativos, construção de infra-estruturas para acomodação do funcionamento dos órgãos das Autarquias Locais, só para citar esses. O referido plano é de abrangência nacional, dito de outro modo, as tarefas serão executadas a nível dos 164 municípios do país. O leque variado e diversificado de projectos serão financiados com valores provenientes do Fundo Soberano de Angola, avaliado em dois mil milhões de dólares, o que, para mim, representa a devolução dos activos financeiros daquela instituição ao seu legítimo e único proprietário o Soberano Povo.

Do meu ponto de vista, o grande objectivo do PIIM, claro, para lá daquele definido pelo promotor do mesmo, é o de corrigir as assimetrias entre os municípios. E, tal como o objectivo definido pelo promotor, digamos, o de criar as bases para que os municípios sejam o centro do desenvolvimento nacional. O objectivo de correcção das assimetrias regionais só será alcançado se se conseguir vencer o risco de um passado recente.

Permitam-me ser mais luzente para ser melhor compreendido. Primeiro, a larga maioria dos governantes (entre ministros e secretários de Estado, governadores e vice-governadores provinciais, administradores e seus adjuntos municipais) que criou a antiga corrupção, de qual se quer combater, é a mesma que vai liderar os desígnios de execução financeira do PIIM. Segundo, o velho e negativo hábito de migração empresarial movidos por compadrio, amiguismos e nepotismo, que se pensava já termos vencido, continua vivo e praticado pela larga maioria dos principais actores políticos antes referido. Vale antes referir que, por migração empresarial pretendo significar o convite que os governantes fazem às empresas da sua conveniência para instalarem escritórios, estaleiros e afins, nas regiões em que os mesmos dirigem, muitas vezes, relegando para planos inferiores os empresários locais. Terceiro, a máquina burocrática – entenda-se a estrutura administrativa de técnicos e chefias intermédias ou de base –, ao nível dos ministérios, governos provinciais e administrações municipais é a mesma que participou do banquete financeiro no intervalo económico 2002 – 2017. Nos raros casos em que houve mudanças na máquina burocrática, foram insignificantes os ajustamentos, já que, não foram capazes de romper com o ciclo vicioso instalado. Quarto, os órgãos de justiça, fiscalização ou inspecção do Estado, parecem-me mais presos ou

preocupados com o que se tem chamado de antiga corrupção, isto é, todos os delitos financeiros ou orçamentais promovidos por gestores públicos antes ou até 2016. Esquecendo-se daquilo que se pode chamar de nova corrupção, ou seja, os delitos financeiros e orçamentais promovidos por gestores públicos do chamado novo normal, melhor dito, desde 2017 até à data actual. Ora, a partir destes quatro sectores dos quais não se precisa de lupa para validar a sua existência, facilmente se conclui ser grande o risco de um passado recente, ou seja, o ressurgimento da sobre facturação nas empreitadas de obras públicas e construção civil; a contratação de empresas próximas aos gestores públicos; obras de péssima qualidade com orçamentos astronómicos; e tantos outros males que se configuram em delitos financeiros e orçamentais.

Por tanto, do que se disse acima, é justo reconhecer que tenho sérias reservas sobre, por um lado, a veemência e a transparência da execução financeira do PIIM. E, por outro lado, digamos, motivado pela primeira reserva, se ambos objectivos, isto é, criar as bases para que os municípios sejam o centro do desenvolvimento nacional e corrigir as assimetrias regionais, serão cumpridos, pois, tudo está dependente de como se pretende vencer o risco de um passado recente ou se preferirmos de uma nova vaga de corrupção.

Aliás, foram essas as recomendações dadas pelo Senhor Presidente da República no acto de lançamento do PIIM, e cito: “o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios vale pelos resultados positivos que vier a trazer para a vida dos cidadãos, dependendo não apenas dos recursos disponíveis, mas sobretudo do nosso empenho, da nossa criatividade e da nossa vontade.

O sucesso deste Plano dependerá da nossa capacidade de coordenação institucional entre a Administração Central e a Administração Local, sendo que os Departamentos Ministeriais devem prestar todo o apoio técnico e metodológico aos órgãos da Administração Local. O sucesso do PIIM vai depender da nossa capacidade de planificação das acções e de monitorar a sua execução. Peço por isso a todos os que terão a responsabilidade directa de dar vida ao Plano que tenham sempre presente a necessidade de fazer bem o seu trabalho.

5.13 Lei Orgânica é votada hoje no Parlamento

Jornal de Angola

19 De Dezembro de 2019

A Proposta de Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas, que define as regras estruturantes inerentes à eleição dos órgãos executivos e deliberativos das autarquias, vai hoje à votação final global.

A Proposta de Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas começou a ser discutida no princípio do mês nas comissões especializadas da Assembleia Nacional. A mesma garante o respeito ao princípio da autonomia local e do Estado Democrático e de Direito.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, informou que o Executivo propõe, no diploma, um novo modelo de observação eleitoral. “A tendência, actualmente, sobre as eleições locais, é deixar de existir o formato da observação internacional típica, aquela em que vêm observadores para dizer se as eleições foram ou não livres”, sublinhou o ministro.

Até ao momento, os deputados aprovaram duas leis, nomeadamente, a Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais e a Lei da Tutela Administrativa das Autarquias Locais. Na semana passada, o Conselho de Ministros apreciou mais quatro propostas de Lei adicionais ao Pacote Legislativo Autárquico, elevando, deste modo, para 11 o total de propostas de Lei remetidas pelo Executivo à Assembleia Nacional. Trata-se da Proposta de Lei sobre o Regime Geral da Co-Operação Interautárquica, a Proposta de Lei que aprova o Estatuto dos Eleitos Locais, a Proposta de Lei sobre os Símbolos das Autarquias Locais e a Proposta de Lei sobre o Regime e Formulários dos Actos da Autarquia Local.

Nova família de kwanzas

Os deputados discutem e votam, na generalidade, a Proposta de Lei que autoriza o Banco Nacional de Angola a emitir e colocar em circulação uma nova família de notas do kwanza.

A medida visa aprimorar os dispositivos de segurança em todas as notas, bem como alterar o substrato das mesmas, resultando em benefícios para quem as usa, tais como maior durabilidade, aumento significativo dos níveis de segurança e melhoria da qualidade.

Constam ainda da agenda a discussão do Projecto de Lei que autoriza o Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, a legislar sobre o Regime Jurídico de Criação, Organização, Funcionamento, Avaliação e Extinção dos Institutos Públicos.

Os deputados vão ainda votar o Projecto de Resolução que aprova a substituição de membros indicados pelo MPLA nas Comissões Provinciais Eleitorais do Bengo, Huíla, Lunda-Norte e Uíge.

5.14 A hipótese da falta de capacidade a nível local

Novo Jornal

20 De Dezembro de 2019

Uma das teorias usadas para explicar porque é que certos municípios são menos desenvolvidos que outros é a hipótese da falta de capacidades a nível local.

Segundo esta hipótese, as assimetrias regionais existem no país porque os cidadãos dos municípios menos desenvolvidos e os seus governantes não possuem as possibilidades e as competências necessárias para torná-los mais prósperos. É uma ideia defendida por não poucos membros da sociedade civil, actores políticos, líderes religiosos e governantes inspirados pela célebre teoria segundo a qual a nível dos municípios os cidadãos e os seus governantes são incapazes de autonomamente identificarem os problemas, definirem possíveis formas de solução e implementarem acções necessárias para os resolverem.

Ficamos, assim, a um passo da conclusão de que, a nível local, as pessoas não são capazes de fazer um bom uso de meios e dos escassos recursos aí existentes para resolver os seus problemas sem que haja interferência do nível central ou de algum agente externo.

Com efeito, o mais evidente resultado desta teoria é a forma como as instituições centrais dão apoio ou supervisão às instituições locais, feito por estabelecimentos que, desde o nível central, determinam as prioridades e a maneira como os recursos destinados aos municípios devem ser alocados. As instituições locais não passam de um ente com funções meramente executivas, na qual os

seus actores não têm liberdade sequer para decidir acerca de questões básicas, tais como: que acções priorizar, a quem comprar bens ou serviços, ou mesmo que inovações introduzir sem permissão de alguém comodamente instalado nos níveis de poder mais acima (provincial ou nacional).

Esta maneira de pensar constitui, a meu ver, uma das bases para a perpetuação das desigualdades no país, uma vez que, quanto mais elas seguirem sem solução mais pobre o município, provavelmente, será. A hipótese da incapacidade local sustenta que os municípios pobres devem sua pobreza ao excesso de falhas dos seus cidadãos e ao facto de que, no entanto, as suas lideranças e autoridades ignoram como livrar-se delas, tendo o seu actual estágio de desenvolvimento sido resultado de erros ou omissões cometidos pelas suas gentes no passado. Como se os municípios com maior nível de desenvolvimento o são porque os seus cidadãos e a elite que os governa tivessem sempre sabido conceber melhores políticas e, por outro lado, conseguido eliminar as falhas que hoje se apontam aos municípios mais desfavorecidos.

Os líderes dos municípios do litoral ou algumas capitais de província são mais bem informados ou orientados

Seria a hipótese da incapacidade local a mais adequada para explicar as assimetrias existentes entre municípios? Será possível que os municípios com menor nível de desenvolvimento enfrentam os problemas que enfrentam porque seus líderes tendem a partir das mesmas premissas equivocadas acerca de como desenvolver as suas localidades, levando ao quadro de pobreza, ao passo que os líderes dos municípios do litoral ou algumas capitais de província são mais bem informados ou orientados, o que explicaria ~eu maior nível de desenvolvimento?

Embora haja alguns exemplos de líderes famosos que adoptaram políticas desastrosas, não acredito que esta teoria possa explicar o porquê das assimetrias entre municípios.

Consideremos as assimetrias existentes entre municípios como o de Belas e o do Soyo:

Justificar a capacidade dos governantes dos dois municípios para tamanhas disparidades, para mim, significa, no mínimo, que não sabemos bem o que estamos a dizer. Não foram diferenças de conhecimento ou intenção que causaram as assimetrias entre ambos os municípios. Assim como não acredito que é a incapacidade de gerar ou de gerir recursos que faz com que o município do Soyo apresente hoje, seguramente, níveis de

desenvolvimento económico e social muito aquém do município de Belas.

Pelo contrário, foram as diversas e variadas barreiras institucionais, o excesso de concentração de poder e a inexistência de políticas assertivas de redistribuição de riqueza e, sobretudo, partilha de poder que fizeram com que Belas seja hoje um município melhor do que o Soyo para se viver, como se diz habitualmente. Analogamente, os administradores e administradoras municipais que se deixaram debilitar ao longo dos afias pela fragilidade dos nossos mecanismos de controlo da gestão da coisa pública, acarretando o empobrecimento da maior parte dos munícipes, sob sua jurisdição, não permitiram que isso se desse por acreditarem que estavam a fazer algo de bom para o seu município, mas porque podiam fazê-lo impunemente e enriquecer à custa dos de mais ou por acharem que seria uma boa política que os manteria no poder mediante a compra do apoio de grupos ou elites cruciais no seu partido.

5.15 Cada cidadão angolano já deve 1.557 USD ao estrangeiro

Jornal Expansão
20 De Dezembro de 2019
Texto: Alexandre Lourenço

A dívida pública continua a ser uma grande 'dor de cabeça' para os governantes do País já que não

pára de subir. Cada um dos mais de 30 milhões de angolanos devia, no final de 2018, 1.557 USD ao

estrangeiro, de acordo com cálculos do Expansão a partir dos dados do stock da dívida pública externa publicados pelo Banco Nacional de Angola (BNA) no relatório da Balança de Pagamentos e Posição de Investimentos ao último trimestre ao ano passado.

Este montante resulta de divisão dos 46.982 milhões USD de stock da dívida pública externa incluindo atrasados, registados em 2018, pelos 30.175.533 habitantes projectados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para 2019.

Trata-se de um aumento de 8,3% face 2017, ano em que a dívida pública externa atingiu 43.319 milhões USD, uma subida de 12 pontos percentuais em percentagem do PIB, que em 2017 era de 36%, subindo para 48% em 2018.

O endividamento público, que engloba o governo central e o sector público empresarial, inclui 36.575 milhões USD de dívida a bancos comerciais, 7.126 milhões USD de dívida bilateral, ou seja, a outros

Estados, e 3.280 milhões USD de dívida multilateral a instituições como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A parcela que mais cresceu no último ano foi a dívida multilateral, que registou um aumento de 54,6%, passando dos 2.122 milhões USD em 2017, para os 3.280 milhões USD de 2018, sobretudo devido à disponibilização da primeira tranche do Programa de Financiamento Alargado do FM, no valor de 990,7 milhões USD, que chegaram ao País em Dezembro.

O principal credor de Angola é a China, com mais de 12 mil milhões USD em dívida bilateral, via China Exim Bank, e dívida a bancos comerciais, nomeadamente ao China Development Bank (CDB), 15,5 mil milhões USD, e ao Industrial And Commercial Bank of China (ICBC), com 700 milhões USD. No final de 2017, quase 60% das dívidas ao estrangeiro eram retidas por petróleo.

Segundo o Acordo Alargado ao Abrigo do Programa de Financiamento Ampliado, assinado em Dezembro, Governo e FMI projectam que dívida pública externa do País permaneça estável

a rondar os 45% do PIE até final do programa, em 2021. Entre dívida externa e interna do Governo central e da Sonangol, o País devia no final de 2018 o equivalente a 91% do Produto Interno Bruto. Como meta, o acordo aponta uma dívida pública (Governo central, Sonangol e TAAG) de 65% no final de programa.

5.16 Dívida pública angolana fecha 2019 em históricos 111% do PIB

Jornal Expansão
29 De Dezembro de 2019
Autor: Joaquim José Reis

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em alta o rácio de dívida pública angolana para 111% do Produto Interno Bruto (PIE) no final deste ano, depois de inicialmente ter apontado aos 91%. A 'culpa' é da desvalorização rápida do Kwanza face às moedas internacionais no IV trimestre e a queda da produção de petróleo no País, revela o documento sobre a segunda avaliação ao cumprimento das metas do programa de financiamento a Angola publicado esta semana no site da instituição.

"A dívida de Angola permanece sustentável, mas o rácio dívida/PIB aumentou substancialmente, e os riscos já altos aumentaram ainda mais. A dívida permanece altamente vulnerável a choques macro-

fiscais, com os principais riscos a serem a sustentabilidade da dívida decorrente da

depreciação da taxa de câmbio mais rápida do que o esperado, declínios adicionais da produção ou dos preços de petróleo, ou a deterioração das condições de financiamento", refere o documento.

Só em 2021 é que a dívida pública (Governo, Sonangol, TAAG e dívida com garantia do Estado) deverá ficar abaixo dos 100% do PIB, mais concretamente 95,1%. O FMI prevê que em 2020 o rácio dívida/PIB seja de 102% no final do ano. Recorde-se que a ministra das Finanças, Vera Daves, admitiu recentemente que a dívida pública deve atingir um valor recorde no próximo ano, estimando que o rácio do stock da dívida sobre o PIB diminua a partir do segundo semestre de 2020.

Por outro lado, o Fundo Monetário reviu em baixa o crescimento económico para 2019, passando de -0,3% para -1,1%, igual ao projectado pelo Governo. Trata-se da terceira revisão em baixa ao crescimento do Produto Interno Bruto operada este ano pelo FMI: inicialmente apontava a um crescimento de 2,5%, depois reviu para 0,4%, em Outubro cortou para -0,3% e agora aponta a -1,1%. Justifica dizendo que a "actividade económica é mais fraca que o esperado", muito por 'culpa' da produção petrolífera abaixo do inicialmente projectado, refere o documento. Em relação ao sector petrolífero, o FMI reviu em baixa o crescimento deste sector passando inicialmente projectados -1,9% para -5,0%. Quanto ao sector não petrolífero

reviu um crescimento de 1,3% face a 2018 para uma quase estagnação do sector na ordem dos 0,6%.

Estes são algumas das alterações ao quadro macroeconómico angolano que constam no documento do FMI sobre a segunda avaliação ao cumprimento das metas e objectivos do Programa de Financiamento Ampliado, que já garantiu a Angola 1.500 milhões USD do total dos 3.700 milhões USD do programa.

O Fundo aceitou alterações ao prazo de cumprimento de seis indicadores estruturais, e cinco novos indicadores relacionados com a consolidação orçamental e a transparência, e para apoio à reestruturação do sector financeiro (ver tabela). Aceitou também o pedido para não serem avaliados e para que sejam modificadas dois critérios de desempenho: nas Reservas Líquidas Internacionais (RIL) e a não acumulação de pagamentos atrasados ao exterior, este último, porque existem dificuldades em fazer passar pagamentos em moeda estrangeira por bancos correspondentes.

Entretanto, o FMI destaque o Governo eliminou "os desequilíbrios" que ainda persistiam no mercado cambial" e conseguiu reduzir os constrangimentos à formação de preço pelo mercado nos leilões de divisas no âmbito do processo de liberalização cambial operado pelo BNA.

5.17 Privatizações reduzem o peso do sector económico no OGE

Jornal de Angola

21 De Dezembro, 2019

O relatório do Observatório Político-Social de Angola (OPSA) e da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) consagrado ao Orçamento Geral do Estado de 2020, destaca a redução da dotação para o sector económico em 28,8 por cento, algo que atribui parcialmente ao Programa de Privatizações anunciado este ano pelo Governo.

O sector económico absorve 278,5 mil milhões de kwanzas, correspondentes a 11 por cento da despesa fiscal, o que o documento considera estar assente no Plano de Desenvolvimento Nacional que tem, entre as premissas, a diminuição da intervenção do Estado na economia, dando maior protagonismo ao sector privado.

O relatório discorre sobre a política de privatizações que, de acordo com a lei 10/10, de 14 de Maio, estabelece o Regime de Privatizações e Reprivatizações, sendo aplicada às alienações de empresas públicas, participações sociais detidas directamente pelo Estado ou outras entidades públicas e de outros activos e bens públicos quando considerados isoladamente.

O observatório faz ainda abordagem à aplicabilidade da referida lei à concessão de direitos de exploração dos meios de produção que antes eram vedados à iniciativa privada por razões de interesse público e outros bens que não estejam sujeitos a um regime jurídico específico ou abrangidos pela reserva absoluta do Estado, assim como o Programa de Privatizações (PRO-PRIV) a ser implementado com apoio do Banco Mundial, no qual se prevê a alienação de 195 empresas, 32 das quais de referência nacional.

O relatório dá ênfase ao investimento projectado para o sector primário em 2020, quando o Executivo disponibiliza 1,9 por cento do OGE para o sector da Agricultura. "Em termos nominais, a dotação do sector primário passa de 97 mil milhões de kwanzas, em 2019, para 216 mil milhões em 2020. Contudo, considerando a depressão da moeda, em termos reais,

significa que o sector primário receberá, em 2020, apenas 62 mil milhões”, lê-se no relatório.

O OGE 2019, contemplava para a Defesa, Segurança e Ordem Pública a fatia de 9,31 por cento do Orçamento. Nesta proposta, o sector passou a ter um peso total de 7,59 por cento. Apesar da diminuição em termos relativos, observa-se um crescimento nominal de 21,2 por cento em relação a 2019, alerta o documento.

O sector social, defende o relatório, deverá absorver 40 por cento da despesa fiscal, o que representa um crescimento de 27,6 por cento em relação a 2019, mas, tendo em conta a dívida pública, este sector, que representava 19,24 por cento do OGE em 2019, passa a ter o peso de 15,99 por cento.

5.18 MAT quer informação trimestral dos municípios

Jornal de Angola
25 De Dezembro de 2019

O Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT) quer as bases de dados de todos os municípios actualizados trimestralmente.

Os 164 municípios do país devem assegurar a disponibilidade de informação relevante e confiável sobre o desenvolvimento dos serviços sociais mais próximos dos cidadãos, bem como da promoção de actividades culturais e turísticas dos municípios.

O Gabinete de Tecnologias de Informação do MAT pretende aprimorar os mecanismos de informação básica existentes com o uso de técnicas e ferramentas que facilitem a gestão de informação a nível municipal, provincial e nacional, de acordo com o Plano Nacional e Estratégico da Administração do Território (PLANEAT), projectado para o decénio 2015/2025.

São mecanismos desenhados para consolidar o tratamento de dados da caracterização institucional, socioeconómica, infraestrutural e de serviços sociais, assim como as informações ligadas ao bem-estar das famílias.

As administrações municipais estão obrigadas a criar condições técnicas para dar resposta à necessidade de elaboração de relatórios sobre o impacto das políticas públicas a nível local, tal como orientado pelo Decreto Presidencial nº 228/18, de 27 de Setembro. As informações foram fornecidas durante o seminário de capacitação técnico-profissional sobre

Planeamento e Gestão Municipal, que contou com a participação de 20 gestores das dez administrações municipais da província de Benguela.

Na formação foram ministrados temas sobre sistemas digitais de arquivo e emergência de novos modelos de funcionamento organizacional, bem como análise de dados e outras funcionalidades do Sistema de Informação Básica Municipal (SIBM). A iniciativa está alinhada com o Plano Nacional e Estratégico da Administração do Território para 2015 – 2025, que abrange a formação nacional de quadros.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Ilha de Luanda com novo Plano de Desenvolvimento

Jornal de Angola
9 De Dezembro, 2019

Um projecto arquitectónico-urbanístico, denominado “Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha de Luanda”, que servirá para a manutenção das infra-estruturas dessa zona balnear da capital do país, foi apresentado sábado à sociedade civil.

Ao materializar-se, o Plano irá contemplar espaços específicos para a publicitação de bens e serviços, realização de actividades culturais e desportivas, assim como o pagamento de taxas de saneamento básico e de turismo pelos utentes.

Com esse conceito, pretende-se incentivar e dinamizar os vários tipos de turismo localmente e, desta forma, arrecadar-se receitas para o Cofre do Estado, sem onerar as despesas do OGE, segundo o mentor da iniciativa, engenheiro civil Paulo Nobre.

“Não podemos ficar à espera que o Estado tenha disponibilidade financeira para fazer as intervenções que a Ilha necessita, porquanto esta área possui muitos atractivos, desde os pontos para publicidade e eventos, as praias e outras formas de gerar riqueza”, expressou. O que se nota, observou, é que nesta localidade, qualquer pessoa abre o seu negócio, mas sem pagar quaisquer verbas para a manutenção das infra-estruturas, não obstante pagarem os impostos/anuais intrínsecos às actividades que desenvolvem.

Ao apresentar o projecto, Paulo Nobre disse que os angolanos não podem deixar cair a Ilha do Cabo, por ser importante para os moradores, frequentadores e pelo facto de o turismo ser nulo sem que esta zona esteja em condições para receber os cidadãos. “É assim que se faz em todo o mundo, a exemplo de Copa Cabana (Brasil). Pois, temos de reabilitar e conservar a Ilha, e não incumbir toda a responsabilidade ao Estado, que por sinal está descapitalizado. Precisamos de rentabilizar a zona”, resumiu.

Paralelamente ao “Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha de Luanda” foi também apresentado um outro “Projecto de Produção de Adubos Orgânicos”, já em implementação, a partir de

resíduos sólidos (lixos), sob iniciativa do engenheiro Bernardo Karitoco.

6.2 Preços dos terrenos caem para a metade

Jornal de Angola
9 De Dezembro, 2019

Os preços dos terrenos infra-estruturados, inicialmente fixados entre 90 a 214 dólares por cada metro quadrado, sofreram uma redução na ordem dos 50 por cento, anunciou, no sábado, o presidente do Conselho de Administração da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI, E.P.), Pedro Cristôvão.

A medida, que reduziu para 45 dólares os preços dos terrenos anteriormente fixados em 90 dólares e para 107 os orçados em 214, de acordo com o responsável, teve em conta a perda do poder de compra dos cidadãos.

“Tendo em conta a actual realidade económica do país, caracterizada pela perda do poder de compra dos cidadãos, os antigos preços sofreram alguma redução na ordem de 50 por cento. Nessa revisão de preços, tivemos o cuidado de ter em conta aquilo que é a capacidade de aquisição”, revelou a fonte.

Em entrevista à Angop, o gestor lembrou que os preços definidos para os terrenos infra-estruturados em 2015, que ainda vigoravam até recentemente, “não se adequam a actual realidade económica do país”, tendo em conta a constante variação da taxa de câmbio e a desvalorização da moeda nacional.

Naquela altura (2015), recordou, os preços foram fixados na ordem dos 90 dólares por cada metro quadrado, na zona adjacente da centralidade do Sequele, e USD 214/metro quadrado no Kilamba. Com essa redução, prevê-se que os preços dos terrenos infra-estruturados estejam fixados na ordem dos 45 dólares/metro quadrado, no Sequele, e 107 dólares no Kilamba, de acordo com as contas feitas pela Angop.

Os novos preços desses terrenos, destinados à construção de residências ao gosto/escolha do cliente, serão conhecidos hoje, em Luanda, durante o acto de lançamento da campanha de vendas dos espaços urbanizados.

Nessa primeira fase, o processo de vendas desses espaços vai começar nos terrenos adjacentes à centralidade do Kilamba, em Luanda, que conta com cerca de cinco mil hectares infraestruturados.

Ao câmbio actual, 45 dólares equivale a 21 mil e 592 kwanzas, enquanto 107 dólares corresponde 54 mil e 701.

Isso significa que cada metro quadrado poderá custar cerca de 21 mil e 592 kwanzas, no Sequele, e 54 mil e 701 no Kilamba.

Segundo Pedro Cristóvão, os terrenos infra-estruturados (zonas urbanizadas para construção de casas e outras infra-estruturas) podem ser adquiridos em kwanza, tendo como referência o dólar com a taxa de câmbio actual.

Explicou ainda que os preços dos terrenos têm como referência o dólar, porque os custos de infra-estruturação dessas áreas foram determinados nessa moeda estrangeira, que regista variações constantes no mercado cambial.

Referiu que o início de vendas desses terrenos servirá também para recuperar, a curto e médio prazo, o investimento que o Estado efectuou nessas infra-estruturas urbanas.

Para além do Sequele e Kilamba, as urbanizações do Camama e Jardim de Rosa também contam com projectos de infra-estruturação, que estão em fase de conclusão.

Juntando todas urbanizações, pelo menos 50 por cento dos terrenos já estão infra-estruturados, aguardando pelo início do processo de vendas, afirmou o responsável.

De acordo com o gestor, após o acto de lançamento da campanha de venda dos terrenos, a empresa que dirige estará disponível a receber as pessoas interessadas às candidaturas, para prestar os devidos esclarecimentos e orientar o deve ser feito.

Para o efeito, adiantou, os interessados poderão dirigir-se no distrito urbano da Centralidade do Kilamba, onde terá um posto montado com técnicos que irão passar as informações adicionais, podendo também os interessados deslocar-se até a sede da empresa, localizada em Talatona.

Sem avançar o valor arrecadado e investido nas infra-estruturas, o responsável afirmou que o projecto-piloto de infra-estruturação de terrenos começou em Março de 2017, mas que as primeiras comercializações só tiveram início em 2018.

Critérios de adesão aos terrenos infra-estruturados

A iniciativa de âmbito nacional inclui todos os cidadãos que queiram realizar o sonho da casa própria ou começar o seu negócio nessas áreas

urbanizadas, desde que se cumpra com os requisitos exigidos na fase negocial entre o cliente e a EGTI, E.P.

Cada cidadão é livre em escolher a área e o tipo de habitação ou outro empreendimento que queira construir nesses terrenos, cumprindo com os parâmetros urbanísticos definidos pelo Estado.

Para Pedro Cristóvão, os projectos de infra-estruturação urbana são feitos consoante a realidade económica dos cidadãos, visando abranger o maior número possível de pessoas com necessidades habitacionais.

Cada pessoa, prosseguiu, poderá escolher o projecto urbanístico que se enquadra com o seu poder financeiro, sendo que a infra-estruturação oferecerá opções de construir casas mais económicas, unifamiliares (térreas) e multifamiliares (edifícios com apartamentos).

Alertou que esse processo, que prevê abranger ainda no próximo ano cerca de 12 províncias do país, será feito de forma faseada, garantindo que os cidadãos que não conseguirem na primeira fase poderão esperar outras fases.

Disse que a primeira fase do projecto também estará virada na arrecadação de receitas, que possibilitarão infra-estruturar outras áreas para beneficiar mais pessoas.

6.3 Auxílio Jacob garante melhorar as condições

Jornal de Angola

12 De Dezembro, 2019

Texto: Pereira Dinis

O administrador municipal de Cacuaco, Auxílio Jacob, garantiu, ontem, na cidade do Sequele, que as condições sociais das populações vão ser garantidas, mas com o apoio de todos.

Numa reunião de mais de quatro horas com membros do Conselho de Concertação Social, o novo administrador do município de Cacuaco auscultou várias preocupações, como a falta de energia eléctrica e de água potável em alguns bairros do Distrito Urbano do Sequele.

O estado das vias secundárias e terciárias, a segurança pública e o registo civil de cidadãos nacionais, que ainda não possuem o Bilhete de Identidade, estiveram, também, no rol de preocupações apresentadas ao administrador de Cacuaco.

Auxílio Jacob, que esteve ladeado pelo novo administrador adjunto para a área Social, Política e Comunidades, Gabriel Bunga, e por responsáveis da Administração do Distrito Urbano do Sequele, tomou nota de todas as preocupações apresentadas.

“A crítica é sempre bem-vinda”, reconheceu Auxílio Jacob, que disse ter gostado de “ouvir preocupações”. “Agora vamos trabalhar juntos e, se assim for, conseguiremos ultrapassar algumas barreiras”, prometeu o administrador do município de Cacucaco, tendo garantido, aos membros do Conselho de Concertação Social do Distrito Urbano do Sequele, a continuidade do projecto de combate à pobreza e mais espaços para a diversão da juventude.

Abordado pelo Jornal de Angola, no final da reunião, João Manuel, um dos responsáveis do bairro Mayé-Mayé, disse que saiu da reunião satisfeito por acreditar “nas palavras” de Auxílio Jacob, de quem ficou com boas impressões.

“Caso seja concretizado o que o administrador disse no encontro, a vida no Distrito Urbano do Sequele vai melhorar”, acentuou João Manuel. Por outro lado, André Francisco, um jovem de 22 anos e mecânico de profissão, disse ser importante a interação entre os governantes e governados e que deve ser permanente

6.4 560 Lotes estão disponíveis

Jornal Economia e Finanças
13 De Dezembro de 2019

A Empresa de Gestão de Terrenos infra-estruturados (EGTI) tem, desde passada terça-feira, disponível 560 lotes nas mais variadas funções, nesta primeira fase, para a sua comercialização.

Anteriormente vendidos ao preço de usd314, o metro quadrado, agora está fixada por 115, tendo em conta a valência de cada tipologia.

O administrador para a Área Técnica da Egti Tilson Gouveia, afirmou no acto do lançamento do projecto, que os terrenos para o uso misto registam uma redução no preço de 30 por cento, para habitação multilateral (40%), igual percentagem para saúde, ensino (55%) e a habitação unifamiliar (65%).

O responsável garantiu que os clientes vão beneficiar de todo o apoio técnico, mesmo apresentando apenas o interesse em adquirir os lotes se projecto em vista. O pagamento dos terrenos pode ser realizado com um período de carência que varia entre três e 12 meses e em prestações mensais que varia de seis meses a cinco anos.

Por exemplo o comprador terá de pagar entre 60 a 69 mil dólares, equivalente a Kz 31 milhões, por um terreno de 20/30 metros quadrados.

Sustentabilidade urbanística

Por sua vez, a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ano Paulo de Carvalho, disse que os preços praticados pela empresa Egti reflete todas as condições de habitabilidade e as regras de sustentabilidade urbanística.

“Os terrenos prontos a construir têm na mira mais de 20 cidades de 12 a 18 províncias do país” destacou. Os terrenos estão localizados em Luanda, Cabinda, Uíge, Lunda Norte, Bié, Huíla, Benguela Namibe, Moxico, Kuanza Sul, Huambo e Bengo.

6.5 Cidadãos “correm” para comprar terrenos na centralidade do Kilamba

Jornal Economia e Finanças
13 De Dezembro de 2019
Texto: Adérito Veloso

A pesar de as inscrições estarem também disponíveis via "on line", o dia marcado para o início das pré-candidatura do 560 lotes de terreno, nas mais variadas funções (habitação, escritório e outros serviços), registou uma enchente considerável de muitos cidadãos (jovens e velhos) que madrugaram, para junto dos escritórios da Empresa de Gestão de Terrenos Infra-estruturados (EGTI), na Centralidade do Kilamba, em Luanda, poderem fazer a pré-candidatura.

É o caso de Oliveira Chizumbi, que apreensivo dada a enchente, destacou que o processo é positivo, mas carece de muita informação.

Motivado a solucionar o "bicudo" problema habitacional, que a sola principalmente a camada jovem, o interlocutor entende que, apesar do terrenos estarem acessíveis, os preços deviam ser estipulados em kwanzas e não em dólar e com uma taxa ao câmbio do dia.

"A referência do preço dos terrenos não devia ser taxada ao câmbio do dia nem em dólar", destacou, tendo apelado a empresa para rever a situação, fazendo um estudo de mercado para ajudar "os jovens".

Por sua vez, Mariana Manuel, moradora do Bairro Neves Bendinha, no município do Kilamba xiáxi, esteve no primeiro dia de inscrição, no escritório da Egti do Kilamba, para concretizar o desejo de morar num lugar mais "urbanizado",

"Aqui, os terrenos já estão urbanizados, terei a oportunidade de fazer a vivenda dos meus gostos num lugar cómodo", frisou.

O desejo de Mariana Manuel é comprar um lote para construir uma casa, mas entende que os preços que estão a ser praticados e taxados ao dólar podem "afastar muitos clientes".

"Não podemos nos basear no dólar. O nosso país não tem como moeda o dólar, mas sim o kwanza. Aliado a esta fase de crise, com salários que já não respondem o real custo de vida, penso que os preços são muito altos nem toda gente poderá conseguir", desabafou.

Júlia Madalena Jacinto é uma jovem feliz. Natural da Lunda Norte. É também funcionária pública. Revela que o seu sonho é viver num lugar já urbanizado, com água e luz, bem como com facilidade na circulação, apesar de viver, actualmente na baixa de Luanda, na Mutamba.

O rosto diz tudo. Sorridente, a jovem conseguiu a inscrição. "É uma alegria ter conseguido, para poder realizar o meu sonho", disse.

Júlia pretende comprar dois lotes para poder construir uma casa e um estabelecimento comercial para poder fazer o seu pequeno negócio.

"Pretendo fazer casa e um pequeno empreendimento para poder vender e desenvolver um negócio, já que gosto de ser uma empreendedora e, nestes lugares já urbanizados, as coisas têm muitos clientes", destaca.

Quanto aos preços dos terrenos, Júlia Madalena Jacinto entende que são acessíveis, a julgar pelo período dado para o pagamento.

"Com a fé em Deus e com trabalho, cinco anos é um bom tempo para pagarmos os terrenos. Vamos conseguir. O Estado quando dá esta oportunidade temos de aproveitar", sublinha.

A pré-escrição, que iniciou na passada terça-feira, pode ser feita via electrónica "on line" (igt.gov.ao) ou de forma presencial, nos escritórios da empresa nas centralidades do Kilamba ou no Sequele (Luanda).

Preços ajustados

A reformulação da diminuição dos preços dos terrenos agradou alguns operadores do sector imobiliário.

Tal é o caso do vice-presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Cléber Corrêa, que falando à imprensa, à margem do lançamento do projecto, destacou positiva a diminuição dos preços dos lotes, que dos 34 dólares por metro quadrado, passaram para 115, tendo em conta a valência de cada tipologia.

O responsável da Apima destacou que anteriormente, a organização profissional já tinha apresentado o seu ponto de vista.

"Os preços praticados naquela altura estavam muito fora daquilo que era o contexto económico. Espero que a reacção do mercado seja positiva", sublinhou.

Missão

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI, E.P.) é uma Empresa Pública criada em Março de 2015, por Decreto Presidencial nº 58/15, que tem como objectivo atender a necessidade de instituir uma estrutura empresarial encarregue pela administração de forma mais racional dos terrenos infra-estruturados do domínio público e privado do Estado angolano.

A nível da província de Luanda, para além do Kilamba e Sequele, os terrenos a serem comercializados estão localizados no Sambizanga, Boavista, Mussulo, Futungo, Camama, Zango e KM 44.

6.6 Moradores da Quilemba podem fazer alterações no Exterior das suas residências ainda este ano

Jornal O PAÍS

13 De Dezembro de 2019.

Texto: João Katombela

O vice-governador para o sector Técnico e infra-estruturas da Huíla, Nuno Bernabé Mahapi Ndala, revelou, em exclusivo a O PAÍS, que o processo que vai ditar os modelos das "alterações" já se encontra em fase final.

O governante esclareceu que as alterações estarão circunscritas ao aumento dos muros de vedação das residências, aproveitamento dos espaços, bem como a colocação de gradeamentos nas portas e janelas das casas •.

"Já estão aprovadas as alterações que a população pode fazer, por exemplo, como se deve aplicar os gradeamentos e os portões, entre outras benfeitorias que os moradores podem fazer", disse. De acordo com o vice-governador, este processo aguarda apenas por apreciação superior, para a posterior entrega aos primeiros moradores da centralidade da Quilemba, na província da Huíla.

Cartilha do morador pode imprimir maior organização Além das alterações exteriores que os habitantes da centralidade da Quilemba serão autorizados a fazer aos seus imóveis, o vice-governador da província da Huíla para O sector Técnico e Infra -estruturas revelou que está na forja uma cartilha do morador. A referida cartilha, segundo Nuno Ndala, vai permitir maior preservação dos espaços e bens comuns colocados à disposição dos moradores da centralidade.

"Nós temos uma equipa técnica e também aprendemos com os outros. Falo daquelas províncias que já têm as centralidades habitadas antes da nossa, no caso das províncias do Namibe, Benguela e Luanda, onde se fez uma cartilha do morador. No momento oportuno os nossos moradores poderão ter contacto com a mesma", garantiu.

Numa primeira fase, foram colocadas à disposição dos interessados cerca de 500 moradias do tipo T3, e 250 já estão habitadas por igual número de famílias, maioritariamente constituídas por pessoas desalojadas do bairro do Camazingo, dos arredores da cidade do Lubango, no âmbito do programa de requalificação.

A segunda fase de entrega das habitações aguarda apenas que a Imogestin, a Instituição vocacionada para o efeito, arranque com a venda pública das mesmas. Trata-se de apartamentos e vivendas.

Por outro lado, Nuno Ndala declarou que esteve recentemente na cidade do Lubango uma equipa técnica da empresa encarregue da venda dos terrenos infra -estruturados das centralidades.

Sem adiantar mais dados, o vice-governador informou que tais terrenos estarão à disposição dos empreendedores e proprietários de grandes superfícies que queiram instalar-se na centralidade da Quilemba.

6.7 2000 casas prontas para serem habitadas

Jornal de Angola

14 De Dezembro de 2019

Texto: Sampaio Júnior

A Centralidade do Luongo, no município da Catumbela, província de Benguela, com 2000 casas, está pronta para, nos próximos dias, receber os primeiros moradores, depois da inauguração ontem, pela ministra de Estado para o sector Social, Carolina Cerqueira.

Os preços de venda dos apartamentos, que começaram a ser comercializados ontem, estão avaliados em 9 milhões 130. 999 kwanzas, enquanto as vivendas têm preços na ordem dos 10.790, a serem pagos em 360 meses, com juros de três por cento.

A centralidade conta com um jardim infantil para 100 crianças, uma escola primária para 810 alunos, uma escola secundária para 1.080 alunos e um centro de saúde, que dispõe de uma ambulância.

A centralidade conta com uma Estação de Bombagem e Reservatório de Água, Estação de Recolha de Resíduos Sólidos, Posto de Seccionamento de Energia, além da instalação de uma antena de Internet de banda larga.

A ministra de Estado para o sector Social, Carolina Cerqueira, disse tratar-se de uma iniciativa no quadro das promessas feitas pelo Chefe do Executivo durante a campanha eleitoral, no sentido da melhoria das condições de habitabilidade.

Carolina Cerqueira admitiu que o Governo angolano está comprometido com os direitos fundamentais das populações, relativamente à habitação, saúde e educação. Sublinhou que estão criadas, na centralidade do Luongo, as condições para milhares de famílias, particularmente jovens que não tinham casa própria, que continuavam em residências dos seus pais depois de constituírem família.

Para a governante, a casa própria figura entre os factores mais importantes da paz social, por garantir uma vida melhor, com a aquisição de uma habitação, e um sentido de protecção.

"Casa própria é sem dúvida um sinal de estabilidade social e familiar", segundo a ministra de Estado, Carolina Cerqueira.

6.8 Terrenos infra-estruturados custam 115 USD o metro quadrado

Jornal Expansão

15 De Dezembro de 2019

O preço médio para aquisição de terrenos infra-estruturados na centralidade do Kilamba, no município de Belas, é de 115 USD/m², afirmou o administrador para a área técnica da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI), Tilson Gouveia, o que representa uma queda de 65% em relação a 2015, ano em que o projecto foi criado.

O responsável da EGTI-E.P. garantiu, no lançamento do projecto esta semana, que, inicialmente o empreendimento tinha um valor de 214,73 USD/m².

O preço dos terrenos varia em função da zona, acessibilidade, dos equipamentos pré-existentes e o núcleo urbano criado. Nesta primeira fase, estão disponíveis 564 lotes para comercialização do total de 1.343 e cerca de cinco mil hectares de terrenos infra-estruturados,

Tilson Gouveia clarificou que os terrenos para uso misto registam uma redução no preço de 30%, para habitação multilateral e saúde 40%, ensino 55% e a habitação unifamiliar teve uma redução de 65%.

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, afirmou que o ministério vai dedicar-se à promoção e valorização de activos em 12 províncias do País.

A governante salientou que já foram desenvolvidos estudos e acções concretas para a comercialização de terrenos infra-estruturados a preços baixos

Ana Paula de Carvalho declarou que o início da venda desses terrenos servirá também para recuperar, a curto e médio prazo, o investimento que o Estado efectuou nessas infra-estruturas urbanas.

Para além do Sequele e do Kilamba, as urbanizações do Camama e do Jardim de Rosas também contam com projectos de infra-estruturação, que estão em fase de conclusão.

Críticas nas vendas

O líder da Rede Terra, Bernardo Castro, considera que os preços exigidos não estão ao alcance das famílias pobres e que não há garantias do pagamento de uma indemnização justa aos donos dos terrenos a expropriar.

Bernardo Castro avançou que a venda de terrenos deve ser feita por leilão e a empresa promotora tem de ser escolhida por concurso público, em obediência à legislação fundiária do País.

6.9 Movimento ainda tímido no Zango 8.000

Jornal de Angola

18 De Dezembro de 2019

O Jornal de Angola apurou, numa ronda feita sábado na Centralidade do Zango 8.000, que a centralidade dispõe de um centro médico, que vai funcionar num imóvel erguido para ser uma creche, serviço que vai existir em quatro dos cinco imóveis construídos para o efeito.

Móveis convencionais para mercados e lojas não há no Zango 8.000, mas já existem cantinas adaptadas em moradias. À entrada do Zango 8.000, estão a ser construídas estruturas para funcionar como armazéns de venda de produtos diversos.

A Centralidade do Zango 8.000 dispõe, além de quatro creches e um posto médico, de parques públicos, iluminação pública, semáforos funcionais e rede de esgotos. Água e luz não constituem problema. Nenhum morador tem, até agora, contrato com a Empresa Pública de Águas (EPAL) e com a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), mas já recebe, sem constrangimentos, os dois serviços públicos.

Os moradores, depois da assinatura do contrato com o Fundo de Fomento Habitacional, recebem um documento para a mudança das chaves pela empresa chinesa que construiu as moradias. No acto de abertura das casas, funcionários da empreiteira chinesa metem a funcionar, em cada moradia, o sistema de distribuição de água e luz eléctrica.

O movimento de pessoas no Zango 8.000 é ainda tímido e regista-se com maior frequência aos finais de semana. O Jornal de Angola abordou Severino Dores, que se deslocou a sua casa pela segunda vez, desde que recebeu as chaves, há mais de seis meses, para fazer limpeza.

Severino Dores declarou que não tem intenções, por enquanto, de se transferir de Viana, onde reside, para o Zango 8.000, uma decisão resultante do facto de não haver ainda na nova centralidade mercados e transportes públicos.

Carla Maria já se mudou para o Zango 8.000, com o esposo e os quatro filhos. Antiga moradora do bairro Neves Bendinha e funcionária numa empresa sediada

na Vila Alice, Carla Maria disse ter tomado a decisão de mudança definitiva depois de ter tomado conhecimento da abertura, para breve, das seis escolas.

“Soube que os equipamentos sociais vão ser inaugurados, por isso mudei-me já, para garantir vagas para dois filhos meus em idade escolar”, explicou Carla Maria.

Localizada no Zango 5, entre a comuna de Calumbo e o Zango 4, a Centralidade do Zango 8.000 ainda não está totalmente habitada, havendo ainda áreas a que as pessoas não têm acesso, por haver barreiras, que impedem a entrada.

6.10 Habitação condigna consta nas prioridades da Província

Jornal Economia & Finanças
20 De Dezembro de 2019

A Centralidade do Zango 5, um projecto habitacional com 7.964 moradias, foi ontem inaugurada, em Luanda, pelo Presidente da República, João Lourenço na sua jornada de campo de dois dias pela província de Luanda entregou ao governo da província o empreendimento, onde já habitam alguns moradores há alguns meses.

As indicações dos promotores da obra avançam que está prevista, para 2020, a entrada em funcionamento de três escolas primárias, um complexo que leccionará da 7.^a a 12.^a classe, um Instituto Politécnico e um Técnico Médio de Saúde.

Edificada no Sudeste da cidade de Luanda, no município de Viana, a Centralidade do Zango 5 contempla moradias isoladas e geminadas (com três quartos) e edifícios com dois e três pisos. Os primeiros moradores receberam as chaves em Outubro de 2018.

Ainda no interior da Centralidade, o Presidente João Lourenço inaugurou também uma escola primária com 24 salas, das seis existentes no perímetro. Deste modo, mais de 11 mil vagas estarão disponíveis para o próximo ano lectivo.

Moradores ouvidos pela Angop reclamaram da inexistência de alguns serviços sociais e da falta de transportes públicos para facilitar a ligação com o centro da cidade de Luanda.

O coordenador do Quarteirão H, Mateus Amaral, lamentou o facto de não terem sido acautelados

aspectos como a abertura de esquadras, casa de velórios, bancos, supermercados e lojas de conveniência, o que obriga os moradores a obterem os serviços mínimos fora da centralidade.

6.11 Venda livre no Zango 5 em Janeiro

Jornal Economia & Finanças
20 De Dezembro de 2019

O processo de venda livre de residências na Centralidade do Zango 5, inaugurada oficialmente nesta quinta-feira, em Luanda, inicia-se na primeira quinzena de Janeiro de 2020, anunciou o director-geral adjunto do Instituto Nacional da Habitação (INH), António Teixeira.

O processo de venda livre de residências na Centralidade do Zango 5, inaugurada oficialmente nesta quinta-feira, em Luanda, inicia-se na primeira quinzena de Janeiro de 2020, anunciou o director-geral adjunto do Instituto Nacional da Habitação (INH), António Teixeira.

Esta será a segunda fase de comercialização de habitações naquela urbanização, que começou a receber os primeiros moradores em Outubro de 2018.

A primeira fase foi dirigida apenas aos trabalhadores da função pública e de empresas públicas. Até ao momento, mais de três mil moradias, das sete mil 964 construídas pelo Governo angolano, já estão habitadas. Essas habitações estão construídas numa área total de 416 hectares. Segundo António Teixeira, o acesso às novas habitações obedecerá, essencialmente, três modalidades: arrendamento, pronto pagamento e renda resolúvel.

A modalidade de arrendamento abrange os cidadãos que têm um rendimento/salário não superior a 80 mil kwanzas; o pronto pagamento é para as pessoas que têm possibilidades de pagar imediatamente (venda directa); enquanto a renda resolúvel engloba os cidadãos com um salário acima de 97 mil kwanzas.

De acordo com a fonte, que falava à Televisão Pública de Angola, em Janeiro próximo a empresa responsável pela venda das casas (Imogestin) anunciará os outros requisitos e canais/meios apropriados para a entrega de candidaturas.

6.12 Consumo em baixo e falta de Investimento fazem disparar pessimismo no Comércio e na Construção

Jornal Expansão

20 De Dezembro de 2019

Texto: Joaquim José

O pessimismo dos empresários e gestores sobre as perspectivas da evolução da economia, no curto

prazo, voltou a aumentar no IIIº trimestre do ano, depois de três trimestres a diminuir, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE). Pouco consumo e investimento fazem do comércio e da construção os sectores onde o pessimismo mais impera.

O Indicador de Clima Económico (avaliação das expectativas dos empresários sobre a evolução da economia no curto prazo) mantém-se em terreno negativo pelo 17.º trimestre consecutivo

No período entre Julho e Setembro, a confiança voltou a cair, passando dos -5 no II trimestre para os -7. No trimestre que antecedeu a entrava em vigor a 1 de Outubro do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), o comércio foi o sector em que a confiança dos empresários e gestores mais caiu (-21 para -33), demonstrando que anteviam o agravamento do consumo devido a eventuais subidas dos preços.

Mas também a falta de investimento público pesou no pessimismo. O sector da Construção continua a ser aquele em que o pessimismo é maior (-35) nos seis sectores avaliados, seguido do Comércio (-33), Turismo (-14) e Indústria Transformadora (-7). Já em terreno positivo estão a Indústria Extractiva (4) e Com unicação, que lidera o ranking do sector mais optimista (35).

6.13 As casas sociais e o modelo exemplar para a amortização de custos

Novo Jornal

20 De Dezembro de 2019

Projecto inaugurou uma modalidade de amortização de custos da produção das casas sociais sem que os beneficiários fossem obrigados a despendere valores monetários.

Antes de ter iniciado o projecto de requalificação da Aldeia Camela Amões, onde hoje são visíveis sinais

mais do que evidentes de uma nova Angola e de um modelo de desenvolvimento social que pode ser replicado para o vasto território nacional, o empresário António Segunda Amões encontrou uma realidade igual às inúmeras aldeias que se estendem pelo país todo.

Habitacões pre cárias, sem o mínimo de condições de habitabilidade, ausência de hospitais, escolas; era esta a imagem de uma aldeia que hoje tem arruamentos e vê surgir uma realidade que não só está a oferecer uma vida nova aos aldeões-corno inaugura um modelo habitacão social único no país.

Ali onde existiam casebres, o Grupo ASAS substituiu e ergueu um modelo residencial do tipo T3 e mais um anexo, destinadas às famílias, e o modelo T4, para os técnicos angolanos que emprestam neste momento o seu saber na Aldeia Camela Amões.

No total, são 160 hectares só para acolher as casas sociais. E estas residências têm adjacentes um espaço onde cada família pode praticar o cultivo de hortaliças e outros produtos do campo.

Como iniciativa pioneira, o Projecto Integrado Camela Amões criou a Cooperativa Agrícola Camela Amões, para permitir que cada família beneficiária das residências seja um factor empreendedor da sua própria mudança de vida.

As casas erguidas estão avaliadas em oito milhões de kwanzas, e cada uma destas famílias tem 40 anos para amortizar a dívida.

No entanto, o pagamento não é feito com dinheiro. Porque o projecto dispõe de meios mecanizados e inputs agrícolas, a Cooperativa Camela Amões distribui a cada uma das famílias estes meios no in cio de cada ano. Na fase da colheita, 10 por cento do que estas famílias produzem são entregues à cooperativa para a amortização do custo de construção de suas habitacões.

vinte por cento das receitas da produção anual é também entregue à cooperativa como comparticipação nas despesas com os meios mecanizados e inputs. O remanescente da produção, caso as famílias não consigam a totalidade da produção, é vendido à própria cooperativa.

O projecto da Aldeia Camela Amões é também hoje conhecido na região como um desbravador de novas frentes que os agricultores de aldeias instaladas nas proximidades conseguem hoje abrir, graças às estradas de terra batida que as máquinas e os homens tornaram possíveis.

Aldeões que viam os produtos apodrecerem, por não terem como escoá-los, hoje conseguem ver o resultado dos anos de cultivo a ser distribuídos em vários pontos da província do Huambo, bem como em Benguela e Bié.

Este milagre só tem sido possível por conta de pequenas motorizadas de três rodas, que têm servido de ponte.

6.14 17.784 unidades habitacionais estão disponíveis

Jornal Economia & Finanças
27 De Dezembro de 2019
Autor: Adérito Veloso

Durante este ano, foram disponibilizadas 17.784 unidades habitacionais em várias centralidades do país, para a sua comercialização.

Durante este ano, foram disponibilizadas 17.784 unidades habitacionais em várias centralidades do país, para a sua comercialização.

Por exemplo, na do Lobito o número de apartamentos ronda as 2 mil unidades, Baía Farta (1.000), Reconversão Urbana do Cazenga (748), 5 de Abril (2 mil), Praia Amélia (2 mil), no Andulo (172), Kilomoso (1.010), Zango 5 (8 mil) e Quilemba (854). Do balanço constam ainda mais de 1.023 apartamentos no Zango Vida Pacífica, em Luanda, e ainda 2.010 casas da Centralidade do Sumbe.

Foram igualmente, construídas infra-estruturas externas das centralidades da Baía Farta e do Lobito, ambas na província de Benguela, 5 de Abril e Praia Amélia (Namibe), Andulo (Bié), Kilomoso (Uíge), Zango 5 e do Zango “0” (Luanda), Lubongo (Benguela), Quilemba (Huíla), Sumbe (Cuanza Sul) e Caála (Huambo).

Consta ainda das acções do sector da Habitação e Ordenamento do Território a construção das infra-estruturas integradas na reserva fundiária de Catapa, no Uíge, Quissama e Zango Intermédio (Luanda) e da cidade do Lubango (Huíla).

No balanço conta também a alienação de 931 imóveis ao abrigo da Lei nº 19/91, de 25 de Maio, bem como foram celebrados 11.578 contratos de arrendamento, sendo 1.200 do património imobiliário do Estado e 10.378, no âmbito do subprograma dos 200 fogos por município.

Ainda no sector do Ordenamento do Território e Habitação foi elaborado o mapa da divisão político-administrativa de Angola e foram aprovados os planos directores municipais de Benguela, Baía Farta, Lobito, Cubal, Caimbambo, Chongorói, Bocoio, Catumbela e Ganda, na província de Benguela; Andulo, Camacupa, Catabola, Chitembo, Chinguar, Cuemba, Cuito, Cunhinga, na província do Bié, e Viana, na província de Luanda.

“Minha Terra”

Em Outubro, na localidade de Cangala, município do Chinguar (Bié), foi lançado, em acto orientado pela ministra do Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação, Ana Paula de Carvalho, o projecto “Minha Terra”, que visa a atribuição de direitos fundiários aos detentores de parcelas de terra no país.

Ao falar no acto de lançamento, a ministra disse que numa primeira fase, vão ser emitidos 200 títulos em apenas um município de cada província do país, totalizando 3.600 títulos.

A governante considerou que a terra é um activo que o cidadão tem para promover o desenvolvimento, tendo salientando que a política nacional para a concepção de direitos sobre terras visa também combater a pobreza e assegurar o desenvolvimento económico, social e da protecção social do cidadão.

O cadastro e o registo de terra é ainda deficiente, proporcionando assim a informalidade, fazendo com que o Estado não detenha o controlo eficaz sobre o uso, ocupação e transformação do solo e, por conseguinte, a perda de uma das principais fontes de arrecadação de receitas para a economia nacional.

A falta de segurança de posse das terras pelas famílias das comunidades locais, tem influenciado em grande medida a usurpação por grupos organizados de ocupação ilegal de terrenos, sobretudo das famílias camponesas mais desfavorecidas.

6.15 Moradores pretendem que a PGR ponha fim à gestão privada de escolas públicas

Jornal de Angola
30 De Dezembro de 2019
Autor: Roque Silva

Moradores da cidade do Sequele, município de Cacucaco, em Luanda, manifestam-se contra a gestão privada de três escolas públicas existentes na urbanização e pedem a intervenção da Procuradoria-

Geral da República (PGR) por suspeitarem que a entrega das escolas à gestão privada seja “um acto administrativo eivado de ilegalidade”.

Não é de hoje que vários moradores se manifestam contra a gestão privada das escolas públicas da cidade do Sequele, uma decisão tomada, em 2014, pelo Gabinete Provincial da Educação de Luanda, quando ainda era gerido por André Soma.

Alguns moradores descontentes voltaram à carga depois de ter sido tornado pública, há dias, a decisão da Procuradoria-Geral da República, que determinou o confisco de uma escola primária e do I ciclo do Ensino Secundário localizada no projecto KK-5000, no município de Belas, e indicou, como fiel depositário, o Ministério da Educação.

O confisco da escola do KK-5000, que havia sido transformada em colégio em 2016, foi determinado pelo Serviço de Recuperação de Activos, no âmbito de um processo de investigação patrimonial, por haver indícios de crimes de participação em negócios ilícitos e tráfico de influência.

Na sequência da decisão tomada pela PGR em relação à escola do KK-5000, moradores da cidade do Sequele, contactados terça-feira pelo Jornal de Angola, renovaram o descontentamento, pedindo à Procuradoria-Geral da República que intervenha porque, na opinião de alguns, o contrato de gestão lesa os interesses do Estado.

A divulgação da entrega das escolas da cidade do Sequele à gestão privada começou em forma de rumores, em 2014, e especulava-se que a Igreja Católica seria a gestora das unidades escolares que, curiosamente, passaram a ter nomes de padres. Trata-se das escolas Inácio Tambu, com o número 4.073, do II ciclo do Ensino Secundário, Ernesto Rafael, com o número 4.078, do I ciclo do Ensino Secundário, e de uma do ensino primário, com o número 4.089, que também tem o nome Ernesto Rafael.

A especulação de que a Igreja Católica seria a gestora das três escolas foi esbatida quando, no dia 17 de Março de 2014, no decurso da inauguração dos estabelecimentos escolares, o cónego Apolónio Graciano agradeceu à SONIP, a então empresa gestora de todos os projectos habitacionais do Estado, por ter confiado a gestão dos estabelecimentos escolares à Igreja Católica.

Por força do contrato de gestão, as três escolas são compartilhadas, estando, por esta razão, os alunos obrigados a pagar uma propina, decisão que está na base do descontentamento de pais e encarregados de

educação, que dizem ser um “contrato absurdo” porque, além de as escolas terem sido construídas com dinheiro público, os professores são pagos pelo Ministério da Educação.

A escola do ensino primário (da primeira à sexta classes) cobra mensalmente mil kwanzas, a do I Ciclo do Ensino Secundário (da sétima à nona classes) 1.500 kwanzas e a do II ciclo do Ensino Secundário (da décima à décima segunda classes) 2.000 mil kwanzas.

Protocolo celebrado

Em 2018, o Jornal de Angola contactou Apolónio Graciano, que declarou terem as escolas da cidade do Sequele sido entregues à “Igreja Católica, na pessoa do padre Apolónio Graciano, e a igreja tem pleno conhecimento disso”.

Naquela altura, Apolónio Graciano disse ter conhecimento do que considerou “intrigas” geradas à volta da entrega das escolas à gestão privada e revelou que os estabelecimentos de ensino funcionavam graças a muitos sacrifícios que ele próprio fazia.

As declarações de Apolónio Graciano colidem com as prestadas, também em 2018, pelo secretário nacional do clero da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), padre Correia Hilário, que negou qualquer envolvimento da Igreja Católica na gestão das escolas da cidade do Sequele.

“Não existe nenhum protocolo celebrado entre a CEAST ou a Arquidiocese de Luanda e o Ministério da Educação”, esclareceu o sacerdote, que revelou o seguinte: “Estas escolas foram entregues ao padre Apolónio Graciano, a título pessoal, uma decisão que a igreja respeita, mas deixa claro que o cónego não está, de forma alguma, a representar a Igreja Católica dentro daquelas escolas, porque não foi a igreja que o colocou ali para gerir as mesmas”.

Sobre a entrega das escolas à gestão privada, os responsáveis da Educação do Distrito Urbano do Sequele e do município de Cacuaco, quando abordados pela imprensa, evitam falar sobre o assunto, com a alegação de que não estão autorizados a prestar declarações aos órgãos de comunicação social.

Intervenção da PGR

Hoje, num contacto telefónico, o porta-voz da Procuradoria-Geral da República, Álvaro João, declarou ao Jornal de Angola que a instituição pode intervir caso haja suspeita de ilicitude na entrega da gestão das escolas públicas a uma entidade privada. Álvaro João deixou em aberto a possibilidade de uma

intervenção da Procuradoria-Geral da República depois de ter afirmado que a instituição “pode intervir em casos de crime de carácter público, denunciados pela imprensa, por qualquer cidadão ou por órgãos de direito”.

O porta-voz da PGR adiantou que as estruturas do Governo, como o Governo Provincial de Luanda, têm legitimidade para aferir se o acto de entrega das escolas do Sequele a uma gestão privada está ou não eivado de ilegalidade.

Álvaro João sugeriu também aos moradores descontentes com a entrega das escolas à gestão privada que contactem o Governo Provincial de Luanda a fim de esta instituição da Administração do Estado dar um parecer sobre a situação das referidas escolas.

7. TERRA

7.1 Preços dos terrenos caem para a metade

Jornal de Angola

9 De Dezembro, 2019

Os preços dos terrenos infra-estruturados, inicialmente fixados entre 90 a 214 dólares por cada metro quadrado, sofreram uma redução na ordem dos 50 por cento, anunciou, no sábado, o presidente do Conselho de Administração da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI, E.P.), Pedro Cristóvão.

A medida, que reduziu para 45 dólares os preços dos terrenos anteriormente fixados em 90 dólares e para 107 os orçados em 214, de acordo com o responsável, teve em conta a perda do poder de compra dos cidadãos.

“Tendo em conta a actual realidade económica do país, caracterizada pela perda do poder de compra dos cidadãos, os antigos preços sofreram alguma redução na ordem de 50 por cento. Nessa revisão de preços, tivemos o cuidado de ter em conta aquilo que é a capacidade de aquisição”, revelou a fonte.

Em entrevista à Angop, o gestor lembrou que os preços definidos para os terrenos infra-estruturados em 2015, que ainda vigoravam até recentemente, “não se adequam a actual realidade económica do país”, tendo em conta a constante variação da taxa de câmbio e a desvalorização da moeda nacional.

Naquela altura (2015), recordou, os preços foram fixados na ordem dos 90 dólares por cada metro quadrado, na zona adjacente da centralidade do Sequele, e USD 214/metro quadrado no Kilamba. Com essa redução, prevê-se que os preços dos terrenos infra-estruturados estejam fixados na ordem dos 45 dólares/metro quadrado, no Sequele, e 107 dólares no Kilamba, de acordo com as contas feitas pela Angop.

Os novos preços desses terrenos, destinados à construção de residências ao gosto/escolha do cliente, serão conhecidos hoje, em Luanda, durante o acto de lançamento da campanha de vendas dos espaços urbanizados.

Nessa primeira fase, o processo de vendas desses espaços vai começar nos terrenos adjacentes à centralidade do Kilamba, em Luanda, que conta com cerca de cinco mil hectares infraestruturados.

Ao câmbio actual, 45 dólares equivale a 21 mil e 592 kwanzas, enquanto 107 dólares corresponde 54 mil e 701.

Isso significa que cada metro quadrado poderá custar cerca de 21 mil e 592 kwanzas, no Sequele, e 54 mil e 701 no Kilamba.

Segundo Pedro Cristóvão, os terrenos infra-estruturados (zonas urbanizadas para construção de casas e outras infra-estruturas) podem ser adquiridos em kwanza, tendo como referência o dólar com a taxa de câmbio actual.

Explicou ainda que os preços dos terrenos têm como referência o dólar, porque os custos de infra-estruturação dessas áreas foram determinados nessa moeda estrangeira, que regista variações constantes no mercado cambial.

Referiu que o início de vendas desses terrenos servirá também para recuperar, a curto e médio prazo, o investimento que o Estado efectuou nessas infra-estruturas urbanas.

Para além do Sequele e Kilamba, as urbanizações do Camama e Jardim de Rosa também contam com projectos de infra-estruturação, que estão em fase de conclusão.

Juntando todas urbanizações, pelo menos 50 por cento dos terrenos já estão infraestruturados, aguardando pelo início do processo de vendas, afirmou o responsável.

De acordo com o gestor, após o acto de lançamento da campanha de venda dos terrenos, a empresa que dirige estará disponível a receber as pessoas interessadas às candidaturas, para prestar os devidos esclarecimentos e orientar o deve ser feito.

Para o efeito, adiantou, os interessados poderão dirigir-se no distrito urbano da Centralidade do Kilamba, onde terá um posto montado com técnicos que irão passar as informações adicionais, podendo também os interessados deslocar-se até a sede da empresa, localizada em Talatona. Sem avançar o valor arrecadado e investido nas infra-estruturas, o responsável afirmou que o projecto-piloto de infra-estruturação de terrenos começou em Março de 2017, mas que as primeiras comercializações só tiveram início em 2018.

CrITÉRIOS de adesão aos terrenos infra-estruturados

A iniciativa de âmbito nacional inclui todos os cidadãos que queiram realizar o sonho da casa própria ou começar o seu negócio nessas áreas urbanizadas, desde que se cumpra com os requisitos

exigidos na fase negocial entre o cliente e a EGTI, E.P.

Cada cidadão é livre em escolher a área e o tipo de habitação ou outro empreendimento que queira construir nesses terrenos, cumprindo com os parâmetros urbanísticos definidos pelo Estado.

Para Pedro Cristóvão, os projectos de infra-estruturação urbana são feitos consoante a realidade económica dos cidadãos, visando abranger o maior número possível de pessoas com necessidades habitacionais.

Cada pessoa, prosseguiu, poderá escolher o projecto urbanístico que se enquadra com o seu poder financeiro, sendo que a infra-estruturação oferecerá opções de construir casas mais económicas, unifamiliares (têrreas) e multifamiliares (edifícios com apartamentos).

Alertou que esse processo, que prevê abranger ainda no próximo ano cerca de 12 províncias do país, será feito de forma faseada, garantindo que os cidadãos que não conseguirem na primeira fase poderão esperar outras fases.

Disse que a primeira fase do projecto também estará virada na arrecadação de receitas, que possibilitarão infra-estruturar outras áreas para beneficiar mais pessoas.

7.2 Ilha de Luanda com novo Plano de Desenvolvimento

Jornal de Angola

9 De Dezembro, 2019

Um projecto arquitectónico-urbanístico, denominado “Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha de Luanda”, que servirá para a manutenção das infra-estruturas dessa zona balnear da capital do país, foi apresentado sábado à sociedade civil.

Ao materializar-se, o Plano irá contemplar espaços específicos para a publicitação de bens e serviços, realização de actividades culturais e desportivas, assim como o pagamento de taxas de saneamento básico e de turismo pelos utentes.

Com esse conceito, pretende-se incentivar e dinamizar os vários tipos de turismo localmente e, desta forma, arrecadar-se receitas para o Cofre do Estado, sem onerar as despesas do OGE, segundo o mentor da iniciativa, engenheiro civil Paulo Nobre.

“Não podemos ficar à espera que o Estado tenha disponibilidade financeira para fazer as intervenções que a Ilha necessita, porquanto esta área possui

muitos atractivos, desde os pontos para publicidade e eventos, as praias e outras formas de gerar riqueza”, expressou. O que se nota, observou, é que nesta localidade, qualquer pessoa abre o seu negócio, mas sem pagar quaisquer verbas para a manutenção das infra-estruturas, não obstante pagarem os impostos/anuais intrínsecos às actividades que desenvolvem.

Ao apresentar o projecto, Paulo Nobre disse que os angolanos não podem deixar cair a Ilha do Cabo, por ser importante para os moradores, frequentadores e pelo facto de o turismo ser nulo sem que esta zona esteja em condições para receber os cidadãos. “É assim que se faz em todo o mundo, a exemplo de Copa Cabana (Brasil). Pois, temos de reabilitar e conservar a Ilha, e não incumbir toda a responsabilidade ao Estado, que por sinal está descapitalizado. Precisamos de rentabilizar a zona”, resumiu.

Paralelamente ao “Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha de Luanda” foi também apresentado um outro “Projecto de Produção de Adubos Orgânicos”, já em implementação, a partir de resíduos sólidos (lixos), sob iniciativa do engenheiro Bernardo Karitoco.

7.3 Terrenos infra-estruturados começaram a ser vendidos

Jornal de Angola

10 De Dezembro, 2019

Texto: Natacha Roberto e Ana Paulo

A venda de terrenos infra-estruturados da centralidade do Kilamba foi lançada ontem, em Luanda, num acto em que os promotores anunciaram uma redução dos preços pela metade, com o corte do preço do metro quadrado de 214 para 115 dólares.

O administrador para a área técnica da Empresa de Terrenos Infra-estruturados (EGTI-EP), Kilson Gouveia, adiantou que os lotes para construção de habitações na Centralidade do Kilamba constituem a primeira fase do projecto, em que estão previstos descontos de até 65 por cento. “A venda obedece aos critérios de valorização dos terrenos. Os lotes próximo ao Kero do Kilamba acabam por ser mais caros e, também, um terreno para comércio não tem o mesmo valor que as habitações multifamiliares”, advertiu.

Kilson Gouveia informou ainda que os lotes para habitação podem ser adquiridos com descontos de até 65 por cento e para habitação multifamiliar de 40, ao passo que, para as habitações de uso misto as taxas

podem baixar a 30 e para empreendimentos dos sectores da Saúde e Educação de 55 e 40 por cento, respectivamente.

“Em função do pedido enquadrámos o preço dentro do plano de urbanização da fase 1 que compreende uma área total de 1.343 hectares. Os custos dos lotes infra-estruturados são taxados em dólares, embora o pagamento seja realizado em kwanzas, informou Kilson Gouveia.

O responsável garantiu que os clientes vão beneficiar de todo o apoio técnico, mesmo apresentando apenas o interesse em adquirir os lotes sem projectos em vista. O pagamento dos terrenos pode ser realizado com um período de carência que varia entre os três a 12 meses e em prestações mensais que variam os seis meses a cinco anos. “Damos a possibilidade dos clientes pagarem em prestações enquanto edificam as suas habitações”, esclareceu o administrador.

Os lotes infra-estruturados do Kilamba erguem-se sobre pavimento asfáltico, contando com espaços para estacionamento alinhados ao mosaico urbano. Está previsto o mesmo procedimento para todas as províncias. “O padrão de construção é de livre criatividade, seguindo apenas os parâmetros exigidos legalmente”, disse.

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, disse que os preços praticados pela a empresa EGTI reflectem todas condições de habitabilidade e as regras de sustentabilidade urbanística.

“Os terrenos prontos a construir têm na mira mais de 20 cidades de 12 das 18 províncias do país, entre as quais as províncias de Luanda, Cabinda, Uíge, Lunda-Sul, Bié, Huíla, Benguela, Namibe, Moxico, Cuanza-Sul, Huambo e Bengo”, indicou.

A ministra lembrou que foram desenvolvidos estudos e acções concretas para o loteamento destes espaços que indicam novos preços, cujos os valores são mais viáveis do que se verifica no mercado. “O novo paradigma dos preços vai mitigar a especulação imobiliária e garantir a melhoria da qualidade de vida das populações e dinamização dos sectores do Comércio, segurança pública, Indústria e Turismo, bem como a geração de alta renda e emprego, além de arrecadação de receitas para o Estado”, disse.

Ana Paula de Carvalho apelou as entidades financeiras a apostarem no projecto que vai ajudar a diversificar a economia e promover um forte sentido de inclusão e oportunidade que todos angolanos merecem.

O presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Pedro Caldeira, considerou a redução dos preços como um passo significativo que vai impulsionar o mercado, dando maior poder aquisitivo das empresas do sector. “Acreditamos ser uma boa iniciativa, embora existam, no mercado, preços abaixo dos 50 dólares para aquisição de um metro quadrado.

Parcela 20/30

O director-geral da empresa Diakumbo Imobiliária, Massada Culembala considerou os preços dos terrenos comercializados na Centralidade do Kilamba como razoáveis, tendo em conta que o Estado terá de apostar nas infra-estruturas sociais, como luz, água, rede de esgotos.

Para Massada Culembala, com o preço do metro quadrado a 115 dólares, o comprador terá de pagar entre 60 e 69 mil dólares, equivalente a 31 milhões de kwanzas, por um terreno entre os 20/30 metros quadrados.

Com o preço anterior, de 214 dólares, um lote dessas dimensões rondaria os 138.400 dólares, equivalente em cerca de 65 milhões de kwanzas. “Depois de comprado o terreno, o comprador teria de desembolsar cerca de 70 milhões de kwanzas”, disse.

Apesar da redução do preço a 50 por cento, Massada Culembala afirma que o Estado poderia reduzir o valor do metro quadrado para 50 dólares, com o que ficaria a 30 mil dólares, o equivalente a 13 milhões de kwanzas. “A este preço, os terrenos esgotariam em fracção de segundos”, sublinhou.

De acordo com o vice-presidente da APIMA, Cléber Correia, o investidor no mercado imobiliário faz contas: caso compre o terreno a um preço mais caro, o produto final também ficará dispendioso e, dificilmente, o mercado terá cliente com capacidade de compra.

Além dos preços excessivos praticados pelo Estado, a demora no tratamento dos processos para a construção de habitações é um dos principais motivos da paralisação do sector imobiliário.

Cléber Correia explicou, por outro lado, quando o promotor imobiliário entra com um pedido de direito de superfície, o processo demora de um a dois anos para estar concluído, levando, em consequência, à desistência dos diversos promotores nacionais e estrangeiros.

7.4 Terrenos infra-estruturados atraem multidão ao Kilamba

Jornal de Angola

11 De Dezembro, 2019

TEXTO: *Madalena José*

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI-EP) registou ontem, segundo dia de venda de lotes para construção de habitações na centralidade do Kilamba, mais de mil candidaturas.

As duas pequenas salas contentorizadas, montadas no terreno para proceder ao registo dos interessados, foram cercadas desde as primeiras horas da manhã por centenas de pessoas, antes mesmo de abrirem as portas.

No período da tarde, por volta das 15 horas, perto da hora do fecho, a reportagem do Jornal de Angola ainda contabilizou cerca de 500 pessoas, divididas em três filas, ávidas de serem atendidas.

Entre as filas apinhadas de gente paciente, não faltaram os chamados "Chico espertos", que, pressurosos, tentavam furar entre a multidão, exercícios frequentemente frustrados pelos agentes da Polícia Nacional destacados no local.

A chefe do Departamento da Direcção e Marketing da EGTI, Elba George, disse que, depois do anúncio, na segunda-feira, da abertura do processo de vendas de terreno, algumas pessoas fizeram inscrições por via on line.

Para as candidaturas presenciais, cuja primeira fase decorre ao longo do mês de Dezembro, referiu, as inscrições vão das 9h às 16 horas.

O processo, explicou, circunscreve-se, na recolha de dados pessoais do candidato, mediante o preenchimento de uma ficha, contendo, entre outros elementos, número do telemóvel e o endereço de email.

72 horas depois, prosseguiu, o candidato é informado por email sobre a confirmação da inscrição (candidatura).

Elba George lembrou que a empresa reduziu os preços iniciais em cerca de 50 por cento. inicialmente fixados entre 90 a 214 dólares por cada metro quadrado, os valores sofreram uma redução na ordem dos 50 por cento, anunciou, no sábado, o presidente do Conselho de Administração da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI, E.P.), Pedro Cristóvão.

A medida, que reduziu para 45 dólares os preços dos terrenos anteriormente fixados em 90 dólares e para 107 os orçados em 214, de acordo com o responsável, teve em conta a perda do poder de compra dos cidadãos.

“Tendo em conta a actual realidade económica do país, caracterizada pela perda do poder de compra dos cidadãos, os antigos preços sofreram alguma redução na ordem de 50 por cento. Nessa revisão de preços, tivemos o cuidado de ter em conta aquilo que é a capacidade de aquisição”, revelou a fonte.

Em entrevista à Angop, o gestor lembrou que os preços definidos para os terrenos infra-estruturados em 2015, que ainda vigoravam até recentemente, “não se adequam a actual realidade económica do país”, tendo em conta a constante variação da taxa de câmbio e a desvalorização da moeda nacional.

Naquela altura (2015), recordou, os preços foram fixados na ordem dos 90 dólares por cada metro quadrado, na zona adjacente da centralidade do Sequele, e USD 214/metro quadrado no Kilamba.

Com essa redução, prevê-se que os preços dos terrenos infra-estruturados estejam fixados na ordem dos 45 dólares/metro quadrado, no Sequele, e 107 dólares no Kilamba, de acordo com as contas feitas pela Angop.

Os novos preços desses terrenos, destinados à construção de residências ao gosto/escolha do cliente, serão conhecidos hoje, em Luanda, durante o acto de lançamento da campanha de vendas dos espaços urbanizados.

Nessa primeira fase, o processo de vendas desses espaços vai começar nos terrenos adjacentes à centralidade do Kilamba, em Luanda, que conta com cerca de cinco mil hectares infra-estruturados.

Ao câmbio actual, 45 dólares equivale a 21 mil e 592 kwanzas, enquanto 107 dólares corresponde 54 mil e 701.

Isso significa que cada metro quadrado poderá custar cerca de 21 mil e 592 kwanzas no Sequele, e 54 mil e 701 no Kilamba.

7.5 Projecto “Minha Terra” chega ao município do Cubal

Jornal de Angola

12 de Dezembro, 2019

Texto: António Gonçalves

Depois do lançamento do projecto “Minha Terra” na província do Bié e, a seguir, no Huambo, o município do Cubal, em Benguela, dá hoje arranque ao programa.

De acordo com o director provincial do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA), Américo Tchissassa, foi realizada, em parceria com a Direcção Provincial da União Nacional dos Camponeses Angolanos (Unaca), uma campanha de sensibilização, que culminou com o levantamento de 275 parcelas de terra no município do Cubal, onde a experiência piloto terá lugar.

“Esses 275 processos estão a ser tratados, para que sirvam de modelos para o lançamento do programa no Cubal”, ressaltou. Nesta primeira fase, de acordo com o interlocutor, a previsão de emissão de títulos é no mínimo de 200 para cada município. Porém, dependendo da necessidade de cada localidade, “podemos atingir números maiores que estes”, esclareceu.

O projecto prevê a atribuição de direitos fundiários de até 4 hectares de terra por beneficiário, mas, em relação aos municípios que seguiram o Cubal, tudo dependerá dos interessados.

Américo Tchissassa disse que, por se tratar de um projecto que está a dar os seus primeiros passos e pelo conceito que as comunidades têm de títulos de propriedade, as principais dificuldades encontradas durante a campanha de sensibilização relacionam-se apenas com algum pessimismo de camponeses. Na generalidade, há pouca crença em que, de facto, lhes serão atribuídos documentos que legalizem as suas terras.

Por esse motivo, o director do IGCA considera que só dando o passo inicial, com a concretização da entrega dos primeiros títulos de propriedade, será possível que mais camponeses adiram ao projecto.

De acordo com Américo Tchissassa, o processo de emissão dos títulos de propriedade leva 67 dias para a elaboração. Entretanto, as autoridades estão a tentar reduzir esse tempo.

Para a atribuição de direitos fundiários, os beneficiários deverão ser detentores de uma parcela de terra onde praticam agricultura de subsistência

ou familiar. A partir deste pressuposto, o Estado reconhece os testemunhos locais, quer das autoridades tradicionais, dos responsáveis das associações de camponeses, quer dos membros da comunidade, que deverão certificar que as parcelas pertencem, efectivamente, a quem as anuncia como suas, salvaguardando igualmente as dimensões do terreno.

Dúvidas

Segundo o director do IGCA, uma equipa técnica de delimitação, integrada por membros das autoridades tradicionais, incluindo o regedor, membros da comunidade e responsáveis da agricultura, acompanha localmente todo esse trabalho no município, assim como representantes da administração.

“Quando, no terreno, com o testemunho das comunidades e das autoridades locais, houver algum caso que suscite dúvidas, não avançaremos sem que fique tudo esclarecido”, garantiu.

O projecto “Minha Terra” é um conjunto de mecanismos criados pelo Estado, no sentido de tornar mais célere e menos oneroso o processo de legalização das parcelas de terra das comunidades locais, bem como dos camponeses organizados em cooperativas ou individualmente. O processo culmina com a atribuição de títulos de concessão ou reconhecimento e registo dos terrenos nas conservatórias.

Condições

O presidente da União Nacional dos Camponeses Angolanos (Unaca) - Federação de Benguela, João Simão Januário, revelou ao *Jornal de Angola* que as condições actuais no município do Cubal são as necessárias para o arranque.

Simão Januário justifica que não há condições técnicas e logísticas para a expansão do cadastramento das parcelas de terra de toda a província. Além disso, refere que o trabalho deveria ser efectuado no tempo seco e não actualmente, em plena época chuvosa.

“As comissões ou subcomissões técnicas estão criadas, mas a quantidade de técnicos necessários ao trabalho de levantamento de cada localidade não existe a nível da província”, esclareceu

7.6 560 Lotes estão disponíveis

Jornal Economia e Finanças
13 De Dezembro de 2019

A Empresa de Gestão de Terrenos infra-estruturados(EGTI) tem, desde passada terça-feira, disponível 560 lotes nas mais variadas funções, nesta primeira fase, para a sua comercialização.

Anteriormente vendidos ao preço de usd314, o metro quadrado, agora está fixada por 115, tendo em conta a valência de cada tipologia.

O administrador para a Area Técnica da Egti Tilton Gouveia, afirmou no acto do lançamento do projecto, que os terreno para o uso misto registam uma redução no preço de 30 por cento, para habitação multilateral(40%), igual percentagem para saúde, ensino (55%) e a habitação unifamiliar (65%).

O responsável garantiu que os clientes vão beneficiar de todo o apoio técnico, mesmo apresentando apenas o interesse em adquirir os lotes se projecto em vista. O pagamento dos terrenos pode ser realizado com um período de carência que varia entre três e 12 meses e em prestações mensagem que varia de seis meses a cinco anos.

Por exemplo o comprador terá de pagar entre 60 a 69 mil dólares, equivalente a Kz 31 milhões, por um terreno de 20/30 metros quadrados.

Sustentabilidade urbanística

Por sua vez, a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ano Paulo de Carvalho, disse que os preços praticados pela empresa Egti reflete todas as condições de habitabilidade e as regras de sustentabilidade urbanística.

“Os terrenos prontos a construir têm na mira mais de 20 cidades de 12 a 18 províncias do país” destacou. Os terrenos estão localizados em Luanda, Cabinda, Uíge, Lunda Norte, Bié, Huíla, Benguela Namibe, Moxico, Kuanza Sul, Huambo e Bengo.

7.7 Cidadãos “correm” para comprar terrenos na centralidade do Kilamba

Jornal Economia e Finanças
13 De Dezembro de 2019
Texto: Adérito Veloso

A pesar de a inscrições estarem também disponíveis via "on line", o dia marcado para o início das pré-candidatura do 560 lotes de terreno, nas mais variadas funções (habitação, escritório e outros serviços), registou uma enchente considerável de muitos cidadãos (jovens e velhos) que madrugaram, para junto dos escritórios da Empresa de Gestão de Terrenos Infra-estruturados (EGTI), na Centralidade do Kilamba, em Luanda, poderem fazer a pré-candidatura.

É o caso de Oliveira Chizumbi, que apreensivo dada a enchente, destacou que o processo é positivo, mas carece de muita informação.

Motivado a solucionar o "bicudo" problema habitacional, que a sola principalmente a camada jovem, o interlocutor entende que, apesar do terrenos estarem acessíveis, os preços deviam ser estipulados em kwanzas e não em dólar e com uma taxa ao câmbio do dia.

"A referência do preço dos terrenos não devia ser taxada ao câmbio do dia nem em dólar", destacou, tendo apelado a empresa para rever a situação, fazendo um estudo de mercado para ajudar "os jovens".

Por sua vez, Mariana Manuel, moradora do Bairro Neves Bendinha, no município do Kilamba xiáxi, esteve no primeiro dia de inscrição, no escritório da Egti do Kilamba, para concretizar o desejo de morar num lugar mais "urbanizado",

"Aqui, os terrenos já estão urbanizados, terei a oportunidade de fazer a vivenda dos meus gostos num lugar cómodo", frisou.

O desejo de Mariana Manuel é comprar um lote para construir uma casa, mas entende que os preços que estão a ser praticados e taxados ao dólar podem "afastar muitos clientes".

"Não podemos nos basear no dólar. O nosso país não tem como moeda o dólar, mas sim o kwanza. Aliado a esta fase de crise, com salários que já não respondem o real custo de vida, penso que os preços são muito altos nem toda gente poderá conseguir", desabafou.

Júlia Madalena Jacinto é uma jovem feliz. Natural da Lunda Norte. É também funcionária pública. Revela que o seu sonho é viver num lugar já urbanizado, com água e luz, bem como com facilidade na circulação, apesar de viver, actualmente na baixa de Luanda, na Mutamba.

O rosto diz tudo. Sorridente, a jovem conseguiu a inscrição. "É uma alegria ter conseguido, para poder realizar o meu sonho", disse.

Júlia pretende comprar dois lotes para poder construir uma casa e um estabelecimento comercial para poder fazer o seu pequeno negócio.

"Pretendo fazer casa e um pequeno empreendimento para poder vender e desenvolver um negócio, já que gosto de ser uma empreendedora e, nestes lugares já urbanizados, as coisas têm muitos clientes", destaca.

Quanto aos preços dos terrenos, Júlia Madalena Jacinto entende que são acessíveis, a julgar pelo período dado para o pagamento.

"Com a fé em Deus e com trabalho, cinco anos é um bom tempo para pagarmos os terrenos. Vamos conseguir. O Estado quando dá esta oportunidade temos de aproveitar", sublinha.

A pré-escritão, que iniciou na passada terça-feira, pode ser feita via electrónica "on line" (igt.gov.ao) ou de forma presencial, nos escritórios da empresa nas centralidades do Kilamba ou no Sequele (Luanda).

Preços ajustados

A reformulação da diminuição dos preços dos terrenos agradou alguns operadores do sector imobiliário.

Tal é o caso do vice-presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Cléber Corrêa, que falando à imprensa, à margem do lançamento do projecto, destacou positiva a diminuição dos preços dos lotes, que dos 34 dólares por metro quadrado, passaram para 115, tendo em conta a valência de cada tipologia.

O responsável da Apima destacou que anteriormente, a organização profissional já tinha apresentado o seu ponto de vista.

"Os preços praticados naquela altura estavam muito fora daquilo que era o contexto económico. Espero que a reacção do mercado seja positiva", sublinhou.

Missão

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI, E.P.) é uma Empresa Pública criada em Março de 2015, por Decreto Presidencial nº 58/15, que tem como objectivo atender a necessidade de instituir uma estrutura empresarial encarregue pela administração de forma mais racional dos terrenos infra-estruturados do domínio público e privado do Estado angolano.

A nível da província de Luanda, para além do Kilamba e Sequele, os terrenos a serem comercializados estão localizados no Sambizanga, Boavista, Mussulo, Futungo, Camama, Zango e KM 44.

7.8 Terrenos infra-estruturados custam 115 USD o metro quadrado

Jornal Expansão

15 De Dezembro de 2019

O preço médio para aquisição de terrenos infra-estruturados na centralidade do Kilamba, no município de Belas, é de 115 USD/m², afirmou o administrador para a área técnica da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI), Tilson Gouveia, o que representa uma queda de 65% em relação a 2015, ano em que o projecto foi criado.

O responsável da EGTI-E.P. garantiu, no lançamento do projecto esta semana, que, inicialmente o empreendimento tinha um valor de 214,73 USD/m².

O preço dos terrenos varia em função da zona, acessibilidade, dos equipamentos pré-existent e o núcleo urbano criado. Nesta primeira fase, estão disponíveis 564 lotes para comercialização do total de 1.343 e cerca de cinco mil hectares de terrenos infra-estruturados,

Tilson Gouveia clarificou que os terrenos para uso misto registam uma redução no preço de 30%, para habitação multilateral e saúde 40%, ensino 55% e a habitação unifamiliar teve uma redução de 65%.

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, afirmou que o ministério vai dedicar-se à promoção e valorização de activos em 12 províncias do País.

A governante salientou que já foram desenvolvidos estudos e acções concretas para a comercialização de terrenos infra-estruturados a preços baixos

Ana Paula de Carvalho declarou que o início da venda desses terrenos servirá também para recuperar, a curto e médio prazo, o investimento que o Estado efectuou nessas infra-estruturas urbanas.

Para além do Sequele e do Kilamba, as urbanizações do Camama e do Jardim de Rosas também contam com projectos de infra-estruturação, que estão em fase de conclusão.

Críticas nas vendas

O líder da Rede Terra, Bernardo Castro, considera que os preços exigidos não estão ao alcance das famílias pobres e que não há garantias do pagamento de uma indemnização justa aos donos dos terrenos a expropriar.

Bernardo Castro avançou que a venda de terrenos deve ser feita por leilão e a empresa promotora tem de ser escolhida por concurso público, em obediência à legislação fundiária do País.

7.9 Trinta e seis mil inscrições realizadas online

Jornal de Angola

17 De Dezembro de 2019

Autor: Natacha Roberto

As inscrições em online para a compra dos lotes na Centralidade do Kilamba atingiram, ontem, cifra 36 mil, cerca de 10 vezes mais que as 3. 206 realizados no stand, anunciou ao Jornal de Angola a directora de Marketing e Vendas da Empresa de Gestão de Terrenos Infra-estruturados (EGTI).

Deysa Van-Dúnem revelou adiantou que candidaturas realizadas em online já receberam o comprovativo, com a emissão de um código de pré-candidatura realizada com sucesso, uma operação que afirmou estar a absorver grande do processo.

“Muitas pessoas estão preocupadas com o facto de não terem recebido resposta depois de concluir a inscrição: apelamos à calma, porque vamos responder a todos os e-mails antes do término das pré-candidaturas, previsto para 10 de Janeiro”, declarou. A directora anunciou que a entrega dos lotes será

realizada em forma de sorteio, uma vez que o as candidaturas excederam o número de parcelas disponíveis. “A nossa previsão era de cinco mil candidaturas, sendo que apenas estão disponíveis 1.200 lotes para habitações unifamiliar”, disse.

Deysa Van-Dúnem adiantou que parte considerável dos candidatos prefere a tipologia A, que é a de habitação unifamiliar, disponível ao preço médio de 115 dólares por metro quadrado, a pagar no prazo de 12 meses. “Estamos apenas no quinto dia de inscrições e o número de candidatos é muito superior as candidaturas realizadas”, afirmou .

A tipologia unifamiliar está destinada a habitações do tipo A, que será dirigida à construção de um único piso (piso térreo) numa dimensão de 131,25 metros quadrados. A tipologia multifamiliar do tipo B está consagrada à edificação de dois pisos, numa área bruta será de 262,50 metros quadrados.

“Quem pagar um terreno para construção de uma habitação unifamiliar poderá pagar pela área bruta de construção, mas quem optar pela opção B terá de desembolsar valores pelo número de andares”, acentuou.

Aos candidatos que concorrem às habitações multifamiliares terão de pagar em 24 meses, sendo que os prazos de pagamentos de até cinco anos serão apenas elegíveis às solicitações de investimento no sector da Saúde, Educação e Comércio. “Os projectos de implantação de um hospital ou uma universidade que terão a possibilidade de ter o período de pagamento mais alargado”, disse.

A directora de Marketing e Vendas alertou que os candidatos com dupla inscrição terão o processo cancelados, uma vez é apenas permitido a realização de uma inscrição. “Estamos a notar que muitos candidatos realizam candidaturas em online e ainda nas nossas instalações. É uma situação que nos obriga a cancelar a inscrição”, explicou.

Em relação à taxa de pagamento fixada em dólares, explicou que os candidatos apurados terão estabelecido no contrato um preço único baseado no câmbio do BNA, para o pagamento total ou faseado dos lotes infra-estruturados. “Naquele dia do contrato será estabelecida a taxa com base no câmbio desse dia e um adiantamento do pagamento em percentagens abaixo dos 20 por cento”, referiu

Adiantou que os lotes estão prontos e serão entregues apenas aos clientes que terão pago na totalidade o referido terreno.

Em relação aos antigos titulares dos terrenos adjacentes a centralidade do Kilamba, Deysa Van-

Dúnem acentuou que processo está a ser resolvido pelo Governo Provincial de Luanda.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Agora, a morte do gado vem com a água

Jornal de Angola

5 De Dezembro de 2019

Autor: Domingos Caluciça

O boi suportou todos os solavancos da seca. Foi uma caminhada que durou mais de um ano, tempo durante o qual finto a morte que já levava muitos outros bovinos em Endudamo, comuna de Ombala-yo-Mungo.

Para consolar o abdómen, as folhas de algumas árvores substituíram o capim, há muito em falta. E para acalmar a sede, nada melhor do que o recurso à água barrenta de um poço situado a sete quilómetros, ainda assim disputada com os habitantes.

Quis o destino que naquela tarde ensolarada de um dia de Novembro a travessia do animal no “grande deserto” fosse interrompida por uma pequena lagoa, quando se aproximava do fim do calvário (no horizonte as nuvens já davam sinais de entrada para a época chuvosa e consequente melhoria das condições de pasto).

A pequena lagoa formou-se depois que uma chuva instantânea, na localidade, trouxe água, cuja escassez era notória por vários meses e serviu de alívio para muitos. Ironicamente, o “precioso líquido” constituiu também o azar para o criador de gado Portásio Limoneni.

O seu boi, bastante debilitado, com as costelas marcadas na pele, encheu o abdómen de água e caiu na lagoa para não mais se levantar. Era assim mais um revés para o criador, que somou no local a quinta perda, no espaço de uma semana.

Limoneni foi um dos muitos criadores da localidade que não conseguem levar o gado às zonas de transumância. Sabe que vencer a batalha contra a seca passa por muita atitude e paciência, sobretudo. Tinha perfeita consciência de que a abundância de água sem pasto causa outros problemas.

“Nesta altura em que os bois se encontram extremamente magros e fracos, deve ser-lhes seguidos os passos, para que, quando um cair, possa ser ajudado a pôr-se de pé. Principalmente quando bebe muita água, porque sem essa ajuda o animal fica aí deitado até morrer”, contou o criador tradicional, na língua Oshikwanyama.

Foi o que aconteceu com o bovino do texto. O animal ingeriu água até à exaustão e caiu estendido na lagoa. Ninguém apareceu no momento para dar a ajuda necessária e acabou por sucumbir.

“Quando seguimos bem os bois e evitamos que bebam muita água no estado em que se encontram podem sobreviver e chegar à época das chuvas em que o capim abunda”, explicou Portásio Limoneni.

O criador, que revela muita experiência na área, perdeu até agora 32 cabeças, número que corresponde a mais de metade da manada, por conta da seca, desde o início do ano corrente. Ao Jornal de Angola revela que em toda a localidade de Endudamo os currais estão praticamente vazios. Alguns proprietários ficaram com apenas seis bois ou menos ainda, tendo as perdas recaído, principalmente, sobre os animais usados para tracção.

O nosso interlocutor receia que as perdas se agravem nos próximos dias, devido à fase de transição da seca para a época chuvosa, etapa na qual muitos animais não se adaptam às novas condições de pasto, após longo período sem capim e com água em péssimas condições.

Na comuna de Ombala-yo-Mungo, município de Ombadja, situada a 70 quilómetros a Oeste da cidade de Ondjiva, o figurino é de total aridez, sem água nem pasto. A chuva que caiu nos últimos dias em algumas zonas da província, de forma ainda tímida, pouco ou nada ajudou.

Lavouras comprometidas

A presente campanha agrícola, em grande parte das zonas rurais da província do Cunene, pode estar comprometida por causa da debilidade física dos bovinos de tracção, em consequência da seca que assola a região.

Entre os camponeses paira um clima de incertezas, já que não vislumbram soluções para lavrar e lançar as sementes à terra, com o gado bastante magro e enfraquecido, que necessita, de pelo menos, dois meses para recuperar e ganhar forças para concretizar a tracção animal.

Entre os que trabalham a terra existe o receio generalizado de que a recuperação dos animais ocorra tardiamente, em relação ao período em que se deve lançar as sementes à terra, tendo em conta que, na região do Cunene, chove apenas até princípio de Março.

José Tileinge, camponês e criador de gado da localidade de Oipembe, a dez quilómetros de Ondjiva, sugere que o governo da província apoie os camponeses com tractores agrícolas nas lavouras. Sustenta a opinião no facto de o escasso número de animais disponíveis e o caótico estado de saúde poderem inviabilizar a produção agrícola este ano. “Infelizmente, temos a certeza de que nesta vasta zona ninguém vai lavrar neste ano agrícola. Uns porque perderam os bois, muitos têm o gado na transumância e outros ainda estão com os animais de tracção extremamente debilitados, ao ponto de nem servirem para abate”, lamentou.

Água do furo é imprópria

Quando os habitantes de Cuamato, a sede comunal de Ombala-yo-Mungo, testemunharam a inauguração, no mês passado, do furo bem equipado com torneiras, uma lavandaria e bebedouro para o gado, pensaram logo que o problema de água estava resolvido. Mas foi pura ilusão. O sofrimento vai continuar. Afinal, o líquido não serve para consumo humano, nem para lavagem de roupa ou para banhos. Apenas o gado tenta consumi-lo. Mas muitos animais acabam por desistir.

A água daquele furo, recuperado no quadro do programa de emergência contra os efeitos da seca, apresenta-se totalmente salobra, ao ponto de se confundir com água do mar, o que acaba por não ser uma mais-valia para os habitantes e para o gado. Segundo o administrador comunal de Ombala-yo-Mungo, Venâncio Miguel Dias, o furo produz bastante água, capaz de responder às necessidades da população e do gado da sede. Porém, devido à má qualidade não é recomendável para consumo humano. Por esse motivo, mantém-se a dependência do abastecimento por via de camiões cisternas, provenientes da cidade de Ondjiva ou da sede do município de Ombadja. Venâncio Dias referiu que, na comuna, foram recuperados cinco furos, embora boa parte com água salobra. “São esses furos que estão a abastecer de água a população, num quadro de emergência. O furo recuperado aqui na sede, tem muita água, mas bastante salobra. O da localidade de Omahama também é salobra, o da povoação de Onepolo idem. Mas alguns estão a perder aquela quantidade de sal e talvez, com o tempo, se torne consumível”, disse.

O responsável salientou que é característica do subsolo da comuna apresentar água salobra, o que requer sempre saber escolher os lugares certos.

“Tratando-se de um programa de emergência de recuperação de furos, muitas empresas envolvidas no processo não acautelaram os testes à qualidade da

água, antes de avançar com as obras. Simplesmente concluíram os trabalhos e entregaram ao Governo”. Sublinhou que grande parte da população da comuna, estimada em 59.331 habitantes, sobrevive de cacimbas feitas pelos próprios. “E é uma água partilhada entre pessoas, cabritos e bois”, disse o administrador.

Fome

Em Ombala-yo-Mungo, comuna visitada pelo Presidente João Lourenço, a fome aperta forte, como conta o administrador local.

“A nossa comuna vive a realidade daquilo que é seca e fome. A situação é muito dolorosa”, lamentou, acrescentando que a circunscrição recebeu até aqui, de ajudas, 55 toneladas, entre produtos alimentares e não alimentares, distribuídos prioritariamente a pessoas idosas, deficientes e doentes.

Na localidade de Oshaiwanda, a 20 quilómetros da sede, também visitada pelo Presidente da República, por ser um dos lugares com situação mais crítica, foram colocados três tanques com capacidade de dez mil litros de água cada. Esses reservatórios têm sido abastecidos periodicamente, por via de camiões cisterna.

8.2 A água que não corre

Jornal O PAIS

06 De Dezembro de 2019

Ilustre director do jornal O PAIS, saudações e votos de um óptimo dia

Sou morador do Rocha Pinto, distrito urbano da Maianga, em Luanda, há mais de duas décadas.

A falta de água corrente sempre foi um dos grandes problemas na zona onde está enterrado o meu cordão umbilical.

Num passado recente, apareceram os senhores da EPAL, creio, e alguns chineses.

Fizeram as escavações. estenderam os tubos em todas as casas. Ficamos alegres.

Mas, até hoje o precioso líquido não corre e nem a empurrão chega às nossas residências.

Continuamos a viver dos Kupapatas (motos) e dos camiões cisterna, isto dói-nos no bolso. Já não sabemos o que fazer, por favor, liguem só a água no Rocha Pinto.

Joaquim José Menha

8.3 Dívida de clientes à EASL ultrapassa três mil milhões de Kwanzas

Jornal O PAÍS

6 De Dezembro de 2019

Segundo apurou a Angop, 205 milhões de Kwanzas deste montante refere-se à dívida das empresas públicas e instituições, enquanto o restante é a dos clientes particulares.

Para recuperar a dívida, a EASL iniciou em Agosto deste ano um processo de recadastramento dos clientes em falta, no qual atribui um número às casas para constar na ficha individual dos consumidores registados no seu sistema informático.

"Neste momento, já está concluído o recadastramento de casas dos bairros da Restinga, Zona Comercial, bairro da Luz e o município da Catumbela", explicou director.

Como benefício desse processo, a empresa arrecadou em cobranças, no mês de Outubro deste ano, 164.873.896 Kwanzas, valor mais alto nos últimos tempos, se comparado com os Akz 115.668.812 do mesmo período de 2018, segundo Hermenegildo dos Santos.

Questionado sobre a facturação por estimativa, muito polémica em alguns círculos, o director esclareceu que esta cobrança é feita para os clientes que não levam a leitura do contador à empresa por falta deste equipamento.

Nestes casos, a empresa cobra um valor fixo, Independentemente do consumo, e este varia em cada zona. Há uns que são cobrados 10 metros cúbicos, outros 20 e assim por diante, mas com a mesma tarifa.

"A empresa perde muito com a cobrança por estimativa (sem especificar), por isso está a envidar esforços no sentido de adquirir contadores suficientes para aca- bar com esta prática", desabafou director.

Quanto ao número de consumidores registados, disse que a EASL controla 35 mil e 269 clientes activos e 11 mil bloqueados, referindo-se àqueles que não beneficiam de água corrente pelo facto de a empresa não ter capacidade de colocar o líquido nas suas casas, por isso não são cobrados.

Ainda sobre esta temática, deu a conhecer que existem três tipos de clientes. Há os domésticos, que na sua maioria encontram -se em zonas mais desfavorecidas, pagando 117 Kwanzas por metro

cúbico e outros que pagam entre 179 e 216 Kwanzas, respectivamente.

O comércio e serviços pagam 237 Akz, a indústria 249, as girafas (água avulsa) 213 e os fontenários com 105 Kwanzas por metro-cúbico.

O director deu a conhecer que "este tarifário, criado sob o decreto executivo 230/18 é especificamente aplicado para a província de Benguela",

Em relação à possibilidade de abastecimento de água a toda a cidade do Lobito, foi preceptivo em afirmar que o equipamento disponível não é compatível com o nível de crescimento da cidade, principalmente na parte alta.

"O último projecto de investimento foi implementado em 2012 e desde aí nunca mais houve nenhum outro de grande envergadura e, em contrapartida, o município cresceu substancialmente", lamentou.

Para minimizar esta situação, a empresa tem utilizado o chamado plano de gestão de água por manobra, que consiste no abastecimento por zonas durante seis horas, mas mesmo assim insuficiente em casas que estão numa elevação de cerca de 400 metros, segundo o gestor da EASL.

Afirmou que a empresa necessita de novos equipamentos para a produção e distribuição de água, o que passa pela aquisição de novas bombas, condutas, geradores para as Estações de Tratamento, entre outros.

Referindo-se aos constantes cortes, afirmou que a EASL pretende aproximar-se dos clientes na base do diálogo e só aqueles que não aparecem e não pagam dentro do prazo estabelecido é que são penalizados.

"O cliente tem a possibilidade de negociar com a empresa pagando 50 por cento da dívida e o resto amortizar até cerca de três meses". Explicou.

A Empresa de Água e Saneamento do Lobito, criada por decreto executivo conjunto número 405/13, cobre quatro municípios da província de Benguela, nomeadamente Lobito, Catumbela, Bocoio e Balombo.

8.4 Habitantes do Luena privados de água potável há uma semana

Jornal de Angola

6 De Dezembro, 2019

Samuel António e Daniel Benjamim

Os habitantes da cidade do Luena, na província do Moxico, estão privados de abastecimento de água potável há uma semana, devido ao desmoronamento constante de terras junto da central de captação e distribuição.

O problema tem sido repetitivo em todas as épocas chuvosas, mas desta vez o Jornal de Angola apurou que a situação se agravou, pois além da água tornar-se imprópria para consumo humano, o tanque de retenção apresenta debilidades, por não se ter cumprido os procedimentos técnicos durante as obras.

Entretanto, o governador provincial Gonçalves Muandumba deslocou-se ontem ao local, acompanhado de uma equipa técnica, para averiguar os danos causados pelo desabamento de terra.

Muandumba disse à imprensa que o Governo da província já previa a situação, “mas por falta de recursos financeiros, depois da temporada de chuva passada não se fez nenhum trabalho, para evitar que nesta altura os problemas voltassem a acontecer”.

Gonçalves Muandumba lamentou por “desta vez as consequências serem gravíssimas”, pois afectou também a conduta que transporta a água para o sistema de tratamento e distribuição.

Segundo o governante, no ano passado uma delegação chefiada pelo secretário de Estado das Águas, Lucrécio Costa, esteve no Luena e concluiu que a solução para o problema seria o assoreamento do sistema de captação do rio Lumeje. “Estamos aqui com engenheiros e empresas de construção civil para, em conjunto, encontrarmos uma solução para o restabelecimento do fornecimento de água ao Luena”.

Por seu lado, o administrador para área técnica da Empresa Pública de Águas e Saneamento (EPAL), Eurico Jorge, garantiu que será removida a areia que está junto das tubagens, “para a rápida normalização da situação”.

8.5 Detidos autores de roubo de materiais do projecto

Jornal de Angola

12 De Dezembro, 2019

Texto: João Mavinga

Dois marginais que vandalizavam e furtaram materiais de canalização do projecto “Água para Todos”, nos bairros periféricos da cidade de Mbanza Kongo, província do Zaire, foram detidos, ontem, por efectivos do Serviço de Investigação Criminal.

Um trabalho de investigação da Polícia Nacional, ainda em curso nas zonas rurais e suburbanas dos municípios do Zaire, culminou, há dias, com a detenção, em flagrante delito, de um funcionário da Empresa de Águas e Saneamento do Zaire, que exercia a função de fiel de armazém.

O indivíduo foi apanhado em flagrante delito por efectivos do SIC, à noite, quando subtraía do armazém, à sua guarda, numerosas peças de canalização, entre contadores, uniões e tubos do projecto “Água para todos”.

Um outro cidadão, vendedor ambulante, que adquiria as peças roubadas, foi igualmente surpreendido e detido pelo SIC a comercializar os materiais no mercado paralelo, em Mbanza Kongo. “Os meliantes, considerados altamente perigosos, furtavam e vandalizavam os materiais de canalização durante a noite, altura em que os moradores se encontravam a dormir”, disse fonte da Polícia Nacional.

O programa prevê instalar em Mbanza Kongo 15 mil ligações domiciliárias, das quais cinco mil são torneiras com respectivos contadores, já instalados, que os meliantes sabotaram, para atrasar e dificultar a inauguração do projecto de água na região.

“O material está a ser recolhido junto dos vendedores de peças e sobressalentes de canalização de água”, informou Carlos Fidel, porta-voz do Ministério do Interior no Zaire, que deu a conhecer a instauração de processos-crime contra os dois indivíduos.

A Polícia Nacional no Zaire entregou, ontem, às unidades sanitárias da cidade, seis toneladas de medicamentos diversos apreendidas na fronteira do Luvo, camufladas por baixo de outras mercadorias provenientes da República Democrática do Congo.

8.6 EPAL investe USD 983 milhões em 2018

Jornal Economia e Finanças

13 Dezembro 2019

Texto: Xavier António

O volume de investimentos da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) atingiu cerca de usd 983,6 milhões em 2018 e contemplou a construção e reabilitação de estações de tratamento de água, requalificação e ampliação de centros de distribuição, bem como a construção de estações de tratamento de água de processo, inseridos no Programa de Investimentos Públicos (PIP).

Os dados constam das demonstrações financeiras e auditoria da Epal no âmbito da apresentação de contas das empresas do Sector Empresarial Público (SEP), publicados pelo Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE) e compilados pelo JE.

O documento indica que a falta de pagamentos das facturas dos projectos continua a condicionar o curso normal das obras, causando o abrandamento na execução física dos projectos e a paralisação de obras, do projecto de construção do centro de formação e treinamento de águas, laboratório central, e o centro de distribuição de água de Viana que apenas registou pagamentos de algumas facturas em Dezembro de 2018.

Neste período, o volume de águas facturado alcançou 92,60 milhões de metros cúbicos, tendo registado um decréscimo de 3,39 por cento em relação ao ano de 2017.

A empresa justifica a baixa devido ao tempo de funcionamento das girafas, atribuição de tarifas sociais aos clientes domésticos com baixa renda, requalificação de clientes mal classificados (indústrias).

Facturação

Segundo o relatório os valores de água facturados alcançaram em 2018 kz 24,09 mil milhões, registando um crescimento na ordem dos 25 por cento em relação a 2017.

“Este aumento deveu-se em função da actualização da tarifa de água resultante do Decreto Executivo conjunto n°230/18 de 12 de Junho, associado ao aumento de números de clientes e pelo rigor na leitura de contadores dos grandes consumidores”, revela.

O relatório explica que os empréstimos bancários da empresa apresentam um aumento face aos valores de 2017, de kz 144 milhões para kz 653 milhões em 2018, representando um esforço financeiro despendido pela Epal, uma vez que foi retirada a dependência da subvenção do Estado para a liquidação das obrigações operacionais.

O documento diz ainda que o número de clientes registou um crescimento na ordem dos 4,55 por cento comparativamente a 2017, tendo alcançado 486.433 clientes devido às acções de cadastro e recadastramento de clientes.

“Os valores de águas cobrados alcançaram no ano passado cerca de kz 7,51 mil milhões, um crescimento na ordem dos 13,98 por cento em relação a 2017”, refere o documento.

Dados da demonstração financeira da empresa apontam que os actos de vandalismo nas condutas e redes de distribuição da Epal resultaram num prejuízo de 92,61 metros cúbicos de água, tendo registado um acréscimo de 49,65 por cento em relação a 2017. Em 2018 a Epal contava com 1.720 trabalhadores, tendo assinalado uma redução de 0,92 por cento.

8.7 Pagamento das facturas da água está em alta

Jornal de Angola

21 De Dezembro, 2019

Os clientes da Empresa de Águas e Saneamento de Benguela (EASB) pagaram 1.222 milhões de kwanzas de Janeiro a Outubro do ano em curso, mais 382 milhões que no mesmo período de 2018, informou o seu presidente do Conselho de Administração da companhia, Jaime Alberto.

Em declarações à imprensa citada pela Angop, o responsável disse que a média de facturação antes da implementação do novo tarifário (resultante do Decreto Executivo conjunto entre os sectores das Finanças e Energia e Águas) era de 115.184.000 por mês, contra os actuais 217.771.212.

Jaime Alberto explicou que existe uma diferença entre o valor facturado e o valor real arrecadado, uma vez que nem sempre os clientes pagam atempadamente o consumo.

Segundo o presidente do Conselho de Administração da EASB, a folha de salários absorve 110 milhões de kwanzas por mês, ao que se deve

adicionar outros 49,55 milhões por mês para aquisição de produtos químicos.

Para o responsável, com quase três milhões de habitantes, Benguela está no limite da capacidade de produção, tratamento e distribuição de água, detendo um limite de apenas 1,5 metros cúbicos de água por segundo, havendo, por isso, necessidade de se fazerem novos investimentos.

8.8 Zona Alta do Lobito passa Natal sem água

Jornal O PAÍS

27 De Dezembro de 2019

Texto: Constantino Eduardo

Na falta do fornecimento do líquido por parte de quem tem responsabilidade de o efeito, os moradores vêm-se obrigados a recorrer a privados que, aproveitando-se da situação, estarão a praticar preços especulativos. Agastados, os moradores pedem que a direcção da empresa resolva quanto antes o problema, mas a empresa até ao momento em que expelimos esta peça - não se tinha pronunciado sobre o assunto.

Da direcção da Empresa de Águas e Saneamento Básico do Lobito, os moradores esperam, além da reposição da normalidade, que prestasse informação à volta das razões de mais esta "seca".

"As empresas têm de ter a cultura de informar os clientes sobre o que se passa", reclama dona Maria Teresa, moradora do Bairro Novo, insatisfeita com a especulação que determinados cidadãos - a quem chama de aproveitadores - estarão a promover face ao cenário.

De acordo com a dona Maria Teresa, o Natal-Dia da Família, para alguns, e do nascimento de Jesus, para outros - foi transformado em dia de correria à procura do precioso líquido, porquanto muita gente viu-se obrigada a andar com bacias e bidons à cabeça da zona alta à baixa em busca de água.

À RNA Lobito, muitos cidadãos que se deixaram de que determinados cidadãos estariam a praticar preços exorbitantes. "A banheira está a 60 ou 70 kz. Uns estão a sair lá de cima pé para acarretar água, acordámos às 5 horas para procurar", disse uma senhora. Esta estação emissora tentou ouvir, sem sucesso, a direcção encabeçada pelo engenheiro Henriques Calengue. O mesmo sucedeu ao OPAÍS.

Segundo apurou este jornal, as empresas de águas e saneamento de Benguela e Lobito confrontam-se,

actualmente, com problemas financeiros decorrentes da retirada dos subsídios ao preço que vinham sendo atribuídos pelo Ministério das Finanças, obrigando-as a contar apenas com a facturação mensal junto de clientes para suportar os custos operacionais.

A do Lobito, disse uma fonte da empresa, sem os grandes contribuintes' está com uma facturação mensal de mais de 80 milhões de kwanzas, ao passo que a sua congénere de Benguela tem uma facturação bruta mensal de Mais de 100 milhões.

A privação do fornecimento de água surge numa altura em que a direcção das Águas em Benguela adverte para a necessidade de o Executivo efectuar investimentos na ETA - Luhongo, sob pena de se registar uma crise de água sem precedentes em Benguela, tal como noticiara OPAÍS.

Saliente que a ETA- Luhongo é um pulmão para os municípios do litoral (Benguela, Lobito, Baía- Farta e Catumbela) no que ao fornecimento diz respeito.

A directora do Gabinete dos Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Jandira Ribeiro, afirmou que o problema se deveu a questões de natureza-técnica decorrentes da avaria registada no gerador, revelando que há 7 anos que o sector das Águas não beneficia de investimentos de grande vulto.

De acordo com a responsável, a zona alta do Lobito necessita de 5 metros cúbicos para satisfazer as necessidades.

8.9 Água potável chega à aldeia de Mabaia

Jornal de Angola

27 De Dezembro de 2019

Autor: Pereira Dinis

As aldeias de Mabaia e 107, na comuna de Cassoneca, município de Icolo e Bengo, província de Luanda, vão dispor, a partir do primeiro trimestre do próximo ano, de uma estação de captação e tratamento de água potável.

A informação foi avançada ontem, por telefone, ao Jornal de Angola pelo administrador do município de Icolo e Bengo, depois da inauguração pelo governador da província de Luanda, Sérgio Luther Rescova, de uma estação de captação e tratamento de água para os habitantes das aldeias de Massesso e Cassesso, também povoações da comuna de Cassoneca.

O administrador Miguel Silva de Almeida esclareceu que o projecto de natureza hídrica visa acudir a

população residente junto às lagoas e rios, para que deixe de consumir água imprópria.

“É um projecto que está enquadrado nos programas Integrado de Intervenção Municipal e de Combate à Pobreza”, informou o administrador, acentuando que tudo está a ser feito pela Administração Municipal de Icolo e Bengo para levar o abastecimento de água potável a todas as áreas residenciais do município.

O sistema de captação e tratamento de água inaugurado ontem pelo governador da província de Luanda tem capacidade para fornecer 61 mil litros de água por dia às povoações de Massesso e Cassesso e vai beneficiar mais de três mil habitantes.

A estação capta do rio Kwanza a água que, depois de tratada, é distribuída a cinco chafarizes, em cujos equipamentos sociais a população das duas povoações se abastece.

A gestão do fornecimento de água potável vai ser, durante três meses, da responsabilidade da Administração Municipal do Icolo e Bengo, tarefa que vai ser transferida depois para a Empresa Pública de Águas (EPAL) porque dispõe de condições técnicas para a sustentabilidade do sistema.

Antes de deslocar-se à comuna de Cassoneca, o governador da província de Luanda inaugurou o novo imóvel onde vai funcionar a Administração do Distrito Urbano da Bela Vista, situado na urbanização KM-44.

No KM-44, o governador da província de Luanda entregou à administração meios para a recolha de lixo ao domicílio e também uma viatura e uma motorizada para a esquadra local da Polícia Nacional.

Na povoação de Massesso, o governador da província de Luanda constatou o grau de execução da construção de uma escola de seis salas que pode entrar em funcionamento no próximo ano lectivo.

8.10 Sector das águas regista um aumento na produção de 17,42%

Jornal Economia & Finanças
27 De Dezembro de 2019

No sector das Águas houve um aumento de 17,42 por cento na produção, que passou de 157,73 milhões de metros cúbicos em 2017 para 185,22 milhões em 2018.

Na distribuição verificou-se um aumento de 54,66 por cento, passando-se de 107,83 milhões de metros

cúbicos de água em 2017 para 166,77 milhões em 2018.

Encontra-se já concluída a construção dos sistemas de abastecimento de água das vilas do Calueque, Golungo Alto, Gonguembo, Cahama, Rivungo, Cuemba, Cunhinga, Nharea, Jamba e Bibala.

Em Outubro, foi anunciado que a partir do II semestre do próximo ano, arrancam as obras para a construção de novos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável nas sedes das províncias de Luanda, Benguela, Malanje, Moxico, Cuanza Norte, Uíge e Huíla, num investimento de 500 milhões de euros.

A construção das infra-estruturas conta com o financiamento da Espanha, Japão, Alemanha e Índia e visa dar resposta às necessidades de melhoria da qualidade e quantidade de água destinada a mais de sete milhões e 500 mil de consumidores, bem como atingir uma cobertura de 65 por cento para 80.

Segundo dados do sector, o Governo já dispõe de 50 por cento do financiamento, aguardando que até Dezembro o valor total do financiamento esteja disponível.

Actualmente, decorrem obras de construção de novos sistemas de abastecimento de água nas cidades capitais de Cabinda, Zaire, Huambo, Bié e Lunda Norte.

Até 2016, foram construídos 350 quilómetros da rede de distribuição de água potável, no âmbito da segunda fase do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA).

Combate à seca

Com base neste programa de emergência de combate à seca no Sul do país, foram reabilitados nesta província 114 dos 171 pontos de água previstos. Foram construídos 54 novos pontos de água na província da Huíla e, no Namibe, foram construídos 43 novos pontos de água nos últimos quatro meses. Desde 2014 que o Executivo não construía nem reabilitava os pequenos sistemas de captação de água na província do Cunene.

Em Novembro, iniciou a construção do sistema de transferência de água do rio Cunene, a partir da localidade de Cafu, até Shana, nas áreas de Cuamato e Namacunde.

O projecto consta de um financiamento avaliado em 200 milhões de dólares norte-americanos, aprovado pelo Presidente da República, João Lourenço, em Abril deste ano, que incluiu ainda a construção das barragens de Caculve e Ndúe.

A execução dos projectos tem a duração de 18 meses e vai criar 330 novos postos de trabalho, permitindo também, a irrigação de cinco mil hectares de campos agrícolas.

8.11 Habitantes da Lomba (Ganda) já consomem água potável

Jornal O PAIS

27 De Outubro de 2019

Texto: ANGOP

Com capacidade de produzir sete metros cúbicos da água por hora, o sistema comporta um tanque reservatório erguido de betão armado, furo de captação, chafariz com quatro pontos e acoplado aos painéis solares.

Enquadrado no Programa Água para Todos, a construção do sistema custou 15 milhões de Kwanzas. O responsável dos serviços de Água e Saneamento da Ganda, Aurélio Adelino Dungula, assegurou que o sistema vai trabalhar oito horas por dia para abastecer a população dos dois bairros.

Sistema idêntico será inaugurado, nos próximos dias, na aldeia de Katapi, na comuna da Ebanga, no âmbito do programa do Governo que visa a melhoria da qualidade da água para as populações.

A soba do bairro da Lomba II, Ana Ngueve Baptista, regozijou-se pela acção que vai minimizar a carência de água que se fazia sentir na comunidade.

A líder comunitária avança que, pela extensão do bairro, urge a necessidade de se criar, pelo menos, mais dois sistemas de abastecimento.

Os habitantes do bairro da Lomba estavam há mais de cinco anos sem beneficiar de água potável.

Em finais de 2014 tinha sido inaugurado um chafariz que dias depois deixou de funcionar devido à obstrução da linha de conduta do sistema de transporte.

8.12 Chuva destroi conduta de água na sede municipal do Ganda

Jornal de Angola

28 De Dezembro de 2019

Os habitantes da sede municipal da Ganda, província de Benguela, estão desde quinta-feira privados do abastecimento da água potável devido a destruição de uma conduta de água instalada sobre rio do Indongo, causada pela chuva.

O director do Serviço de Águas e Saneamento na Ganda, Adelino Dungula, informou ontem à Angop que a conduta do sistema de captação, tratamento e distribuição à cidade da Ganda desabou devido a forte chuva que se regista actualmente na região. O rio transbordou e as correntes de água carregaram troncos e outros objectos que causaram a danificação total da linha de conduta.

Actualmente está já uma equipa técnica a trabalhar no local, estando previsto para hoje a instalação das barras de sustentação e a colocação da conduta de água PVC – 200 sobre o rio, para no prazo de 72 horas repor-se o abastecimento de água às populações da sede municipal.

Revelou que, devido à chuva a passadeira alternativa da ponte sobre o rio Indongo deslocou-se com o embate sofrido de vários objectos, correndo o risco de desabar caso continue a chover intensamente.

A sede municipal da Ganda tem uma população estimada em 150 mil habitantes, das quais mais de 10 mil beneficiam de água canalizada.

Habitantes da Lomba já consomem água potável

Três mil e 120 habitantes dos bairros da Lomba- II e Dongoroca, no município da Ganda, beneficiam do abastecimento de água potável, fruto da inauguração de um sistema de produção, tratamento e distribuição.

Com capacidade de produção de sete metros cúbicos da água/hora, o sistema comporta um tanque reservatório erguido de betão armado, furo de captação, chafariz com quatro pontos e acoplado aos painéis solares.

Enquadrado no Programa Águas para Todos, a construção do sistema custou 15 milhões de kwanzas. O responsável dos serviços da Águas e Saneamento da Ganda, Aurélio Adelino Dungula, assegurou que o sistema vai trabalhar oito horas por dia para abastecer a população dos dois bairros.

Sistema idêntico será inaugurado, nos próximos dias, na aldeia de Katapi, na comuna da Ebanga, no âmbito do programa do governo que visa a melhoria da qualidade da água para as populações.

8.13 Chuvas deixam habitantes da vilada Ganda sem água

Jornal de Angola
30 De Dezembro de 2019

âmbito do programa que visa a melhoria da qualidade da água para as populações.

Os habitantes da sede municipal da Ganda, província de Benguela, estão desde quinta-feira, privados do abastecimento de água potável, devido à destruição de uma conduta de água instalada no rio Indongo, causada pela chuva.

O director do Serviço de Águas e Saneamento na Ganda, Adelino Dungula, informou hoje à Angop que a conduta do sistema de captação, tratamento e distribuição à cidade da Ganda desabou devido às fortes chuvas que se registam actualmente na região. O rio transbordou e as correntes de água carregaram troncos e outros objectos que causaram a danificação total da linha de conduta. Uma equipa técnica já está a trabalhar no local, estando prevista para hoje a instalação das barras de sustentação e a colocação da conduta de água PVC – 200 sobre o rio, para no prazo de 72 horas repor-se o abastecimento de água às populações da sede municipal.

O responsável revelou que, devido às chuvas a passadeira alternativa da ponte sobre o rio Indongo deslocou-se, por causa do embate sofrido pelos objectos, correndo o risco de desabar caso continue a chover intensamente. A sede municipal da Ganda tem uma população estimada em 150 mil habitantes, das quais mais de 10 mil beneficiam de água canalizada.

Habitantes da Lomba já consomem água potável

Três mil e 120 habitantes dos bairros da Lomba- II e Dongoroca, no município da Ganda, beneficiam do abastecimento de água potável, fruto da inauguração de um sistema de produção, tratamento e distribuição.

Com capacidade de produção de sete metros cúbicos de água por hora, o sistema comporta um tanque reservatório erguido de betão armado, furo de captação e um chafariz com quatro pontos acoplado aos painéis solares.

Enquadrado no Programa Águas para Todos, a construção do sistema custou 15 milhões de kwanzas. O responsável dos serviços da Águas e Saneamento da Ganda, Aurélio Dungula, assegurou que o sistema vai trabalhar oito horas por dia para abastecer a população dos dois bairros.

Sistema idêntico será inaugurado, nos próximos dias, na aldeia de Katapi, na comuna da Ebanga, no

9. GÊNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Ocorrências de violência doméstica têm tendência a crescer no Huambo

Jornal de Angola

01 De Dezembro de 2019

Autor: Tatiana Marta

O número de homens agredidos pelas companheiras duplicou nos últimos onze meses na província do Huambo, tendo-se registado mais de 100 casos, informou, ao *Jornal de Angola*, o técnico de departamento provincial para a Política Familiar do Ministério da Acção Social, Família e Igualdade de Género.

Segundo Armindo Sawanda, o aumento do número de casos registados de violência contra homens deve-se à mudança de mentalidade e comportamento das pessoas na denúncia dos actos de violência, sendo agora mais frequente os casos graves serem encaminhados ao Serviço de Investigação Criminal.

Sublinhou que o número de homens que está a denunciar a violência tem vindo a aumentar consideravelmente.

Armindo Sawanda explicou que o ciúme, falta de confiança, desentendimento no lar e falta de assistência às crianças, após o divórcio, têm sido os motivos mais indicados para as atitudes agressivas. Durante o período em referência foram igualmente registadas 28 ofensas morais contra mulheres e 26 contra homens, oito casos de esfaqueamento de mulheres, sete queimaduras contra mulheres e quatro contra homens, bem como 13 desalojamentos de mulheres e seis casos de venda de casas, prejudicando mulheres.

Nos últimos onze meses foram também registados 12 casos de privações de bens contra mulheres e quatro contra homens, 34 de fuga à paternidade, 370 de fuga à maternidade, 128 abandonos de lar em prejuízo às senhoras e 22 a homens.

Dos casos registados este ano, disse, destacam-se o abandono familiar e os mais frequentes são o incumprimento de mesada, fuga à paternidade, violência sexual, patrimonial e física.

O responsável referiu ainda que a instituição trabalha com as famílias, promovendo encontros de sensibilização, palestras e campanhas para a mudança

de comportamento, e aconselha a denúncia dos casos de violência doméstica, uma vez que já existe uma lei para o efeito. “No passado era mais difícil, porque os homens não denunciavam, mas hoje as pessoas são mais abertas e denunciam logo que sejam violentadas”, disse.

O chefe de departamento apela às vítimas a não se calarem, porque a violência, ultimamente, não escolhe idade, género nem status social e pode causar a morte.

Armindo Sawanda referiu que a divulgação da Lei Contra a Violência Doméstica tem permitido despertar a consciência da sociedade, contribuindo para a mudança de atitude por parte de muitas famílias na província do Huambo.

Centro para tratar cancro

A província do Huambo pode contar em breve com um centro especializado de prevenção e tratamento do cancro da próstata, estando já em curso a formação de técnicos que vão assegurar os serviços.

A garantia foi dada ao *Jornal de Angola* pela coordenadora do programa de combate ao cancro da próstata, Lourdes Mayeco, acrescentando que a região não dispõe ainda de um centro oncológico, pelo que os casos registados são encaminhados para unidades de outras províncias, com particular incidência para a capital do país.

O número de casos de cancro, disse, está a preocupar as autoridades da província do Huambo, pelo que, apançou, esforços estão a ser envidados para a abertura, o mais breve possível, do núcleo de oncologia, para reforçar as actividades de prevenção e de organização dos serviços de quimioterapia.

Lourdes Mayeco reiterou o apelo à população no sentido de fazer consultas de rotina, para o diagnóstico precoce da doença, com o propósito de se evitar o seu alastramento e danos irreversíveis. O sector da Saúde, assegurou, tem promovido campanhas de rastreio de cancro da mama e da próstata, razão pela qual apelou as mulheres a fazerem o auto-exame e a procurarem, com regularidade, os serviços de Saúde.

9.2 Segurança e investimentos marcam agenda com Brasil

Jornal de Angola

13 De Dezembro de 2019

Autor: João Dias e César André

Os domínios da segurança e do investimento privado devem marcar, nos próximos tempos, a nova agenda das relações bilaterais entre Angola e o Brasil, que pretendem dar um novo “fôlego” à cooperação, com a assinatura de vários acordos.

“Falamos da necessária e excelente cooperação no sector da segurança, combate à criminalidade e combate ao narcotráfico. Acabamos de assinar um acordo nessa área e estamos muito animados e desejosos de implementar esse acordo”, disse o ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, à saída da audiência que lhe foi concedida pelo Presidente João Lourenço.

O chefe da diplomacia brasileira, que está em Luanda desde quarta-feira, entregou uma carta convite do Presidente Jair Bolsonaro ao Chefe de Estado angolano para uma visita de Estado ao Brasil, em breve.

O acerto das agendas, de parte a parte, vai definir a data para a visita, cujo objectivo é relançar as relações bilaterais.

Em declarações à imprensa, no Palácio Presidencial, Ernesto Araújo considerou a visita, a ser feita por João Lourenço ao Brasil, um momento de consolidação de uma nova relação entre os dois países. “Temos uma relação bilateral antiga, mas estamos num momento em que ela precisa ser reinventada, reestruturada e passar para um patamar mais elevado, a partir da prioridade dos dois países”, disse.

Durante o encontro, o Chefe de Estado angolano e o ministro das Relações Exteriores do Brasil falaram da necessidade de participação recíproca no processo de desenvolvimento dos dois países.

O ministro brasileiro lembrou que o Brasil deseja participar mais no desenvolvimento de Angola, principalmente, por via do investimento privado, que deve abrir novas frentes nos mais diversos sectores. Ernesto Araújo disse ter abordado com João Lourenço questões relacionadas com a situação dos respectivos blocos regionais e da necessidade de se assumir uma coordenação em organismos multilaterais no que respeita ao ambiente e direitos humanos.

Na parte ambiental, disse, o Brasil tem sofrido várias críticas, havendo, inclusive, uma percepção de que muitos países são afectados por este tipo de injustiça. Quanto à relação com Angola, Ernesto Araújo lembrou que a visita a Luanda representa, não só o reafirmar da cooperação, mas trazer, também, uma visão nova nas relações com África, especialmente com Angola.

O que se pretende, sublinhou, é elevar a cooperação para um nível mais produtivo, assente numa estrutura de comércio com vantagens recíprocas. “Conversei muito sobre questões ligadas ao reforço da cooperação Brasil e África no périplo que estou a fazer em países como Cabo Verde, Senegal, Nigéria e, agora, Angola, que é um parceiro fundamental, neste nosso esforço”, disse o ministro brasileiro.

O ministro considerou que o continente africano continua a ser uma prioridade absoluta nas relações com o Brasil, contrariando afirmações segundo as quais Brasília estaria apenas com os olhos voltados para os Estados Unidos da América e menos com África, Europa e até América do Sul.

Assinado acordo no domínio da Ordem Interna

Um acordo de cooperação em matéria de Segurança e Ordem Interna entre Angola e o Brasil foi rubricado ontem, em Luanda, pelos ministros do Interior, Eugénio Laborinho, e das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo.

O acto, que decorreu no edifício do Ministério das Relações Exteriores, foi testemunhado pelo ministro Manuel Augusto, que considerou as relações entre os dois Estados como “indissolúveis”, obrigando-os a trabalhar sempre no sentido do seu reforço.

O ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil enalteceu a amizade tradicional existente entre os dois Estados. Informou que o documento assinado formaliza o protocolo de formação de quadros para o combate à criminalidade e a intensificação das relações conjuntas em matérias de defesa.

O memorando, disse, visa ainda a troca de informações sobre a criminalidade transnacional, além de transmitir a experiência brasileira no combate ao crime urbano que, acrescentou, no Brasil, reduziu, no último ano, para 20 por cento.

Angola e Brasil estabeleceram relações diplomáticas a 12 de Novembro de 1975. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a Independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975.

Cinco anos depois, em 1980, os dois países assinaram o Acordo Geral de Cooperação Económica, Técnico-Científica e Cultural, instrumento que constitui a base fundamental para o desenvolvimento da cooperação bilateral. Em 2010, assinaram o acordo de parceria estratégica.

9.3 Casos de violência doméstica aumentam na cidade do Huambo

Jornal de Angola

15 De Dezembro, 2019

Texto: Tatiana Marta

Um total de 1.307 casos de violência doméstica foi registado, de Janeiro até ao início deste mês de Dezembro, na província do Huambo, revelou a directora do Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade de Género, Maria Cawewe.

A responsável, que falava durante um encontro que debateu a violência doméstica a nível da província, disse que as principais causas do aumento de casos são a pobreza, desemprego, consumo exagerado de bebidas alcoólicas, analfabetismo e uma gritante falta de educação por parte dos agressores.

Maria Cawewe frisou que a fuga à paternidade, abandono do lar, desalojamento, privação de bens e liberdade, espancamentos, ameaças de morte, ofensas morais, adultério, chantagem emocional e outros actos violentos são os casos mais frequentes nos relacionamentos entre casais.

Em face deste quadro preocupante, Maria Cawewe disse que a instituição que dirige tem realizado campanhas de sensibilização em unidades militares, policiais, igrejas e bairros periféricos da cidade do Huambo, com a finalidade de sensibilizar a população sobre as consequências da violência doméstica.

A directora da Acção Social informou que foram realizadas, nos últimos dias, 190 palestras sobre gravidez, casamento precoce e o papel dos pais na transmissão de valores, para ajudar a diminuir os casos de violência.

9.4 Mulheres talhadas para sobreviverem em condições adversas

Novo Jornal

20 De Dezembro de 2019

Texto: Suzana Mendes

Encontramos Augusta Cuiela de baixo de uma árvore com outras senhoras, na Chimbemba, no município dos Gambos. Com o olhar preso no chão e em silêncio, ela só desviou o olhar quando abordada pela nossa equipa de reportagem. vencida a timidez inicial, após alguns instantes de conversa, ela explicou que tem dois filhos mas que o companheiro a abandonou desde que partiu, foi para Luanda, com a promessa de ir em busca de melhores condições de vida. "Nunca mais nos contactou e não está a sustentar a família", lamentou.

A falta de chuva tornou mais difícil a prática da agricultura e Augusta ficou sem possibilidade de plantar na sua lavra. A esperança seriam as empresas que exploram rochas ornamentais na zona, mas poucos moradores do bairro conseguiram emprego nos estaleiros, pelo que se limitam a assistir à passagem dos camiões carregados com os recursos naturais retirados da terra natal. Como resultado, a situação das famílias locais é cada vez mais dramática e a fome uma constante.

O único cultivo que a população local consegue fazer no momento é de tomate que nas hortas locais, às vezes, vingam, resistindo à aridez dos solos. Quando consegue colher alguma coisa, Augusta vai a uma pequena praça local para vender e com o que consegue compra algo para comer. Os dias mais difíceis são penosos.

"Quando não temos comida dormimos à fome mesmo, as crianças choram toda a noite e eu só lhes dou água, maboques e figos", relatou a senhora que acrescentou que os frutos silvestres não saciam, servem apenas para, como dizem localmente, "enganar a fome".

A situação da família de Augusta é de tal forma difícil, a ponto de ela e os seus filhos já chegarem a passar três dias apenas a beber água e a comer figos. O dramático relato foi confirmado pelas vizinhas que estavam com ela que fizeram questão de explicar que muitos moradores da zona têm histórias semelhantes para contar.

Quem também lamenta as dificuldades que a população local enfrenta é Elma Mutombua, 22 anos, moradora no bairro Rio de Areia, no município dos Gambos. Diariamente ela deixa a casa dos seus familiares em direcção à escola onde frequenta a 9ª classe. Muitas vezes o percurso é feito sem ter feito uma refeição, pois a comida é escassa em função da seca que assola a região. A jovem, que tem dois filhos e foi abandonada pelo companheiro, tem: nos estudos a esperança de um dia poder "ter uma vida melhor".

Elma vive numa casa com mais 30 familiares que diariamente lutam pela sobrevivência. Nos anos anteriores, dedicavam-se ao cultivo mas com o agravamento da seca deixaram de poder praticar a agricultura e nesta altura nem sequer têm sementes para plantar. "No nosso bairro há muita fome, muitas pessoas estão a morrer e os bois também não aguentam", lamentou.

Quanto à distribuição de ajuda alimentar no bairro Rio de Areia, ela referiu que o Governo está a enviar ajuda mas as pessoas encarregadas de distribuir às populações priorizam "os familiares e amigos". "Por exemplo, não deram nada na nossa casa e nós estamos a sofrer", acrescentou.

Apesar das dificuldades, Elma garantiu que vai continuar a estudar e já está preocupada com o futuro, pois na zona pode apenas estudar até à 9ª classe e para continuar vai ter de deslocar-se a outros municípios. "Não vou desistir, sei que tenho que continuar", frisou, com convicção.

Mulheres levantam-se pelos seus direitos

Mais adiante está a igreja principal da Missão de Nossa Senhora dos Gambos, onde há anos a população local trava uma "batalha" para que a água da nascente não seja desviada para outras zonas, deixando os moradores locais sem esse importante recurso que numa zona de seca pode fazer a diferença. A 300 metros do local estão localizadas as paredes da antiga igreja, um edifício da época colonial com mais de 120 anos de existência.

No quadro desta luta travada por uma população sem muitos recursos, vozes de mulheres se fazem ouvir. No local encontramos Maria de Fátima, a

coordenadora local da PROMAICA que, numa reunião de moradores, fez questão de esclarecer a reivindicação do povo: "Estamos a defender os nossos direitos contra os que querem desviar a água da fonte, visto que há muita população aqui que depende da água dessa nascente. Temos muitos projectos sociais por concretizar, nomeadamente construir escolas, hospitais e temos também necessidade de dar de beber ao gado", realçou.

Maria de Fátima, que estava sentada na primeira fila, fez várias intervenções ao longo da reunião, com um tom de voz forte defendeu claramente o ponto de vista da maioria, como resultado disso as suas ideias eram apoiadas por outros moradores.

Importa realçar que, durante a nossa estadia na Huíla, numa visita à zona da Tundavala tivemos a possibilidade de observar uma nascente de água que, segundo a população local, antes inundava a área, mas que hoje pouca água tem a oferecer, isso após o precioso líquido ter sido desviado para fazendas nas proximidades, o que vai de encontro ao anseio da população que reside na Missão Católica dos Gambos.

Para além da preocupação com a fonte de água, Maria de Fátima lamenta também a realidade das mulheres no contexto local. "Aqui sofremos porque as mulheres não têm visão, é preciso que elas possam ir à escola para aprenderem, também precisam ouvir o que se passa no mundo", lamentou, realçando que ela só consegue ter voz porque teve a oportunidade de estudar.

A discriminação de que são vítimas as mulheres a preocupa muito. Segundo a responsável da PROMAICA, as mulheres em muitos casos são maltratadas pelos maridos, explicando que elas têm que cultivar ou trabalhar para os fazendeiros locais mas, quando conseguem algo, os companheiros alegam que são os verdadeiros donos de tudo porque, segundo eles, são os chefes de família. "A tradição é assim!", lamentou, inconformada, enquanto fazia movimentos com os ombros.

Questionada sobre a existência de escolas no espaço da Missão, Fátima apontou para uma frondosa árvore perto do local onde conversávamos explicando que é debaixo daquela árvore onde os alunos assistem às aulas "sentados em pedras, devido à falta de carteiras".

Outra grande preocupação é a falta de um hospital no bairro da Missão. As mulheres grávidas, segundo a nossa interlocutora, são assistidas por parteiras locais mas, quando os casos se complicam, ficam dependentes da boa vontade de um condutor que

aceitar levar a parturiente ao hospital mais próximo. Antes, o pároco-apoiava com o carro da Missão, mas que agora está avariado. Perguntámos-lhe: "O que fazem nos casos em que não conseguem ajuda?" Fátima olha por alguns segundos para a jornalista e responde com a voz embargada: "fica mesmo assim, às vezes as mulheres acabam por morrer". O que se segue é um longo período de silêncio em que ela olha para o chão com os olhos marejados de lágrimas.

Cecília Cassapi, da Associação Construindo Comunidades (ACe) e conhecida líder comunitária, lamentou também a situação que a população local enfrenta, tendo explicado que a associação que representa tem feito advocacia pelo direito à terra, por melhores condições nas zonas de exploração mineira e trabalham também em temas como a seca e fome e em relação à gestão dos recursos naturais, como a água.

Quanto à situação das mulheres, Cecília frisou que vivem num contexto "extremamente difícil" em que não têm voz e são excluídas do sistema de ensino. Quanto à saúde; a activista social lamentou que não exista um centro médico para atender aos moradores do Chiepepe.

10. AMBIENTE

10.1 Perto de 19 mil árvores plantadas em todo o país

Jornal de Angola
01 De Dezembro de 2019

O Presidente da República, João Lourenço, plantou, ontem, na Marginal da Corimba, uma árvore, num acto simbólico que se enquadra na Campanha Nacional de Plantação de Árvores, que pretende, no curto prazo, reforçar a preservação ambiental, tornar as cidades angolanas mais verdes e ecologicamente sustentáveis.

Numa iniciativa do Secretariado da Organização da Mulher Angolana (OMA), com o lema “Junte-se a nós e plante uma árvore”, a Marginal da Corimba foi “tomada”, ontem, pela manhã, por dezenas de ambientalistas, munícipes da Samba e membros da OMA e de outros órgãos sociais do MPLA para a plantação de 300 árvores de diversas espécies.

O Presidente João Lourenço, acompanhado da Primeira-Dama, Ana Dias Lourenço, e do neto, plantou uma árvore, a que se juntaram outras 299. Cada um dos membros da família presidencial plantou uma árvore, num sinal de que, doravante, Luanda já não será a mesma neste compromisso com o ambiente e no desejo de uma capital mais “verde e fresca”.

De luvas vermelhas e pá em mãos, o Presidente levou terra à árvore e minutos depois água à raiz com regador azul, num acto ambiental cheio de simbolismo.

Cada uma daquelas árvores está baptizada com o nome de quem a plantou. Assim, há desde ontem, na Marginal da Corimba, uma árvore “João Lourenço”, “Ana Dias Lourenço”, “Luísa Damião”, “Sérgio Luther Rescova” e “Paula Francisco Coelho” e de outros participantes. Além do nome científico, as 300 árvores plantadas na Marginal da Corimba têm nome. Mas, mais do que isso, simbolizam a viragem que se pretende para Luanda, uma cidade cada vez mais verde, em direcção à preservação e sustentabilidade ambiental, por via de um processo contínuo de arborização.

A Campanha Nacional de Plantação de Árvore teve início a 7 de Novembro, em Cabinda, em acto presidido pela vice-presidente do MPLA, Luísa Damião. Até agora, foram plantadas 18.941 árvores das 16 mil inicialmente previstas. Esta acção abrangeu

148 municípios, correspondentes a 90 por cento do país.

A vice-presidente do MPLA assinalou que o acto significa pensar nas gerações vindouras, dizendo que devem assumir o compromisso de continuar a cuidar das árvores até crescer.

Para Luísa Damião, o objectivo é passar aos jovens a mensagem de que todos devem estar envolvidos em projectos desta natureza, dignificando o país e permitindo que mais pessoas ganhem consciência sobre a necessidade de preservação do ambiente.

Boas práticas ambientais

A ministra do Ambiente, Paula Francisco Coelho, realçou a importância das árvores para a vida humana, exortando as comunidades a praticarem a arborização.

“Respiramos todos os dias e devemos sentir que há uma árvore não só para o ordenamento, mas também para providenciar frutos. Por isso, desafio as comunidades das zonas urbanas e peri-urbanas a plantarem mais árvores”, disse Paula Coelho, que se congratulou com o facto de ambientalistas, entre outros, terem acorrido à Marginal da Corimba para a campanha de plantação de 300 árvores. A ministra apelou à necessidade de o país olhar para as boas práticas em linha com a Estratégia Nacional das Alterações Climáticas e, também, o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris, documentos que se encontram na Assembleia Nacional para ratificação.

Paula Coelho lembrou o facto de a última sessão do Conselho de Ministros ter aprovado a Estratégia Nacional da Biodiversidade e seu Plano de Acção para o período 2030, já alinhado com o desenvolvimento sustentável. O Conselho de Ministros aprovou, também, a estratégia do saneamento total, liderado pelas comunidades e escolas.

Sustentabilidade ecológica

“Somos mulheres e mães. Devemos preservar a natureza e a plantação de árvores facilita a sustentabilidade ecológica e aumenta a possibilidade de mais chuvas”, lembrou a secretária-geral da OMA, Luzia Inglês, que condena, veementemente, o abate indiscriminado de árvores em vários locais do país, alterando, em muitos casos, o clima.

10.2 Seca afecta mais de 300 mil famílias em quatro províncias

Jornal de Angola

01 De Dezembro de 2019

Autor: André da Costa

Pelo menos 333.163 famílias ficaram afectadas pela seca que assola as províncias do Cunene, Cuando Cubango, Huíla e Namibe, informou, ontem, o secretário de Estado do Interior para o Serviço Penitenciário, José Bamóquina Zau.

José Zau promete, a médio e curto prazos, formar e qualificar quadros em diversas especialidades em matéria de protecção civil

O governante, que falava ontem durante o acto alusivo aos 38 anos da institucionalização do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), disse que a seca também afectou dois milhões 246.050 cabeças de gado bovino e um milhão e 200 mil de caprinos e ovinos.

O secretário de Estado do Interior informou que, de Maio a Outubro deste ano, a Comissão Nacional de Protecção Civil arrecadou 1.574,7 toneladas de bens diversos para apoio às vítimas da seca.

José Bamóquina Zau reconheceu, por outro lado, existirem progressos na execução de tarefas cometidas ao Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, mas lembrou que, apesar dos esforços, as acções não foram atingidas no sentido de se obter melhor eficácia no funcionamento da corporação. Neste contexto, o governante espera, a médio e curto prazos, formar e qualificar quadros nas mais diversas especialidades em matéria de protecção civil e bombeiros, capazes de corresponder aos desafios do momento.

Acrescentou que a capacitação de quadros, na utilização das novas tecnologias de informação, assim como a valorização do género e aposta nos efectivos mais jovens, deve constituir um dos desafios da corporação.

O secretário de Estado do Interior defendeu, ainda, a construção de mais infra-estruturas de Protecção Civil e Bombeiros a nível nacional, tendo em conta as autarquias e o nível de crescimento das cidades, distritos e municípios do país.

Informou que o Ministério do Interior está a trabalhar na melhoria das condições sociais e de trabalho dos efectivos, sendo que todos os esforços têm sido feitos de modo a alocar meios técnicos que

possibilitem corresponder aos desafios dos serviços de bombeiros.

O governante defendeu o estreitamento dos laços de cooperação com os Estados-membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), face à globalização e aos desequilíbrios demográficos, fragilidades sociais, alterações climáticas e aos riscos de desastres no mundo.

José Bamóquina Zau considerou fundamental manter, com outros países, o intercâmbio de experiências e perícias de harmonização dos padrões de formação e de actualização técnica, assim como garantir a prontidão das forças para intervirem em qualquer Estado-membro da SADC e da CPLP, onde se registarem desastres ou calamidades naturais, quando solicitadas.

Registados mais de mil mortes em acidentes de viação e incêndios

Um total de 5.018 ocorrências, dos quais 2.256 incêndios de pequenas e médias proporções, 528 afogamentos e 510 acidentes de viação com vítimas encarceradas, foi registado no país, de Janeiro a Outubro deste ano, pelo Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, revelou ontem, em Luanda, o comandante da corporação.

Ao intervir no acto das celebrações dos 38 anos daquele órgão do Ministério do Interior, o comissário-chefe Bêncão Mateus informou que dos incêndios e acidentes de viação resultaram em 1.054 mortos e 1.231 feridos.

O oficial comissário disse que, das ocorrências dos incêndios, os sectores mais afectados são os habitacionais, com 1.087, e do ambiente com 468 casos. Face à situação, que considera preocupante, prometeu incrementar o trabalho preventivo mediante a realização de inspecções, vistorias, revisão de medidas, que serão feitas através de campanha de educação e sensibilização das populações, e de visitas pré-operativas.

Entre as medidas, constam também a realização de cursos de formação de brigadas contra incêndios, melhoria da coordenação de trabalho com outras forças congéneres e o cumprimento das normas relativas à assistência, além da manutenção e manuseamento dos meios técnicos de socorro e de combate contra incêndios.

Bêncão Mateus disse ainda ser necessário desenvolver a cultura participativa de prevenção de riscos de desastres, através de acções de sensibilização da

população. Lembrou que, de Janeiro a Outubro, a Escola Nacional de Formação de Bombeiros ministrou 13 cursos, com a participação de efectivos em diversas especialidades.

A formação serviu para melhorar a eficácia do trabalho de prevenção e combate contra incêndios e outras calamidades naturais. Foram ainda realizados outros cursos de capacitação e de superação técnico-profissional a distintos níveis, com vista a potenciar os quadros.

O comandante bombeiro deseja ver concluídas, nos próximos tempos, as obras do Instituto Médio de Protecção Civil e Bombeiros em Benguela, referindo que, com a sua implementação, permitirá o convénio entre o Ministério do Interior e o da Educação, na adequação dos programas curriculares e a equivalência dos cursos ao nível médio de escolaridade.

Para o responsável, a criação de condições sociais, psicológicas, morais e físicas de trabalho para o efectivo fará com que o mesmo se sinta confortável no cumprimento das tarefas de defesa da vida humana e seus bens.

Neste ano, 38 efectivos passaram à reforma e alguns deles receberam certificados de mérito, como forma de reconhecimento pelo desempenho ao longo do período em que serviram a corporação.

10.3 Chuvas desalojam mais de 500 famílias

Jornal de Angola
03 De Dezembro 2019

As fortes chuvas que caíram na província da Lunda-Norte, nos últimos meses, deixaram desalojadas cerca de 548 famílias, em consequência da destruição das suas residências.

A informação foi prestada ontem à imprensa, na cidade do Dundo, pelo comandante provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Venâncio Eduardo, quando fazia o balanço das actividades realizadas recentemente pela corporação.

O oficial superior da Polícia disse que as chuvas destruíram residências nos municípios de Chitato, Cambulo, Lucapa, Cuango, Lubalo, Caungula, Capenda Camulemba, Xá-Muteba e Cuilo, e as vítimas já estão a receber apoio do Governo local, como chapas de zinco, alimentação, roupa, utensílios de cozinha, entre outros bens. Fez saber que o Governo Provincial “está a trabalhar” para retirar de zonas consideradas de risco 54 famílias.

Venâncio Eduardo disse ainda que, durante a época chuvosa, iniciada em Agosto, o SPCB registou 12 mortes causadas por deslizamento de terra, descarga eléctrica e desabamento de casas.

10.4 Agora, a morte do gado vem com a água

Jornal de Angola
5 De Dezembro de 2019
Autor: Domingos Calucipa

O boi suportou todos os solavancos da seca. Foi uma caminhada que durou mais de um ano, tempo durante o qual fintou a morte que já levara muitos outros bovinos em Endudamo, comuna de Ombalayo-Mungo.

Para consolar o abdómen, as folhas de algumas árvores substituíram o capim, há muito em falta. E para acalmar a sede, nada melhor do que o recurso à água barrenta de um poço situado a sete quilómetros, ainda assim disputada com os habitantes.

Quis o destino que naquela tarde ensolarada de um dia de Novembro a travessia do animal no “grande deserto” fosse interrompida por uma pequena lagoa, quando se aproximava do fim do calvário (no horizonte as nuvens já davam sinais de entrada para a época chuvosa e consequente melhoria das condições de pasto).

A pequena lagoa formou-se depois que uma chuva instantânea, na localidade, trouxe água, cuja escassez era notória por vários meses e serviu de alívio para muitos. Ironicamente, o “precioso líquido” constituiu também o azar para o criador de gado Portásio Limoneni.

O seu boi, bastante debilitado, com as costelas marcadas na pele, encheu o abdómen de água e caiu na lagoa para não mais se levantar. Era assim mais um revés para o criador, que somou no local a quinta perda, no espaço de uma semana.

Limoneni foi um dos muitos criadores da localidade que não conseguem levar o gado às zonas de transumância. Sabe que vencer a batalha contra a seca passa por muita atitude e paciência, sobretudo. Tinha perfeita consciência de que a abundância de água sem pasto causa outros problemas.

“Nesta altura em que os bois se encontram extremamente magros e fracos, deve ser-lhes seguidos os passos, para que, quando um cair, possa ser ajudado a pôr-se de pé. Principalmente quando bebe muita água, porque sem essa ajuda o animal fica

aí deitado até morrer”, contou o criador tradicional, na língua Oshikwanyama.

Foi o que aconteceu com o bovino do texto. O animal ingeriu água até à exaustão e caiu estendido na lagoa. Ninguém apareceu no momento para dar a ajuda necessária e acabou por sucumbir.

“Quando seguimos bem os bois e evitamos que bebam muita água no estado em que se encontram podem sobreviver e chegar à época das chuvas em que o capim abunda”, explicou Portásio Limoneni. O criador, que revela muita experiência na área, perdeu até agora 32 cabeças, número que corresponde a mais de metade da manada, por conta da seca, desde o início do ano corrente. Ao *Jornal de Angola* revela que em toda a localidade de Endudamo os currais estão praticamente vazios. Alguns proprietários ficaram com apenas seis bois ou menos ainda, tendo as perdas recaído, principalmente, sobre os animais usados para tracção. O nosso interlocutor receia que as perdas se agravem nos próximos dias, devido à fase de transição da seca para a época chuvosa, etapa na qual muitos animais não se adaptam às novas condições de pasto, após longo período sem capim e com água em péssimas condições.

Na comuna de Ombala-yo-Mungo, município de Ombadja, situada a 70 quilómetros a Oeste da cidade de Ondjiva, o figurino é de total aridez, sem água nem pasto. A chuva que caiu nos últimos dias em algumas zonas da província, de forma ainda tímida, pouco ou nada ajudou.

Lavouras comprometidas

A presente campanha agrícola, em grande parte das zonas rurais da província do Cunene, pode estar comprometida por causa da debilidade física dos bovinos de tracção, em consequência da seca que assola a região.

Entre os camponeses paira um clima de incertezas, já que não vislumbram soluções para lavrar e lançar as sementes à terra, com o gado bastante magro e enfraquecido, que necessita, de pelo menos, dois meses para recuperar e ganhar forças para concretizar a tracção animal.

Entre os que trabalham a terra existe o receio generalizado de que a recuperação dos animais ocorra tardiamente, em relação ao período em que se deve lançar as sementes à terra, tendo em conta que, na região do Cunene, chove apenas até princípio de Março.

José Tileinge, camponês e criador de gado da localidade de Oipembe, a dez quilómetros de

Ondjiva, sugere que o governo da província apoie os camponeses com tractores agrícolas nas lavouras. Sustenta a opinião no facto de o escasso número de animais disponíveis e o caótico estado de saúde poderem inviabilizar a produção agrícola este ano.

“Infelizmente, temos a certeza de que nesta vasta zona ninguém vai lavrar neste ano agrícola. Uns porque perderam os bois, muitos têm o gado na transumância e outros ainda estão com os animais de tracção extremamente debilitados, ao ponto de nem servirem para abate”, lamentou.

Água do furo é imprópria

Quando os habitantes de Cuamato, a sede comunal de Ombala-yo-Mungo, testemunharam a reinauguração, no mês passado, do furo bem equipado com torneiras, uma lavandaria e bebedouro para o gado, pensaram logo que o problema de água estava resolvido. Mas foi pura ilusão. O sofrimento vai continuar. Afinal, o líquido não serve para consumo humano, nem para lavagem de roupa ou para banhos. Apenas o gado tenta consumi-lo. Mas muitos animais acabam por desistir.

A água daquele furo, recuperado no quadro do programa de emergência contra os efeitos da seca, apresenta-se totalmente salobra, ao ponto de se confundir com água do mar, o que acaba por não ser uma mais-valia para os habitantes e para o gado.

Segundo o administrador comunal de Ombala-yo Mungo, Venâncio Miguel Dias, o furo produz bastante água, capaz de responder às necessidades da população e do gado da sede. Porém, devido à má qualidade não é recomendável para consumo humano. Por esse motivo, mantém-se a dependência do abastecimento por via de camiões cisternas, provenientes da cidade de Ondjiva ou da sede do município de Ombadja.

Venâncio Dias referiu que, na comuna, foram recuperados cinco furos, embora boa parte com água salobra. “São esses furos que estão a abastecer de água a população, num quadro de emergência. O furo recuperado aqui na sede, tem muita água, mas bastante salobra. O da localidade de Omahama também é salobra, o da povoação de Onepolo idem. Mas alguns estão a perder aquela quantidade de sal e talvez, com o tempo, se torne consumível”, disse.

O responsável salientou que é característica do subsolo da comuna apresentar água salobra, o que requer sempre saber escolher os lugares certos.

“Tratando-se de um programa de emergência de recuperação de furos, muitas empresas envolvidas no processo não acautelaram os testes à qualidade da

água, antes de avançar com as obras. Simplesmente concluíram os trabalhos e entregaram ao Governo”.

Sublinhou que grande parte da população da comuna, estimada em 59.331 habitantes, sobrevive de cacimbas feitas pelos próprios. “E é uma água partilhada entre pessoas, cabritos e bois”, disse o administrador.

Fome

Em Ombala-yo-Mungo, comuna visitada pelo Presidente João Lourenço, a fome aperta forte, como conta o administrador local.

“A nossa comuna vive a realidade daquilo que é seca e fome. A situação é muito dolorosa”, lamentou, acrescentando que a circunscrição recebeu até aqui, de ajudas, 55 toneladas, entre produtos alimentares e não alimentares, distribuídos prioritariamente a pessoas idosas, deficientes e doentes.

Na localidade de Oshaiwanda, a 20 quilómetros da sede, também visitada pelo Presidente da República, por ser um dos lugares com situação mais crítica, foram colocados três tanques com capacidade de dez mil litros de água cada. Esses reservatórios têm sido abastecidos periodicamente, por via de camiões cisterna.

10.5 Enxurradas inundam principais artérias da cidade do Lobito

Jornal de Angola
7 De Dezembro, 2019
Texto: Jesus Silva

As chuvas, que desde há uma semana assolam as cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía-Farta, estão a causar inúmeros constrangimentos aos habitantes locais, por terem dado lugar a inundações e camadas de lama em zonas habitadas.

Na cidade do Lobito, as zonas mais afectadas são a Canata, Bairro da Luz, Calumba, São João, Liro e o Obelisco Bar/Africano, local onde está concentrada uma grande camada de lixo, arrastada pela correnteza da água proveniente da zona alta.

Ainda no Lobito, entre a Canata e o bairro do Liro, área onde há já algum tempo se circula com imensas dificuldades, devido as estradas esburacadas, o asfalto desapareceu por completo. Na zona urbana da cidade, as ruas secundárias e terciárias, debilitadas há já algum tempo, estão intransitáveis, concretamente nos bairros da Caponte, Compão, Académico, Liro e em algumas zonas da Restinga.

A famosa Via Rápida, entre o Bar/Africano/São João/Santa Cruz e Catumbela, há mais de 10 anos que aguarda por intervenção, encontrando-se num estado lastimável, localidade onde nesta época chuvosa os motoqueiros, vulgos kupapatas, fazem das “tripas coração” para transportarem passageiros. Na avenida que dá acesso ao Bar/Africano e o Obelisco, os carros e motociclos quase que são “engolidos” pela água, pelo que os ocupantes são obrigados a abandonar os veículos.

Nestes dias de enxurradas, os automobilistas provenientes de Benguela, Catumbela e Bairro da Luz tiveram que optar por contornar a rotunda das Bombas da Bulama, passando pelo Kassai e Compão, para chegarem à Restinga e à Zona Comercial, devido ao estado calamitoso em que se encontra a Avenida Salvador Correia, que vai do Obelisco aos Bombeiros.

Segundo o administrador municipal do Lobito, Nelson Joaquim da Conceição, a Administração não possui verbas para dar solução a essa problemática.

“Dentro do que é possível, vamos fazendo o que está ao nosso alcance”, disse desolado o administrador.

10.6 Chuvas reanimam brigadas agrícolas

Jornal de Angola
8 de Dezembro, 2019

Camponeses no município do Cuanhama, província do Cunene, manifestaram satisfação com o retorno das chuvas na região, pelo que alegam ter esperança para efetuarem uma colheita satisfatória no próximo ano, informou a Angop.

Ao falarem durante acto de entrega de meios agrícolas às quatro brigadas de mecanização agrícolas, criadas na província para apoiar a campanha 2019/2020, os camponeses consideraram o regresso das chuvas como um indicador positivo, 12 meses depois de seca severa na província.

Alfredo Aidula, pequeno agricultor, residente na localidade de Oshiyango, em Ondjiva, disse que as chuvas que se registaram com grande intensidade na semana finda, trouxeram esperança para uma boa safra do massango, massambala e outros cereais.

O pequeno produtor, Pio Haidenga, da comuna do Evale, sublinhou que o solo já está húmido, e deste modo, permite às famílias cultivarem e obterem boas colheitas.

Teresa caudinge, igualmente pequena agricultora, corrobora com a ideia augura que continua para que

haja produção suficiente com vista a criação de reservas nos celeiros.

Já Jorge Xavier, da comuna de Nehone, regozijou-se com a criação de quatro brigadas equipadas com 20 tractores e respectivos alfaías “gesto do governo que vai impulsionar a actividade dos camponeses”.

Por seu turno, o director do Gabinete Provincial da Agricultura e floresta, Pedro Tibeiro, disse que os camponeses estão empenhados e querem aproveitar o tempo perdido.

As primeiras chuvas começaram este ano em outubro. Desde então tem chovido com alguma regularidade mas sem grande intecidade.

10.7 Chuvas impulsionam progressão de ravinas na cidade do Dundo

Jornal de Angola

15 De Dezembro, 2019

Texto: Victorino Matias

As constantes chuvas que caem sobre a cidade do Dundo, província da Lunda-Norte, estão a acelerar a progressão de ravinas, que ameaçam destruir infra-estruturas sociais, residenciais e ligações rodoviárias em pontos estratégicos da cidade.

Foram identificadas três ravinas, uma das quais progride em direcção à conduta do centro de produção de água do Mussungue, que abastece 60 por cento da população da cidade do Dundo.

Esta ravina já destruiu o centro de produção e distribuição de água de Cazunda, requalificada em 2011, no âmbito do programa “Água para Todos”, o que contribuiu para a redução significativa da oferta de água à cidade e arredores.

O Centro de Captação de Cazunda produzia 2.800 metros cúbicos de água por dia e dispunha de um tanque que armazenava cerca de 300 metros cúbicos de água potável, para abastecer uma parte significativa da população do Dundo.

Se não forem tomadas urgentemente medidas para travar a progressão destas ravinas, a cidade do Dundo poderá ficar privada de água potável.

Outras duas ravinas, também consideradas críticas, estão a progredir em direcção à rotunda do Aeroporto do Dundo e de várias residências na área circunvizinha do bairro Camaquenzo-1.

Como consequência da progressão desta ravina, cerca de 14 famílias tiveram de ser realojadas em locais

seguros e outras, que estão igualmente em zonas de risco, poderão ter o mesmo destino.

A ravina que está a progredir em direcção à estrada que liga a cidade do Dundo à sede municipal do Chitato é a menos perigosa.

Medidas de contenção

O governador provincial, Ernesto Muangala, efectuou uma visita para constatar os estragos que as ravinas estão a provocar nas comunidades.

Ernesto Muangala passou pelos bairros Samacaca, Camatundo e Camaquenzo-1, e foi ver também as obras de passagem hidráulica na estrada Dundo-Cacanda. Foi ainda ver as inundações que se registam na centralidade do Mussungue, resultantes das intensas chuvas que se abatem sobre a região.

Preocupado com o que viu, disse que o seu pelouro “vai procurar soluções paliativas” para resolver os problemas. Ernesto Muangala informou que a ravina do bairro Samacaca consta do Orçamento Geral do Estado de 2020, garantindo que o Governo Provincial vai proceder ao levantamento de todas as ravinas consideradas críticas, que em pouco tempo podem provocar danos à população e às infra-estruturas.

“Devemos fazer um levantamento para termos noção das dimensões e os custos das empreitadas, para inserirmos nos próximos orçamentos”, disse o governador, assegurando que estão a ser envidados esforços para travar a progressão das ravinas.

O governador assegurou que as 14 famílias, que se encontram no perímetro da ravina no bairro Camaquenzo-1, vão ser transferidas para zonas mais seguras e com condições de habitabilidade, cujo processo está a cargo do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

Sobre as inundações na zona comercial da centralidade do Mussungue, Ernesto Muangala disse que as valas de drenagem são pequenas e não dão passagem às águas das chuvas para as macrodrenagens e, como consequência, acabam por transbordar e inundar algumas ruas da centralidade.

10.8 Madeiros são proibidos de novos abates de árvores

Jornal de Angola

19 De Dezembro de 2019

Autor: Lourenço Bule

Os madeireiros em actividade no Cuando Cubango limitam as operações à recolha, transporte e comercialização de troncos de árvores abatidas nas campanhas anteriores, estando proibidos de fazer novos cortes, nos termos de uma decisão anunciada terça-feira pelo governador provincial.

Júlio Bessa declarou numa reunião com madeireiros nacionais em Menongue a proibição definitiva, com efeitos a partir de terça-feira, do corte de árvores para a produção de madeira e carvão ao longo da fronteira com a Namíbia e nas zonas abrangidas pelo projecto turístico internacional Okavango/Zambeze.

Durante um encontro, o governador apresentou como razões da proibição o combate à desertificação crescente naquelas áreas e a necessidade da protecção da biodiversidade da Área Transfronteiriça de Conservação do Okavango/Zambeze (ATFC/KAZA), um projecto que está a ser implementado pelos cinco países membros, nomeadamente Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

A medida visa também combater o contrabando de madeira ao longo da fronteira entre Angola e a Namíbia, com realce nos municípios de Cuangar, Calai e Dirico, que se encontra desguarnecida por falta de condições, uma situação que tem sido aproveitada por salteadores para roubar do lado angolano.

“Temos muitas dificuldades de controlar os fluxos migratórios de pessoas e mercadorias nas nossas fronteiras, devido à ausência das forças da ordem nas zonas limítrofes, mas o Governo da província está atento a esta situação e vai trabalhar em coordenação com as estruturas centrais e locais das Forças Armadas Angolanas (FAA) e do Ministério do Interior para acautelar a pilhagem dos nossos recursos naturais”, disse.

A suspensão do corte de madeira exclui, temporariamente, os operadores que ainda não atingiram as quotas atribuídas durante o ano florestal de 2019, os quais deverão fazê-lo nos próximos seis meses, com base em regras que serão definidas pelo Governo da província e o Ministério da Agricultura e Florestas.

O governador explicou que uma suspensão do corte de madeira anterior, declarada no dia 12 de Novembro do ano em curso pelo Governo Provincial do Cuando Cubango, deveu-se ao impacto negativo que a actividade estava a provocar nas estradas, pontes, pontecos e o surgimento de ravinas.

Foi também proibida a atribuição de licenças de exploração às empresas que não tenham contratos para o efeito, para que não se furem das responsabilidades sociais, para o bem das comunidades onde estas actividades são desenvolvidas.

O governador explicou que os contratos dão garantia e estabilidade ao Governo e aos empresários do ramo florestal no que concerne ao cumprimento das normas e regras estabelecidas por lei, visto que, ao contrário das licenças, são menos permissivos: num contrato há direitos e obrigações, sublinhou.

Júlio Bessa salientou que, a nível do Cuando Cubango, não existem áreas claras para exploração de madeira, situação que tem contribuído para o aumento do corte desregrado dos recursos florestais e a degradação da biodiversidade.

Modificação da madeira

O governador do Cuando Cubango defendeu, no encontro, que mais de 60 por cento da madeira explorada no Cuando Cubango deve ser transformada localmente, com intuito de gerar postos de trabalho e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da província.

Afirmou que não serão permitidos meros cortadores de madeira no Cuando Cubango, mas empresários capazes que possam cortar e transformar a madeira, garantindo emprego aos jovens e riqueza às populações, principalmente nos locais em que são desenvolvidas estas actividades. “Não é lícito que um cidadão que vive no Cuando Cubango, província que é a maior produtora de madeira da zona Sul, não tenha onde comprar a mobília, sendo obrigado a deslocar-se em outros pontos do país para o efeito”, afirmou.

Júlio Bessa disse que só com operadores fortes é que a exploração de madeira vai desenvolver a nível do país e da província em particular e que não se pode permitir que empresas estrangeiras explorem os nossos recursos naturais de forma desregrada e causem prejuízos.

Medidas cautelares

Júlio Bessa anunciou que o Governo Provincial adoptou medidas como a indicação de áreas específicas de exploração e concessão, proibição da circulação de camiões carregados de madeira nas vias, pontes secundárias e terciárias com peso superior a 14 toneladas, bem como empresas estrangeiras a explorarem os recursos florestais na província.

Foram ainda delineadas como medidas a criação de cooperativas de exploração de madeira para a melhoria do controlo e fiscalização da actividade, a concessão de zonas para exploração pelo Governo Provincial e as administrações municipais e não pelo Ministério da Agricultura e Florestas.

“Não somos anti-actividade económica ou exploração: o que não queremos é que a exploração de madeira não interfira negativamente na vida das populações e no desenvolvimento da província”, afirmou Júlio Bessa, que prometeu acabar com o apadrinhamento que funcionários do Governo Provincial faziam para a proliferação da exploração ilícita de madeira, favorecendo empresários vietnamitas e chineses, em troca de dinheiro.

Acrescentou que, doravante, a fiscalização da exploração florestal será mais rigorosa e rígida, para que a província e a população sejam os maiores beneficiários desta actividade.

10.9 Governo proíbe corte de árvores

Jornal Economia & Finanças

20 De Dezembro de 2019

Autor: Lourenço Bule

O governo do Cuando Cubango proibiu, com efeitos imediatos, o corte de árvores para a produção de madeira e de carvão, ao longo da orla fronteiriça com a Namíbia e nas zonas abrangidas pelo projecto turístico internacional Okavango/Zambeze (KAZA).

Durante um encontro com os madeireiros nacionais, na cidade de Menongue, o governador provincial, Júlio Bessa, apresentou os seus argumentos de razão da proibição que visa combater a desertificação crescente nestas áreas, proteger a biodiversidade da Área Transfronteiriça de Conservação do Okavango/Zambeze (ATFC/KAZA) que está a ser implementado pelos cinco países membros nomeadamente Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe. A medida visa também combater o contrabando de madeira ao longo da fronteira entre Angola e a Namíbia, com realce nos municípios de Cuangar, Calai e Dirico, província do Cuando Cubango que se encontram desguarnecidas por falta de condições, uma situação que tem sido aproveitada pelos amigos do alheio para roubar do lado de Angola tudo o que lhes apetecer. “Temos muitas dificuldades de controlar os fluxos migratórios de pessoas e mercadorias nas nossas fronteiras, devido a ausência das forças da ordem nas zonas limítrofes, mas o governo da província está atento a esta situação e como medida vai trabalhar em coordenação com as estruturas centrais e locais das

Forças Armadas Angolanas (FAA) e do Ministério do Interior, para acautelar a pilhagem dos nossos recursos naturais”, disse. Na reunião de terça-feira, Júlio Bessa, decidiu igualmente manter a suspensão do corte de madeira em toda a extensão da província, excepto para os agentes que ainda não atingiram as suas quotas atribuídas durante o ano florestal de 2019 e que deverão fazê-lo nos próximos seis meses, com base a uma regra que será definida pelo governo da província em coordenação com o Ministério da agricultura e florestas. Enquanto isso, os madeireiros foram autorizados a recolher, transportar e comercializar todos os troncos de árvores cortados nas campanhas anteriores, nos termos do Decreto Executivo número 65/19, de 21 de Fevereiro, do Ministério da agricultura. O governador explicou que a suspensão do corte de madeira, no dia 12 de Novembro do ano em curso, por iniciativa do governo local, deveu-se ao impacto negativo que esta actividade estava a provocar nas estradas, pontes, pontecos e o surgimento de ravinas. Além de em nada beneficiar a província e a população em termos de arrecadação de receitas para os cofres do estado e benfeitorias juntos das comunidades. Foi também proibida pelo governante, a atribuição de licenças de exploração as empresas que não tenham contratos para o efeito, para que os mesmos não possam furtar-se das suas responsabilidades sociais, para o bem das comunidades onde estas actividades são desenvolvidas. Explicou que os contratos dão garantia e estabilidade ao governo e os empresários do ramo florestal, no que concerne ao cumprimento das normas e regras estabelecidas por lei, visto que os contratos ao contrário das licenças são menos permissivos, porque num contrato a direitos e obrigações. Júlio Bessa salientou que a nível do Cuando Cubango não existe áreas claras para exploração de madeira, situação que tem contribuído para o aumento do corte desregrado dos recursos florestais e degradação da biodiversidade.

Modificação da madeira

O governador do Cuando Cubango defendeu, durante o encontro com a classe empresarial, que mais de 60 por cento da madeira explorada no Cuando Cubango deve ser transformada localmente, com intuito de gerar mais postos de trabalho e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da província. Garantiu que a província do Cuando Cubango pode contribuir significativamente para diversificação da economia nacional, geração de mais postos de trabalho através da exploração de madeira de forma regrada, obedecendo todos os trâmites legais. Afirmou que não serão permitidos meros cortadores de madeira no Cuando Cubango, mas sim empresários capazes, que possam cortar e

transformar a madeira, garantindo emprego aos jovens e riqueza às populações, principalmente nos locais onde são desenvolvidas estas actividades. “Não é lícito que um cidadão que vive no Cuando Cubango, província esta que é o maior produtor de madeira da zona Sul e não tenha onde comprar a sua mobília, sendo obrigado a deslocar-se em outros pontos do país para o efeito”, disse. Júlio Bessa disse que só com operadores fortes é que a actividade de exploração de madeira irá desenvolver a nível do país e da província em particular. Acrescentou que não se pode permitir que empresas estrangeiras explorem os nossos recursos naturais de forma desregrada e causem vários prejuízos à região.

Medidas cautelares

O governo local apontou como medidas traçadas, a indicação de áreas específicas de exploração e concessão, proibição da circulação de camiões carregados de madeira, nas vias, pontes secundárias e terciárias com peso superior a 14 toneladas, bem como empresas estrangeiras a explorarem os recursos florestais na província. Foram ainda delineadas como medidas, a criação de cooperativas de exploração de madeira para melhoria do controlo e fiscalização da referida actividade, a concessão de zonas para exploração a partir do governo provincial em coordenação com as administrações municipais e não pelo Ministério da Agricultura e Florestas. “Não somos anti-actividade económica ou exploração, o que não queremos é que a exploração de madeira interfira negativamente na vida das populações e no desenvolvimento da província”, afirmou. Garantiu acabar com o apadrinhamento que algumas forças ligadas ao governo faziam para a proliferação da exploração ilícita de madeira, com realce aos empresários estrangeiros de nacionalidade vietnamita e chinesa, a troco de valores monetários. Doravante a fiscalização da exploração florestal será mais controlada, mais rígida para que a província e a população em particular seja a maior beneficiária destas actividades. No final do encontro, Júlio Bessa, sugeriu que sejam autorizadas a recolha e evacuação da madeira cortada nos anos florestais anteriores e que ainda se encontram nas zonas de exploração.

10.10 Chuvas provocam falha de energia no Lubango

Jornal de Angola
25 De Dezembro de 2019

A queda de quatro postos de alta tensão de energia eléctrica, na povoação do Bombo, município da Bibala, na Estrada Nacional 280, que liga as províncias do Namibe e Huíla, provocou falha de

energia em algumas zonas da cidade do Lubango. O incidente aconteceu devido às fortes chuvas que se abatem sobre a região.

Segundo o chefe do Gabinete de Comunicação e Imagem da Ende no Namibe, Wilson Aikwela, o Lubango, além de receber energia do Namibe, é alimentado também pela Central Hídrica da Matala e mais uma central térmica que está situada na cidade.

“Estamos a fornecer energia no limite das nossas capacidades, pelo que somos obrigados a fazer algumas restrições, principalmente nas horas de ponta, na ordem dos três megawatts”, disse Wilson Aikwela, assegurando que uma equipa técnica está a trabalhar arduamente para solucionar o problema. “Por estarmos na quadra festiva, o consumo de energia na cidade do Lubango é maior obviamente, pelo que teremos dificuldades para atender as necessidades dos consumidores”, frisou, para informar que “a queda das torres só afecta o Lubango, porque o Namibe tem as suas centrais, que estão a funcionar a 100 por cento”.

O soba da localidade de Bombo, Rafael Capinge, disse que ventos fortes, acompanhados de chuvas, destruíram barracas de comerciantes, residências e deixaram cerca de 50 pessoas ao relento. “Vivo aqui há 50 anos e nunca vi coisa igual, foi algo devastador”, disse.

10.11 Criadores de gado regressam da transumância com prejuízos

Jornal de Angola
21 De Dezembro, 2019
Texto: Domingos Calucipa

Criadores de gado de diferentes localidades do município de Ombadja, na província do Cunene, que haviam trasladado as suas manadas para áreas de transumância da parte Sul da Huíla, estão a regressar às zonas de origem, com o número de animais reduzidos significativamente, devido às mortes consecutivas causadas pela escassez de pasto e da falta de adaptação ao clima.

Segundo o soba da comuna do Humbi, Júlio Mutindi, muitos bovinos morreram no período em que permaneceram na localidade de Mulondo (Huíla), enquanto outros sequer conseguiram chegar nessa zona porque estavam bastante debilitados devido às longas caminhadas.

Júlio Mutindi assegurou que as condições de pasto no Humbi “estão a melhorar”, desde que começou a chover, mas lamenta o facto de muitos criadores

tradicionais, que iam para a transumância com manadas de 60 ou mais cabeças, estarem a regressar com apenas seis ou sete animais.

“Alguns criadores da minha zona regressar sem nenhuma cabeça de gado, porque os animais não se adaptaram à mudança do clima e morreram. O clima aqui é diferente das zonas da transumância. Por outro lado o pasto era muito pouco, o que mais havia lá era água”, detalhou o soba do Humbi.

No percurso entre a sede municipal de Ombadja e a povoação de Kafu, corredor normalmente usado pelos criadores para as zonas de transumância da Huíla, o *Jornal de Angola* deparou-se com pequenas manadas a regressarem para as suas zonas, aparentemente, debilitadas, o que fazia perceber que a tentativa de as salvar da crise de seca não foi muito bem-sucedida. A administradora municipal de Ombadja, Albertina José, disse que todos os criadores da circunscrição perderam muitos animais.

“No nosso município morreu muito gado. É difícil dizer o número exacto, mas temos a certeza de que todos os criadores perderam, pelo menos, a metade do curral por causa da seca”, afirmou.

10.12 Mais de 40 mil pessoas vítimas da seca são assistidas pelo governo

Jornal de Angola
25 De Dezembro de 2019
Autor: Domingos Mucuta

Mais de 43 mil pessoas vítimas da seca, residentes na Chibia, Huíla, um dos municípios mais afectadas por esta calamidade natural, foram assistidas este ano com produtos alimentares diversos e meios industriais, revelou, o administrador da região.

Sérgio da Cunha Velho, que falava na cerimónia de cumprimentos de fim-de-ano, na Chibia, disse que o município recebeu da Comissão Técnica Provincial de Apoio à Seca, 99 toneladas de produtos diversos, que foram distribuídas a 68 localidades, cujos beneficiários foram 16 mil famílias.

O município, segundo Sérgio da Cunha Velho, recebeu ainda da aludida comissão, 35 moto-cisternas com capacidade de transportação de 1000 litros cada, para facilitar no processo de distribuição de água potável às comunidades afectadas pela seca. Campanha agrícola

Segundo Sérgio da Cunha Velho, o município da Chibia prevê, na presente campanha agrícola, colher cerca de 42.500 toneladas de cereais em 85 mil

hectares de terra cultivadas. Para o efeito, os camponeses locais foram apoiados com 118 toneladas de adubo composto, 16 toneladas de semente de milho, 400 charruas de tracção animal e 10 tractores.

Barragem das Gangelas

O administrador municipal disse que a Barragem das Gangelas, um monstro adormecido que suporta o perímetro irrigado com o mesmo nome, vai ser reactivada brevemente, pois já existem garantias do Governo central.

No domínio da Pecuária, Sérgio da Cunha velho disse que a nota de realce foi a vacinação do gado, que abrangeu 62.900 cabeças, realizada recentemente, depois de três anos sem haver alguma campanha de imunização neste sector.

10.13 Seca no Cunene matou mais de 72 mil animais

Jornal de Angola
25 De Dezembro

Mais de 72 mil bovinos morreram, entre os meses de Abril e Dezembro deste ano, nos corredores de transumância da província do Cunene devido à escassez de água e pasto, resultante da seca que assolou a região.

A informação foi dada, ontem, à Angop, pelo chefe dos Serviços de Veterinária da província do Cunene, Estêvão Camalanga, no quadro do programa de vacinação de bovinos na circunscrição. No período da seca, referiu, grande parte do gado morreu por falta de água e pasto, sublinhando que alguns criadores e rebanhos começaram a regressar em Novembro às zonas de origem, altura em que iniciaram as chuvas na província do Cunene. “Alguns criadores estão a regressar com o gado às zonas de origem, uma vez que já chove na província do Cunene”, frisou.

Informou que, nos últimos tempos, os Serviços de Veterinária vacinaram nas regiões de transumância 104.388 animais contra carbúnculo hemático, dermatite nodular e peripneumonia.

A província do Cunene conta com 400 mil bovinos nas principais zonas de transumância.

10.14 Chuva destroi conduta de água na sede municipal do Ganda

Jornal de Angola
28 De Dezembro de 2019

Os habitantes da sede municipal da Ganda, província de Benguela, estão desde quinta-feira privados do abastecimento da água potável devido a destruição de uma conduta de água instalada sobre rio do Indongo, causada pela chuva.

O director do Serviço de Águas e Saneamento na Ganda, Adelino Dungula, informou ontem à Angop que a conduta do sistema de captação, tratamento e distribuição à cidade da Ganda desabou devido a forte chuva que se regista actualmente na região. O rio transbordou e as correntes de água carregaram troncos e outros objectos que causaram a danificação total da linha de conduta.

Actualmente está já uma equipa técnica a trabalhar no local, estando previsto para hoje a instalação das barras de sustentação e a colocação da conduta de água PVC – 200 sobre o rio, para no prazo de 72 horas repor-se o abastecimento de água às populações da sede municipal.

Revelou que, devido à chuva a passadeira alternativa da ponte sobre o rio Indongo deslocou-se com o embate sofrido de vários objectos, correndo o risco de desabar caso continue a chover intensamente.

A sede municipal da Ganda tem uma população estimada em 150 mil habitantes, das quais mais de 10 mil beneficiam de água canalizada.

Habitantes da Lomba já consomem água potável

Três mil e 120 habitantes dos bairros da Lomba- II e Dongoroça, no município da Ganda, beneficiam do abastecimento de água potável, fruto da inauguração de um sistema de produção, tratamento e distribuição.

Com capacidade de produção de sete metros cúbicos da água/hora, o sistema comporta um tanque reservatório erguido de betão armado, furo de captação, chafariz com quatro pontos e acoplado aos painéis solares.

Enquadrado no Programa Águas para Todos, a construção do sistema custou 15 milhões de kwanzas. O responsável dos serviços da Águas e Saneamento da Ganda, Aurélio Adelino Dungula, assegurou que o sistema vai trabalhar oito horas por dia para abastecer a população dos dois bairros.

Sistema idêntico será inaugurado, nos próximos dias, na aldeia de Katapi, na comuna da Ebanga, no

âmbito do programa do governo que visa a melhoria da qualidade da água para as populações.

10.15 Chuvas deixam habitantes da vilada Ganda sem água

Jornal de Angola
30 De Dezembro de 2019

Os habitantes da sede municipal da Ganda, província de Benguela, estão desde quinta-feira, privados do abastecimento de água potável, devido à destruição de uma conduta de água instalada no rio Indongo, causada pela chuva.

O director do Serviço de Águas e Saneamento na Ganda, Adelino Dungula, informou hoje à Angop que a conduta do sistema de captação, tratamento e distribuição à cidade da Ganda desabou devido às fortes chuvas que se registam actualmente na região. O rio transbordou e as correntes de água carregaram troncos e outros objectos que causaram a danificação total da linha de conduta. Uma equipa técnica já está a trabalhar no local, estando prevista para hoje a instalação das barras de sustentação e a colocação da conduta de água PVC – 200 sobre o rio, para no prazo de 72 horas repor-se o abastecimento de água às populações da sede municipal.

O responsável revelou que, devido às chuvas a passadeira alternativa da ponte sobre o rio Indongo deslocou-se, por causa do embate sofrido pelos objectos, correndo o risco de desabar caso continue a chover intensamente. A sede municipal da Ganda tem uma população estimada em 150 mil habitantes, das quais mais de 10 mil beneficiam de água canalizada.

Habitantes da Lomba já consomem água potável

Três mil e 120 habitantes dos bairros da Lomba- II e Dongoroça, no município da Ganda, beneficiam do abastecimento de água potável, fruto da inauguração de um sistema de produção, tratamento e distribuição.

Com capacidade de produção de sete metros cúbicos de água por hora, o sistema comporta um tanque reservatório erguido de betão armado, furo de captação e um chafariz com quatro pontos acoplado aos painéis solares.

Enquadrado no Programa Águas para Todos, a construção do sistema custou 15 milhões de kwanzas. O responsável dos serviços da Águas e Saneamento da Ganda, Aurélio Dungula, assegurou que o sistema vai trabalhar oito horas por dia para abastecer a população dos dois bairros.

Sistema idêntico será inaugurado, nos próximos dias, na aldeia de Katapi, na comuna da Ebanga, no âmbito do programa que visa a melhoria da qualidade da água para as populações.

II. EXPLORAÇÃO MINEIRA

II.1 Madeiros são proibidos de novos abates de árvores

Jornal de Angola

19 De Dezembro de 2019

Autor: Lourenço Bule

Os madeiros em actividade no Cuando Cubango limitam as operações à recolha, transporte e comercialização de troncos de árvores abatidas nas campanhas anteriores, estando proibidos de fazer novos cortes, nos termos de uma decisão anunciada terça-feira pelo governador provincial.

Júlio Bessa declarou numa reunião com madeiros nacionais em Menongue a proibição definitiva, com efeitos a partir de terça-feira, do corte de árvores para a produção de madeira e carvão ao longo da fronteira com a Namíbia e nas zonas abrangidas pelo projecto turístico internacional Okavango/Zambeze.

Durante um encontro, o governador apresentou como razões da proibição o combate à desertificação crescente naquelas áreas e a necessidade da protecção da biodiversidade da Área Transfronteiriça de Conservação do OKavango/Zambeze (ATFC/KAZA), um projecto que está a ser implementado pelos cinco países membros, nomeadamente Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

A medida visa também combater o contrabando de madeira ao longo da fronteira entre Angola e a Namíbia, com realce nos municípios de Cuangar, Calai e Dirico, que se encontra desguarnecida por falta de condições, uma situação que tem sido aproveitada por salteadores para roubar do lado angolano.

“Temos muitas dificuldades de controlar os fluxos migratórios de pessoas e mercadorias nas nossas fronteiras, devido à ausência das forças da ordem nas zonas limítrofes, mas o Governo da província está atento a esta situação e vai trabalhar em coordenação com as estruturas centrais e locais das Forças Armadas Angolanas (FAA) e do Ministério do Interior para acautelar a pilhagem dos nossos recursos naturais”, disse.

A suspensão do corte de madeira exclui, temporariamente, os operadores que ainda não atingiram as quotas atribuídas durante o ano florestal

de 2019, os quais deverão fazê-lo nos próximos seis meses, com base em regras que serão definidas pelo Governo da província e o Ministério da Agricultura e Florestas.

O governador explicou que uma suspensão do corte de madeira anterior, declarada no dia 12 de Novembro do ano em curso pelo Governo Provincial do Cuando Cubango, deveu-se ao impacto negativo que a actividade estava a provocar nas estradas, pontes, pontecos e o surgimento de ravinas.

Foi também proibida a atribuição de licenças de exploração às empresas que não tenham contratos para o efeito, para que não se furem das responsabilidades sociais, para o bem das comunidades onde estas actividades são desenvolvidas.

O governador explicou que os contratos dão garantia e estabilidade ao Governo e aos empresários do ramo florestal no que concerne ao cumprimento das normas e regras estabelecidas por lei, visto que, ao contrário das licenças, são menos permissivos: num contrato há direitos e obrigações, sublinhou.

Júlio Bessa salientou que, a nível do Cuando Cubango, não existem áreas claras para exploração de madeira, situação que tem contribuído para o aumento do corte desregrado dos recursos florestais e a degradação da biodiversidade.

Modificação da madeira

O governador do Cuando Cubango defendeu, no encontro, que mais de 60 por cento da madeira explorada no Cuando Cubango deve ser transformada localmente, com intuito de gerar postos de trabalho e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da província.

Afirmou que não serão permitidos meros cortadores de madeira no Cuando Cubango, mas empresários capazes que possam cortar e transformar a madeira, garantindo emprego aos jovens e riqueza às populações, principalmente nos locais em que são desenvolvidas estas actividades. “Não é lícito que um cidadão que vive no Cuando Cubango, província que é a maior produtora de madeira da zona Sul, não tenha onde comprar a mobília, sendo obrigado a deslocar-se em outros pontos do país para o efeito”, afirmou.

Júlio Bessa disse que só com operadores fortes é que a exploração de madeira vai desenvolver a nível do país e da província em particular e que não se pode permitir que empresas estrangeiras explorem os nossos recursos naturais de forma desregrada e causem prejuízos.

Medidas cautelares

Júlio Bessa anunciou que o Governo Provincial adoptou medidas como a indicação de áreas específicas de exploração e concessão, proibição da circulação de camiões carregados de madeira nas vias, pontes secundárias e terciárias com peso superior a 14 toneladas, bem como empresas estrangeiras a explorarem os recursos florestais na província.

Foram ainda delineadas como medidas a criação de cooperativas de exploração de madeira para a melhoria do controlo e fiscalização da actividade, a concessão de zonas para exploração pelo Governo Provincial e as administrações municipais e não pelo Ministério da Agricultura e Florestas.

“Não somos anti-actividade económica ou exploração: o que não queremos é que a exploração de madeira não interfira negativamente na vida das populações e no desenvolvimento da província”, afirmou Júlio Bessa, que prometeu acabar com o apadrinhamento que funcionários do Governo Provincial faziam para a proliferação da exploração ilícita de madeira, favorecendo empresários vietnamitas e chineses, em troca de dinheiro.

Acrescentou que, doravante, a fiscalização da exploração florestal será mais rigorosa e rígida, para que a província e a população sejam os maiores beneficiários desta actividade.

11.2 Governo proíbe corte de árvores

Jornal Economia & Finanças

20 De Dezembro de 2019

Autor: Lourenço Bule

O governo do Cuando Cubango proibiu, com efeitos imediatos, o corte de árvores para a produção de madeira e de carvão, ao longo da orla fronteiriça com a Namíbia e nas zonas abrangidas pelo projecto turístico internacional Okavango/Zambeze (KAZA).

Durante um encontro com os madeireiros nacionais, na cidade de Menongue, o governador provincial, Júlio Bessa, apresentou os seus argumentos de razão da proibição que visa combater a desertificação crescente nestas áreas, proteger a biodiversidade da Área Transfronteiriça de Conservação do Okavango/Zambeze (ATFC/KAZA) que está a ser implementado pelos cinco países membros nomeadamente Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe. A medida visa também combater o contrabando de madeira ao longo da fronteira entre Angola e a Namíbia, com realce nos municípios de Cuangar, Calai e Dirico, província do Cuando

Cubango que se encontram desguarnecidas por falta de condições, uma situação que tem sido aproveitada pelos amigos do alheio para roubar do lado de Angola tudo o que lhes apetecer. “Temos muitas dificuldades de controlar os fluxos migratórios de pessoas e mercadorias nas nossas fronteiras, devido a ausência das forças da ordem nas zonas limítrofes, mas o governo da província está atento a esta situação e como medida vai trabalhar em coordenação com as estruturas centrais e locais das Forças Armadas Angolanas (FAA) e do Ministério do Interior, para acautelar a pilhagem dos nossos recursos naturais”, disse. Na reunião de terça-feira, Júlio Bessa, decidiu igualmente manter a suspensão do corte de madeira em toda a extensão da província, excepto para os agentes que ainda não atingiram as suas quotas atribuídas durante o ano florestal de 2019 e que deverão fazê-lo nos próximos seis meses, com base a uma regra que será definida pelo governo da província em coordenação com o Ministério da agricultura e florestas. Enquanto isso, os madeireiros foram autorizados a recolher, transportar e comercializar todos os troncos de árvores cortados nas campanhas anteriores, nos termos do Decreto Executivo número 65/19, de 21 de Fevereiro, do Ministério da agricultura. O governador explicou que a suspensão do corte de madeira, no dia 12 de Novembro do ano em curso, por iniciativa do governo local, deveu-se ao impacto negativo que esta actividade estava a provocar nas estradas, pontes, pontecos e o surgimento de ravinas. Além de em nada beneficiar a província e a população em termos de arrecadação de receitas para os cofres do estado e benfeitorias juntos das comunidades. Foi também proibida pelo governante, a atribuição de licenças de exploração as empresas que não tenham contratos para o efeito, para que os mesmos não possam furtar-se das suas responsabilidades sociais, para o bem das comunidades onde estas actividades são desenvolvidas. Explicou que os contratos dão garantia e estabilidade ao governo e os empresários do ramo florestal, no que concerne ao cumprimento das normas e regras estabelecidas por lei, visto que os contratos ao contrário das licenças são menos permissivos, porque num contrato a direitos e obrigações. Júlio Bessa salientou que a nível do Cuando Cubango não existe áreas claras para exploração de madeira, situação que tem contribuído para o aumento do corte desregrado dos recursos florestais e degradação da biodiversidade.

Modificação da madeira

O governador do Cuando Cubango defendeu, durante o encontro com a classe empresarial, que mais de 60 por cento da madeira explorada no Cuando Cubango deve ser transformada localmente,

com intuito de gerar mais postos de trabalho e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da província. Garantiu que a província do Cuando Cubango pode contribuir significativamente para diversificação da economia nacional, geração de mais postos de trabalho através da exploração de madeira de forma regrada, obedecendo todos os trâmites legais. Afirmou que não serão permitidos meros cortadores de madeira no Cuando Cubango, mas sim empresários capazes, que possam cortar e transformar a madeira, garantindo emprego aos jovens e riqueza às populações, principalmente nos locais onde são desenvolvidas estas actividades. “Não é lícito que um cidadão que vive no Cuando Cubango, província esta que é o maior produtor de madeira da zona Sul e não tenha onde comprar a sua mobília, sendo obrigado a deslocar-se em outros pontos do país para o efeito”, disse. Júlio Bessa disse que só com operadores fortes é que a actividade de exploração de madeira irá desenvolver a nível do país e da província em particular. Acrescentou que não se pode permitir que empresas estrangeiras explorem os nossos recursos naturais de forma desregrada e causem vários prejuízos à região.

Medidas cautelares

O governo local apontou como medidas traçadas, a indicação de áreas específicas de exploração e concessão, proibição da circulação de camiões carregados de madeira, nas vias, pontes secundárias e terciárias com peso superior a 14 toneladas, bem como empresas estrangeiras a explorarem os recursos florestais na província. Foram ainda delineadas como medidas, a criação de cooperativas de exploração de madeira para melhoria do controlo e fiscalização da referida actividade, a concessão de zonas para exploração a partir do governo provincial em coordenação com as administrações municipais e não pelo Ministério da Agricultura e Florestas. “Não somos anti-actividade económica ou exploração, o que não queremos é que a exploração de madeira interfira negativamente na vida das populações e no desenvolvimento da província”, afirmou. Garantiu acabar com o apadrinhamento que algumas forças ligadas ao governo faziam para a proliferação da exploração ilícita de madeira, com realce aos empresários estrangeiros de nacionalidade vietnamita e chinesa, a troco de valores monetários. Doravante a fiscalização da exploração florestal será mais controlada, mais rígida para que a província e a população em particular seja a maior beneficiária destas actividades. No final do encontro, Júlio Bessa, sugeriu que sejam autorizadas a recolha e evacuação da madeira cortada nos anos florestais anteriores e que ainda se encontram nas zonas de exploração.

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Fabricantes chineses expõem em feira digital

Jornal de Angola
18 De Dezembro de 2019
Autor: Manuela Mateus

Mais de 50 expositores, entre chineses e angolanos, participam a partir de hoje, na Cidade da China, centro comercial situado no Pólo Industrial de Viana, em Luanda, na primeira edição da Feira Chinesa de Produtos Digitais e Electrónicos em Angola.

De iniciativa da empresa chinesa Dong Fang Rua Quiang, a feira traz a Luanda empresários e representantes de fabricantes de aparelhos digitais e electrónicos de origem chinesa e vai decorrer durante um mês, podendo o período ser alargado de acordo com a adesão do público.

A informação foi avançada ontem ao Jornal de Angola por Daniel Talaia, um dos responsáveis pela organização da feira, que disse estarem preparados mais de 50 stands para albergar os expositores, encontrando-se no grupo de chineses distribuidores residentes em Angola.

Até ontem, estava confirmada a presença de mais de 50 expositores, 15 dos quais angolanos que vendem telemóveis e outros aparelhos electrónicos no mercado informal da província de Luanda.

A ideia de convidar vendedores de materiais electrónicos dos mercados do Kikolo, Congolenses e do Panga-Panga deve-se à necessidade de impulsionar o empreendedorismo e troca de experiências comerciais, salientou Daniel Talaia.

"Não podemos deixar de fora essas pessoas, porque são elas que, na sua maioria, compram aos grossistas para venderem a retalho noutras localidades do país", reconheceu o responsável.

Daniel Talaia acentuou que a feira tem como objectivo promover e comercializar produtos diversificados e de boa qualidade tecnológica e, também, fazer a divulgação da superfície comercial de materiais digitais e electrónicos da Dong Fang Rua Quiang, em funcionamento na Cidade da China e onde vai decorrer a exposição.

"Já temos tudo pronto e só estamos à espera do dia da abertura", explicou Daniel Talaia, que disse ser a feira o início de um processo que pode dar origem à criação de uma indústria de produtos de alta tecnologia em Angola.

13.2 Angola pode ser plataforma para China expandir negócios

Jornal de Angola
19 De Dezembro de 2019

A ministra das Finanças convidou o sector privado chinês a "juntar-se à nova era da economia angolana para ajudar o país a explorar o potencial existente nas áreas de Agricultura, Pescas, Mineração e Turismo".

Numa entrevista ao jornal "China Daily", publicada na edição de ontem, Vera Daves considera que existe um enorme potencial económico por explorar em Angola, em know-how e tecnologias na China. "Abre-se a possibilidade dos dois países poderem estender a cooperação ao sector privado e obter benefícios mutuamente vantajosos", afirmou a ministra.

A ministra destacou o facto de o Governo ter identificado 54 produtos nos sectores agrícola, pesqueiro e de recursos minerais que podem ser produzidos em Angola e exportados para qualquer parte do mundo, incluindo a China.

Vera Daves lembrou que Angola decidiu privatizar 195 empresas estatais, desde Setembro do ano em curso, no âmbito das iniciativas que visam conferir maior intervenção do sector privado no processo de desenvolvimento e sustentabilidade da economia nacional.

"Esperamos uma participação activa dos investidores chineses para obterem algumas das empresas listadas e ajudar-nos a desenvolver outros sectores", disse a ministra, tendo realçado que "isso ajudará a diversificar a economia e transformar Angola num país produtivo e exportador de produtos não petrolíferos".

A governante informou, também, que Angola tem uma longa costa oceânica e está numa região, cujos países vizinhos, sem acesso directo ao mar, têm um enorme potencial comercial. Tendo em conta esse factor, disse a ministra, "Angola pode ser uma plataforma para a China expandir negócios, investimentos e parcerias na África Austral".

A ministra lembrou que a "China disponibilizou-se em ajudar Angola desde o final da guerra civil, com um amplo apoio ao processo de reconstrução

nacional” e continua a ser um dos principais mercados das exportações e importações angolanas.

Na entrevista, a governante considera que “a China tem experiência suficiente para ajudar os países africanos a diversificar as economias e superar os vários problemas que ainda enfrentam”.

“As economias dos países africanos apresentam o mesmo cenário: não são diversificadas, têm uma população jovem não qualificada, muitos recursos naturais por explorar e precariedade em quase todos os serviços básicos, como electricidade, água e telecomunicações”, disse a ministra.

“Considerando que a China viveu o mesmo tipo de dificuldades até ao início dos anos 1980 e uma vez que, agora, dispõe de recursos financeiros sólidos, avanço tecnológico e conhecimento científico, pode capitalizar essas oportunidades através da partilha de experiência e da transferência de potencial para os países africanos”, sugeriu.

13.3 Chineses prestam apoio às viúvas do bairro Mirú

Jornal O PAIS

27 De Dezembro de 2019

A Associação dos Chineses Voluntários em Angola desenvolveu, recentemente, uma campanha de solidariedade no bairro da Mirú, em Viana, em que, para além de proporcionar um Natal Feliz às crianças carentes, prestou apoio a cinco viúvas do referido bairro

A organização dedicada ao voluntariado já tem acostumado a sociedade angolana com este tipo de actividades no final de cada ano, e desta vez foram contemplados os moradores do bairro da Mirú, em Viana. A actividade foi realizada no colégio Genix e comportou, para além de recreação, a entrega de produtos da sexta básica, brinquedos e consultas gratuitas.

Segundo Emília, da Associação dos Chineses Voluntários em Angola, o apoio aos mais carenciados é um dos pilares desta organização e procuraram, desta vez, para além de mostrar afecto, ajudar com alguma coisa na cesta e dar brinquedos às crianças, apoiar algumas viúvas, devidamente identificadas pela comissão de moradores.

As viúvas, um total de cinco, que passam por dificuldades para criar os seus filhos, foram apoiadas com a entrega de um valor simbólico de 20 mil Kwanzas, para além de receberem a cesta básica com fuba, óleo e leite.

O campo de futebol de salão do colégio Genix serviu também para que os chineses daquela associação pudessem fazer consultas e testes rápidos, bem como prescrever algumas receitas e exames, aos moradores daquele bairro.

"Queremos dar uma quadra festiva mais feliz a estas pessoas, por isso trouxemos alimento, assistência médica, materiais escolares e brinquedos para 120 crianças. Já fazemos este trabalho há cinco anos, com várias comunidades em Luanda, como no Cazenga, Kilamba Kiaxi, Cacuaco e, hoje, escolhemos Viana", disse, Emília.

A ideia de ajudarem as viúvas do bairro Mirú foi concertada com a comissão de moradores, que identificou as senhoras mais carenciadas que há muitos anos tentam garantir o sustento dos seus filhos depois da morte do parceiro. A entrega simbólica do valor, que os associados chineses acham que pode ajudar na abertura de um negócio, foi feita pelo presidente da referida associação, na presença do representante da comissão de moradores do bairro Mirú.

As cinco senhoras, que são pais e mães de seus filhos, agradeceram o gesto da Associação dos Chineses Voluntários em Angola.